

O êxito da campanha do PCP é um esforço para continuar

Mais Partido dos trabalhadores

No Encontro Nacional de sábado, quatro centenas de quadros comunistas relataram experiências recentes e afirmaram a determinação de prosseguir o esforço de consolidação e alargamento da ligação entre o PCP e os trabalhadores.

Págs. 5 e 6

25 de Abril sempre! Pág. 32



**130.º aniversário
do nascimento de
Vladimir Ilitch Ulianov**



**Lénine
gigante
e génio**

• Carlos Aboim Inglez

Centrais

Em defesa do mundo rural

Manifestação no Porto

Um milhar de agricultores e de populares de Bigorne, Lalim e Lazarim manifestaram-se no sábado, junto à Alfândega do Porto, exigindo uma outra política agrícola e ambiental.

Pág. 19

Interpelação ao Governo

Direitos para cumprir!

Exigindo do Governo o cumprimento dos direitos dos trabalhadores, o PCP demonstrou na Assembleia da República as responsabilidades do Executivo nos atropelos a esses direitos e na erosão da qualidade do emprego.

Pág. 13

Entrevista com José Rainha

Justiça para os pobres

«Quero reafirmar aqui o meu compromisso de luta com os camponeses do meu país, o meu compromisso com as causas da justiça em qualquer parte do mundo», disse ao «Avante!» o dirigente dos Sem Terra, após a sua recente absolvição.

Pág. 22

Avante!
Proletários de todos os países
UNI-VOS!

PROPRIEDADE
Partido Comunista Português
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 38 00

ADMINISTRAÇÃO
Editorial «Avante!», SA
Av. Almirante Reis, 90,
7.ª-A, - 1169-161 Lisboa.
Capital social:
15 000 000\$00.
CRC matrícula: 47058.
NIF - 500 090 440

DIREÇÃO E REDACÇÃO
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 71 90/91
Fax: 21 781 71 93

E-mail:
avante.pcp@mail.telepac.pt
Web:
http://www.pcp.pt

Director
José Casanova

Chefe de Redacção
Leandro Martins

Chefe Adjunto
Anabela Fino

Redactores
Carlos Nabais
Domingos Mealha
Henrique Custódio
Isabel Araújo Branco
João Chasqueira
Lígia Calapez
Manuel Jorge Veloso
Margarida Folque

Grafismo
José Araújo

Fotografia
Jorge Caria
Sérgio Morais

Secretaria de Redacção
Ivone Dias Lourenço
Noémia Presúncia

DISTRIBUIÇÃO
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial Avante!
Av. Almirante Reis, 90,
7.ª-A, - 1169-161 Lisboa
Tel. 21 815 34 87
21 815 35 11
Fax: 21 815 34 95

Alterações de remessa
Até às 17 horas
de cada sexta-feira:
Tel. 21 815 34 87
21 815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTAPRESS
Delegação Lisboa:
Tapada Nova - Capa Rota
Linhó - 2710 Sintra
Tel. 21 924 04 47
Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B LL 227 - 4470 Maia
Tel. 22 941 76 70

ASSINATURAS
Av. Almirante Reis, 90,
7.ª-A 1169-161 Lisboa
Tel. 21 815 34 87
21 815 35 11
Fax: 21 815 34 95

TABELA DE ASSINATURAS*
(IVA e portes incluídos)
PORTUGAL
(Contínente e Regiões
Autónomas)
50 números: 8 100\$00
25 números: 4 200\$00
EUROPA
50 números: 21 850\$00
EXTRA-EUROPA
50 números: 30 600\$00
GUINÉ-BISSAU,
S. TOMÉ E PRÍNCIPE
e MACAU
50 números: 23 000\$00

* Enviar para
Editorial «Avante!»
nome, morada
com código Postal
e telefone
a acompanhar cheque
ou vale de correio.

Composição e impressão
Heska Portuguesa, SA
Campo Raso
2710 - 139 Sintra
Depósito legal n.º 205/85



Encontro Nacional de Quadros em Lisboa

Resumo

12 Quarta-feira

A Polícia Judiciária prende José Júlio Gonçalves, reitor da Universidade Moderna, juntamente com o seu dois filhos José e João Braga Gonçalves e o vice-reitor José Vitoriano, suspeitos de gestão danosa, burla, tráfico de influências e fuga ao fisco ● Carlos Carvalhas exige nova negociação dos aumentos salariais para a Função Pública ● Na Bolívia, ao mesmo tempo que os sindicatos apelavam à greve geral, centenas de estudantes e operários manifestam-se contra o estado de emergência decretado pelo governo ● Fujimori, presidente do Peru, é pressionado a aceitar uma segunda volta das eleições presidenciais às quais se candidatou ilegalmente ● Começa em Havana a Cimeira dos 77 países do Terceiro Mundo onde Fidel Castro defende a dissolução do Fundo Monetário Internacional.

13 Quinta-feira

Os quatro responsáveis da Universidade Moderna detidos ontem pela polícia judiciária são postos em liberdade, após um interrogatório de 12 horas no Tribunal de Instrução Criminal ● O Conselho Superior da Guarda Nacional Republicana aprova, por unanimidade, a inclusão de um horário de trabalho igual ao da função pública na proposta de lei a apresentar na Assembleia da República ● Jacarta proíbe o ex-presidente Suharto de sair da Indonésia, devido a este estar a ser investigado por corrupção ● O Supremo Tribunal do Zimbábue ordena a intervenção da polícia com vista a evacuação das fazendas ocupadas por antigos combatentes.

14 Sexta-feira

Helena Roseta apresenta a sua demissão do cargo de membro da direcção do grupo parlamentar do PS, alegando haver uma «enorme desarticulação» entre este último e o Governo ● Durão Barroso afirma haver sinais de «turbulência» dentro do PS e alerta para o perigo de haver eleições antecipadas ● Realiza-se, em Sintra, uma reunião da Conferência Intergovernamental (CIG) com o objectivo de delinear o processo de reforma da União Europeia ● Cerca de 70 mil pessoas manifestam-se em Belgrado contra o governo exigindo eleições antecipadas ● Fujimori anuncia a realização de uma segunda volta nas presidenciais do Peru.

15 Sábado

Carlos Carvalhas participa no Encontro Nacional de Quadros do PCP em Lisboa, onde apela a uma jornada de luta pela revisão dos aumentos salariais na Função Pública ● A Associação Nacional de Bombeiros Profissionais promove, em Lisboa, o IV Fórum Nacional do sector ● Durante uma visita ao território da Palestina governado pela OLP, o presidente chinês Jiang Zemin defende a criação

do Estado Palestiniano ● O Xeque Nasrallah, líder do Hezbollah, defende que a simples desocupação do território ocupado por Israel não resolverá o conflito e ameaça manter a guerra se os membros do Exército do Sul do Líbano não se entregarem à justiça ● Oito partidos da oposição moçambicana fundam a Frente Unida de Salvação da Democracia, que tem o objectivo de «satisfazer as pretensões das bases da Renamo» e dividir o país a partir do rio Save.

16 Domingo

Sete pessoas morrem e quarenta ficam feridas na discoteca Luanda, em Lisboa, vítimas de um atentado com gás pimenta lançado para a pista ● Realiza-se no Porto uma reunião informal dos ministros do ambiente dos quinze, com vista a melhoria do ambiente nos centros urbanos ● Cerca de vinte mil jovens manifestam-se em Washington contra a reunião do FMI (Fundo Monetário Internacional) conseguindo impedir a entrada no edifício de vários ministros, nomeadamente de Pina Moura que representava a UE ● No Zimbábue, são assassinadas duas pessoas do partido da oposição ● Realizam-se eleições regionais em Itália.

17 Segunda-feira

A PSP do Porto depõe as armas como forma de protesto contra a ordem de prisão preventiva de dois agentes, acusados de homicídio de um indivíduo de etnia cigana ● Fernando Gomes, ministro da Administração Interna, confirma que o sucedido na discoteca Luanda, em Lisboa, foi um crime e afirma que já existem suspeitos ● Israel anuncia oficialmente que retirará as suas tropas do Sul do Líbano até dia 7 de Julho ● O primeiro-ministro italiano Massimo D'Alema apresenta a sua demissão ao Presidente da República de Itália, em consequência da derrota sofrida nas eleições regionais ● Vladimir Putin visita Londres onde anuncia autorizar a ida de observadores independentes à Tchecquia.

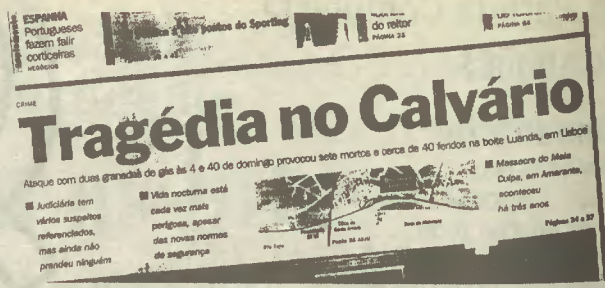
18 Terça-feira

Surpreendentemente, Pina Moura e Jorge Coelho, a par de várias personalidades de esquerda, subscrevem um manifesto que apela à participação na manifestação do 25 de Abril e condena as privatizações e os ataques à Função Pública ● O Metro e a Carris fazem greve durante a manhã, reivindicando melhores aumentos salariais ● Por todo o país milhares de agentes da PSP entregam as armas aos seus comandantes como forma de protesto contra a prisão dos dois polícias do Porto ● Tem incio, no Chile, o Congresso Nazi Internacional ao qual o seu organizador, Alexis López, não pode comparecer por estar a responder em tribunal acusado de transferência fraudulenta de cheques ● É assassinado a tiro mais um fazendeiro branco no Zimbábue.

Aconteceu

Atentado em discoteca faz sete vítimas mortais

Na madrugada de domingo morreram sete pessoas e 60 ficaram feridas na sequência da deflagração de duas granadas de gás na discoteca «Luanda», em Lisboa, seguida de corte da corrente eléctrica. As explosões e, sobretudo, o fumo e a escuridão provocaram o pânico entre os cerca de mil utentes do recinto, que se lançaram em fuga desordenada através da porta principal, esmagando as sete vítimas mortais e ferindo mais 60 pessoas. As evidências apontam para um acto criminoso, deliberado e feito com conhecimento pormenorizado do local, constando



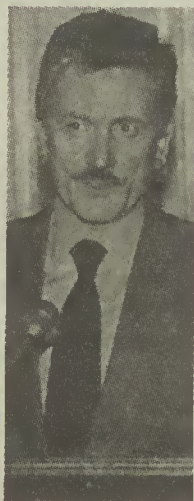
que a Polícia Judiciária - embora ainda não tenha obviamente concluído a investigação -, já encontrara pistas consistentes em relação aos autores materiais apenas uma dúzia de horas depois de intensos interrogatórios e visionamento de registos vídeo do estabelecimento. Entretanto, rapidamente se avolumaram rumores sobre a hipótese de se tratar de um crime com origem em rivalidades empresariais, à semelhança do que ocorreu há precisamente três anos na discoteca «Meia Culpa», em Amarante, onde um atentado semelhante ordenado por um empresário

rival carbonizou 13 pessoas. Outras especulações apontam para uma acção de bandos organizados, mas de concreto nada se sabe. A discoteca «Luanda» abriu há quatro meses com grande sucesso, explorando o florescente mercado lisboeta de diversão nocturna com raiz afro-latina. Quatro rapazes e três raparigas

totalizaram as sete vítimas mortais, sendo seis de nacionalidades angolana e cabo-verdeana e uma outra, espanhola. A discoteca «Luanda» tinha sido declarada segura e cumpridora de requisitos legais de segurança quando foi inspeccionada em Janeiro passado pelos serviços da Câmara Municipal de Lisboa. Apre-

Massimo D'Alema anuncia demissão

O primeiro-ministro italiano, Massimo D'Alema, apresenta a demissão após a derrota sofrida pela coligação que apoia o seu executivo nas eleições regionais de 16 de Abril último. Esta coligação, dita de «centro-esquerda», perdeu em duas das nove regiões italianas onde era maioritária. A vitória sorriu à coligação dita de «centro-direita», formada recentemente pelo ex-primeiro-ministro Silvio Berlusconi (actualmente a braços com vários processos por corrupção em grande escala) e o partido de extrema-direita de Umberto Bossi, que conquistou oito das 15 regiões em disputa. Teoricamente, a coligação encabeçada por Massimo D'Alema ainda pode manter-se no poder se conseguir formar novo governo no parlamento, após consulta a todas as formações políticas por parte do Presidente da Repú-



ca, Carlo Azeglio Ciampi. Caso tal não se concretize, impõe-se a realização de eleições gerais imediatas.

Prisões e demissões na Universidade Moderna

A Polícia Judiciária deteve esta semana o reitor da Universidade Moderna (UM), José Júlio Gonçalves, os seus dois filhos, José e João Braga Gonçalves, e o vice-reitor da UM, José Vitoriano, com o Ministério Público a pedir a prisão preventiva para os quatro arguidos, sobre os quais pendem acusações de burla agravada e gestão danosa, à mistura com rumores sobre crimes de branqueamento de capitais, tráfico de influências, de armas e, até, de prostituição. Após audição feita por uma juíza para avaliar a prisão preventiva e que durou mais de 12 horas, os arguidos foram postos

em liberdade sob caução e com agravamento das medidas de restrição de movimentos, embora a magistrada recusasse a prisão preventiva pedida pelo Ministério Público. Na sequência destes acontecimentos, José Júlio Gonçalves apresentou a sua demissão de reitor da Universidade. O «caso Moderna» foi despoletado há cerca de um ano envolvendo estes e outros dirigentes da Dinensino, a cooperativa proprietária da Universidade Moderna, num processo judicial onde pontificam as suspeitas de burla e tráfico de influências, continuando as investigações em segredo de justiça.

Morreu José Manuel Marques

Com 67 anos de idade, morreu o jornalista José Manuel Marques. Nos últimos anos ocupou os cargos de vice-presidente da Direcção e presidente do Conselho-Geral do Sindicato dos Jornalistas que, em comunicado, homenageia José Manuel Marques como um homem que «manteve, até ao fim, o amor inquieto por uma profissão que sentia atravessar tempos difíceis e a crítica atenta de tudo o que lhe parecia ir contra a dignidade dessa profissão que escolhera», acrescentando que «para muitos jornalistas que com ele privaram, para nós, no Sindicato dos Jornalistas, foi «o mais velho», o conselheiro, a voz da consciência e o «grilo de Pinóquio». José Manuel Marques iniciou-se no jornalismo há 36 anos na RTP,

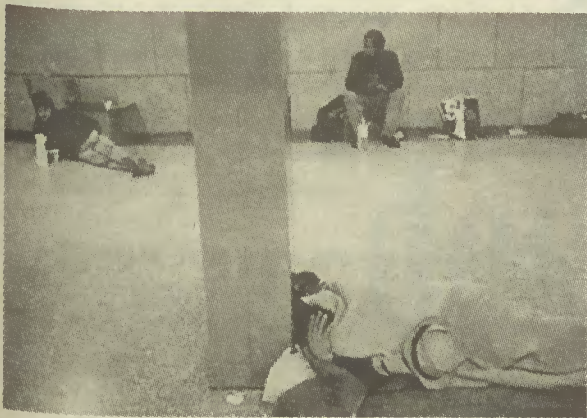
onde foi Chefe de Redacção e Subdirector de Informação. Nos anos 70, antes do 25 de Abril, fez também parte dos quadros dos jornais Diário de Lisboa e República. Co-autor do projecto da Televisão de Macau - TDM - foi o seu primeiro Director de Informação. Foi membro eleito do Conselho de Imprensa (cumprindo dois mandatos), do Conselho Deontológico dos Jornalistas e, ainda, do Conselho de Opinião da RTP, onde também foi eleito administrador por parte dos trabalhadores para um mandato em que os responsáveis da televisão estatal nunca o empossaram. Foi, igualmente, membro fundador do novel Observatório da Imprensa - Centro de Estudos Avançados de Jornalismo.

Crónica Internacional

• Jorge Cadima

Prosperidade e fome

«Um homem que nasça hoje em Washington tem uma esperança de vida inferior à de um homem que nasça na Mongólia. E poderiam multiplicar-se este tipo de exemplos.» Será isto o desabafo de um dinossauro que se recusa a aceitar os ventos da História, e que insiste obstinadamente na defesa de um sistema social incapaz de resolver os problemas da Humanidade, e condenado a desaparecer? Sim, é verdade. Porque estas palavras são do ministro do Tesouro dos Estados Unidos, Lawrence Summers. Constatam do seu discurso no Fórum Económico Mundial de Davos, realizado em Janeiro deste ano 2000. E o que o levou a fazer esta interessante confissão pública? Na frase seguinte esclarece: «Se queremos que a nossa prosperidade seja sustentável, é necessário que, enquanto país, façamos muito mais para garantir que todos os Americanos sejam abrangidos por essa prosperidade.»



«Os trabalhadores pobres nos EUA são as mais recentes vítimas do crescente problema da fome»

Três comentários são inevitáveis. O primeiro, é que a «nossa prosperidade» é a prosperidade do Sr. Summers, da sua classe, dos grandes capitalistas a quem se dirigia em Davos. Mas a prosperidade do mais rico e poderoso país do Mundo não assegura

aos homens da sua capital uma longevidade igual à da Mongólia. O segundo comentário é para assinalar a sua confissão inadvertida da superioridade do socialismo. Há 80 anos, os EUA tornavam-se a maior e mais dinâmica potência capitalista do planeta. A Mongólia era então um país semifeudal, à margem do desenvolvimento económico, social e tecnológico. Mas sete décadas de socialismo (1921-1991), com todos os seus defeitos e limitações, asseguraram aos seus habitantes o maior dos direitos humanos: o direito à vida. Que ainda hoje, uma década após a queda do sistema socialista, é mais longa para os Mongóis do que para os homens da capital do Império. O terceiro comentário é para assinalar que no momento da aparente «vitória final» do sistema capitalista, e da hiperpotência norte-americana em particular, os seus dirigentes têm medo. Medo de que as contradições do sistema, e a revolta de milhões de explorados e oprimidos por esse mesmo sistema possam tornar insustentável a prosperidade deles.

Nos EUA vive a maioria dos bilionários do Mundo, cujas fortunas são comparáveis aos PIBs de dezenas de países. Mas o Financial Times, de 11.2.00, cita um relatório do Bread for the World Institute, informando que «os trabalhadores pobres nos EUA são as mais recentes vítimas do crescente problema da fome na América». Já não apenas desempregados ou marginalizados pelo sistema. Mas trabalhadores com empregos mal pagos: os tais que Guterres e a União Europeia querem como modelo para a Europa. Prossegue o jornal: «[o Instituto] culpa os cortes efectuados em 1996 no programa de ajuda alimentar do Governo, pelo crescente problema da fome no seio das famílias norte-americanas. Um aumento de 5 mil milhões de dólares no referido programa de ajuda alimentar, que fornece comida gratuita às famílias pobres, poderia diminuir para metade a fome nos EUA». O ministro fala em alargar a prosperidade a todos os americanos, mas o seu governo corta na ajuda alimentar aos pobres e aumenta a fome no país.

Mas se os pobres dos EUA terão de se contentar com comer as palavras do Sr. Summers, para outros o futuro é mais risonho. É ainda o Financial Times (8.2.00) que informa ter Clinton proposto para o próximo Orçamento despesas militares no valor de 292,2 mil milhões de dólares. Mais 11,3 mil milhões do que no ano passado, e mais 4,8 mil milhões do que inicialmente previsto. E comenta: «O Orçamento parece ir ao encontro das preocupações do [grupo privado] Lockheed Martin, o maior fornecedor [de material de guerra] do Pentágono.» Pois.

Editorial

IDEAL VIVO E ACTUAL

Cento e trinta anos depois do seu nascimento, Lênine continua a ser um alvo preferencial da ofensiva ideológica anticomunista. Este facto é, por si só, digno de registo e de reflexão.

Com efeito, tendo o nome de Lênine ficado, muito justamente, ligado ao início da primeira grande tentativa na História da Humanidade de construção de uma sociedade socialista – e tendo essa tentativa sido derrotada cerca de sete décadas mais tarde – aparentemente não se justificaria a actual ofensiva cerrada que contra ele é desenvolvida. Se o seu projecto foi derrotado por quê, então, esta cruzada antileninista? Por quê a necessidade do recurso à utilização de tão poderoso e diversificado arsenal ideológico contra Lênine? – tanto mais que, como não se cansam de proclamar os ideólogos do capitalismo no desempenho da sua função de coveiros, no caso concreto tratar-se-ia de uma «derrota definitiva» dado que, dizem-nos eles todos os dias, «o comunismo morreu». Mais: ao «definitivo vencido» que seria o comunismo, contrapõem eles um «vencedor definitivo», o capitalismo obviamente...

“Dizemos Lênine, pensamos partido – dizemos partido, pensamos Lênine”

A verdade é que, como os próprios sabem, as coisas não são exactamente assim. Os «vencedores» sabem que derrotaram, de facto, essa tentativa, mas têm a noção clara de que não derrotaram o ideal que a suportou. E sabem que esse ideal, de que Lênine foi o mais destacado protagonista e ao qual conferiu, com o seu pensamento, componentes fundamentais, continua vivo e pleno de actualidade.

Figura maior deste século e da história do movimento operário, principal continuador da causa e da doutrina de Marx e de Engels – fundadores do comunismo científico – Lênine desempenhou um papel singular no desenvolvimento criador da teoria marxista de acordo com as novas condições da sua época, elevando-a a um grau superior, dando-lhe a expressão prática até então inexistente (o mais importante traço do leninismo será, certamente, a unidade indissolúvel da teoria e da prática revolucionárias) – assim justificando que a teoria revolucionária da época do imperialismo e das revoluções proletárias tenha passado a designar-se por marxismo-leninismo.

Foi nesse processo inovador, criador e criativo que nasceu o partido de novo tipo, o partido comunista. Portador de um projecto revolucionário de sociedade, assente em específicos fundamentos de classe, ideológicos, orgânicos, internacionalistas, fazendo da sua estreita ligação às massas uma das suas fontes de força essenciais – o partido proletário elevou o movimento operário a um estádio superior e teve em

Lênine o seu mais destacado inspirador e criador. «Dizemos Lênine, pensamos partido – dizemos partido, pensamos Lênine» - dizia o poema de Mayakovsky.

A Revolução de Outubro – acontecimento cujas conquistas históricas marcam impressivamente não só a história deste século mas toda a história da humanidade – encontra-se indissolúvelmente ligada ao pensamento e à acção de Lênine. Tanto quanto a derrota dessa experiência decorre, em grande medida, de uma posterior prática de afastamento e afrontamento desse pensamento e dessa acção. Lênine considerava que a participação das massas trabalhadoras na construção do socialismo constituía a condição indispensável para a vitória do socialismo. E acrescentava que a natureza profundamente democrática do socialismo se manifestava no facto de serem os próprios trabalhadores a construir a sua nova vida e o seu futuro novo. O facto de, a partir de dado momento, estes ensinamentos básicos fundamentais não só não terem sido levados em conta mas terem sido grosseiramente violados, constitui uma das causas essenciais da derrota ulterior dessa experiência.

É incontestável, no entanto, que as ideias de Lênine permanecem vivas e continuam a influenciar e impulsionar a luta, os anseios e as aspirações de milhões de pessoas em todo o Planeta e que o seu exemplo de pensador criativo, não dogmático e profundamente revolucionário permanece como fonte de inspiração para todos os comunistas.

Da derrota dessa experiência histórica, emerge com grande nitidez a verdadeira dimensão das dificuldades e dos obstáculos que se colocam aos que não desistem de lutar pela transformação da sociedade actual – baseada na exploração do homem pelo homem e, portanto, na opressão e na injustiça – numa sociedade nova, liberta de todas as formas de opressão e exploração, assente na justiça social, na igualdade, na fraternidade, na solidariedade. Provavelmente, ninguém melhor do que Lênine teve a noção exacta dessas dificuldades. É significativo que, logo após o triunfo da revolução, ele tenha observado que com a Revolução de Outubro se iniciara, à escala mundial, uma luta de classe sem tréguas entre o recém-nascido poder soviético e o imperialismo dominante e que – excluindo qualquer hipótese de uma «co-habitação harmoniosa entre os dois sistemas frontalmente antagónicos» - quanto ao resultado dessa luta ele próprio se tenha interrogado: «Quem a vencerá?» E é conhecido o igualmente significativo episódio de Lênine numa festa na Praça Vermelha, no 73.º dia da Revolução de Outubro, a comemorar, dançando de alegria, o facto de ter sido ultrapassado num dia o tempo de duração da Comuna de Paris.

A verdade é que, 130 anos depois do seu nascimento, 76 anos após a sua morte (e passada uma década sobre a derrota do socialismo), o pensamento e a obra de Lênine e a força carregada de futuro do seu exemplo de revolucionário mantêm uma importância e uma actualidade incontestáveis.

Actual O porta-voz iluminado

• José Casanova

Vitalino Canas – que ocupa o abundante cargo de «secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros», ao qual atrela, ainda, a canora função de «porta-voz» do dito



Conselho – concedeu entrevista ao «Semanário». Colocado perante a questão de saber se sim ou não «as greves e o buzirão» traduziam «um certo descontentamento em relação ao Governo», Vitalino observou que «naturalmente, não podemos ignorar a existência de alguma agitação social», alertou para o facto de as greves prejudicarem «a vida de muitos portugueses» e decretou que «essa agitação social» não tem razão de ser já que vivemos num mar de rosas em constante melhoria. E sem esperar pela óbvia pergunta – porquê, então, essa agitação social? – Canas, em linguagem de hoje, respondeu o que teria res-

pondido, na linguagem de então, o seu homólogo de há trinta anos: toda esta agitação «se deve ao habitual ritual de conflito que o PCP gosta de alimentar antes do 1.º de Maio».

Quer Vitalino dizer com isto que os muitos milhares de trabalhadores que têm recorrido à greve, que se manifestaram em Lisboa no dia 23 e que produziram o buzirão, agiram e agem assim apenas porque o PCP os arregimentou para tal. Isto porque, sempre segundo Canas, não há razão para protestos, bem pelo contrário: vivemos no melhor dos mundos, o talento de Guterres é mundialmente reconhecido e os trabalhadores, se não fossem ingratos, estariam satisfeitos com os míseros aumentos de salários; brindariam com champanhe francês os brutais aumentos de combustíveis e implorariam ao Governo que aumentasse imediatamente as garrafas de gás, os transportes e todos os bens de consumo; enviariam entusiásticos telegramas algures para a Europa agradecendo ao engenheiro Guterres o facto de

Portugal estar à frente de todos os países da União Europeia em matéria de desigualdades; fariam manifestações de regozijo pela má qualidade de emprego de que disfrutam – e os jovens, esses então, festejariam eufóricos a precariedade do emprego, os aumentos das taxas de juro dos empréstimos para compra de habitação e a política (des)educativa do Governo... Mas não: os ingratos, a mando do PCP, fazem greves e manifestações e buzirões; exigem aumentos de salários e não de preços; reivindicam emprego com direitos e a valorização e dignificação do trabalho; enfim, incomodam o senhor engenheiro com protestos descabidos e, pior do que isso, deixam o Governo mal visto junto dos donos do País e da Europa. Porque, diz Canas, «só nos deve honrar, como portugueses, o facto de Guterres ter o prestígio que tem» na Europa e no Mundo – tanto mais que já ninguém sabe se a luz que lá do alto nos ilumina irradia do Sol ou de António.



Educação e Democracia

• Edgar Correia

Nunca, como agora, com o PS no Governo, o discurso educativo incorporou tantas referências de natureza democratizadora e tantas expressões de preocupação com o que se passa na esfera do social. Mas nunca, também, como agora, é tão sensível a discrepância entre esse discurso político e ideológico e as diferenciações classistas e socio-culturais que hoje batem à porta da escola, nela entram e aí se estão a reproduzir e a ampliar.

Acompanhando o insuficiente nível de recursos disponibilizados para a educação pública, o que se assinala assim de mais negativo na prática do Governo – em clara contradição com as orientações activas de política educativa democrática consagradas na Constituição e na Lei de Bases do Sistema Educativo –, é ela estar limitada no terreno da escola a reproduzir e a aprofundar essas diferenciações. Como se fosse «natural» e até «desejável» um sistema escolar – incluindo o próprio ensino público – com «carruagens» de 1.ª classe e de 2.ª classe e com reduzidas ou nulas possibilidades de trânsito interno da 2.ª para a 1.ª classe, para além dos muitos alunos que vai deixando à margem pelo caminho.

Não surpreende, por isso, que os estudantes estejam de regresso às ruas. Que

seja grande o descontentamento dos professores em relação à política do Governo – já a caminho do 2.º dia de greve no presente ano lectivo e com uma nova jornada de luta prevista para o final de Maio. Que seja crescente, também, a intervenção do movimento associativo de pais e encarregados de educação. E que esteja em desenvolvimento um muito amplo e diversificado movimento em defesa de uma escola pública de qualidade e para todos.

De tudo isto, entre muitos outros aspectos, se falou no excelente Encontro Nacional do PCP sobre Educação, realizado no dia 8 de Abril. Bem como na determinação dos comunistas reforçarem a sua iniciativa: aprofundando a análise da situação na área educativa e a resposta política e ideológica a dar aos problemas e alterações de natureza social que estão a entrar pela escola dentro e a interferir, crescentemente, com os processos educativos; contribuindo para alargar ainda mais a dinâmica que anima o movimento sindical docente, o movimento estudantil e o movimento associativo de pais, e a sua convergência na acção e na iniciativa; e imprimindo um acrescido impulso à intervenção política e ideológica, à organização e a todo o trabalho do Partido.



Chamem a polícia...

• Leandro Martins

Ainda há poucos dias, Santana Lopes – ele próprio criador de factos políticos de que não parece temer as contradições – se queixava de os factos não durarem o suficiente nas primeiras páginas, cobertos pelo tapete de outros factos. Razão de queixa tinha ele. Agora falava-se das detenções de responsáveis pela cooperativa proprietária da Universidade Moderna e já não das querelas que opunham a «família» Soares ao Estado angolano. Falava-se dele, Santana Lopes, ligado à Moderna, e já não do aumento dos preços dos combustíveis...

Razão não tinha, por outro lado, em encarar a coisa como uma cabala urdida contra ele, Santana. Cedo, novos casos amarinham às primeiras páginas. Numa discoteca, sete pessoas morreram na decorrência de um assalto mal esclarecido. E logo se foi escarpelizar a dor dos familiares, especular sobre os motivos do acto terrorista. Depois, a prisão preventiva de dois polícias acusados de homicídio, que desencadeia a solidariedade dos outros agentes e da associação sócio-profissional, «substitui» todas as outras novidades.

Todos estes casos serão, certamente, importantes para que se lhes dê o destaque merecido. É certo, também, que com eles se afogam todos os outros temas importantes e que deveriam merecer a atenção dos cidadãos. Por exemplo: o Governo foi interpelado pelo PCP, na Assembleia da República, sobre a política laboral, os direitos dos trabalhadores, a questão do emprego. Mas onde é que isso teve algum destaque?

Há quem diga que, quando um governo se encontra em dificuldades, logo diligentes órgãos de comunicação estampam novas retumbantes, a distrair o cidadão. Como que por milagre e em timing adequado. Soares desferiu acusações sobre Angola quando Savimbi precisa de uma ajudinha; prende-se um reitor, num processo que envolve outras figuras públicas; dois polícias são preventivamente encarcerados, num outro processo que também se arrasta.

É claro que os jor-

nais não inventaram os factos nem architectaram crimes. «Puxaram» por eles, apenas. Desta vez, porém, o Governo apenas conseguiu, em cada um, revelar as suas fragilidades. No caso Soares/Angola, safaram-se à justa de serem enfiados no mesmo saco com a «família»; no caso dos combustíveis, revelou-se a má-fé do Executivo ao proceder aos aumentos após as negociações salariais; os problemas da justiça – dos meios e celeridade da sua aplicação – vieram à tona; a sede de protagonismo de um ministro leva-o a garantir a acusação, para breve, dos suspeitos do crime da discoteca, quando tal acusação depende exclusivamente dos tribunais; e o mesmo ministro mostra a incapacidade deste poder em dialogar com

os polícias enquanto trabalhadores e de dotar a instituição dos meios de actuação eficaz e democrática, permitindo que se confunda uma questão do foro judicial com a defesa de interesses de corporação.



Frases

“Jornalistas e políticos vivem tempos difíceis. A vertigem da informação não se dá bem com a temporalidade da acção política. A impaciência mediática choca-se com a necessária paciência democrática.”

(Helena Roseta - «Visão», 13.04.00)

“Quando já não se está no Governo é muito fácil criticar aquilo que aconteceu quando lá se esteve. Mas acho que não é muito correcto fazê-lo e eu só espero nunca ter essa tentação, porque não fica nada bem a quem o faz.”

(Jorge Coelho - «Expresso», 15.04.00)

“Não aceito, pois, lições de moral seja de quem for e direi sempre o que penso, mesmo quando, por solidariedade, tive de o calar no Governo.”

(Sousa Franco - «Expresso», 15.04.00)

“O Governo está como o mordomo do anúncio de televisão que diz que o algodão não engana; só que trocou o algodão pelos números. Ou seja, para Guterres, os números não enganam, mesmo quando não encaixam na realidade.”

(Miguel Coutinho - «Focus», 17-04.00)

“António Guterres não pode esperar pelo fim da presidência europeia para tentar sustar ou inverter uma tendência que, a manter-se, lhe provocará danos irreparáveis.”

(José Carlos Vasconcelos - «Visão», 13.04.00)

“Paira uma atmosfera paradoxal. António Guterres é louvado lá fora e contestado no seu próprio partido. Criticado pela oposição como primeiro-ministro, mas elogiado por Cavaco Silva e Durão Barroso como líder europeu.”

(António José Teixeira - «Diário de Notícias», 15.04.00)

“O PS tem um projecto e um programa eleitoral e da maneira como estamos a trabalhar não vai ser possível cumprir esse projecto e esse programa.”

(Helena Roseta - «Diário de Notícias», 17.04.00)

“Estamos numa fase em que é preciso uma iniciativa.”

(Alberto Martins - «Diário Económico», 18.04.00)

“O Governo não pode assobiar para o ar, não pode “ceder” a grupos económicos e empresários, e mostrar-se intransigente com os trabalhadores, não pode ser fraco para os fortes e forte para os fracos.”

(José Carlos Vasconcelos - «Visão», 13.04.00)

“Estratégia é coisa que não existe sequer no Governo, quanto mais no triângulo partido-deputados-Governo. E, a haver uma estratégia, ela é simples: fazer tudo para ganhar as próximas eleições.”

(Paulo Ferreira - «Diário Económico», 18.04.00)

“A “nova economia” é o casino dos alquimistas neoliberais, em que o vencedor fica com tudo.”

(Alfredo Barroso - «Expresso», 15.04.00)

“Sempre tive uma posição de extrema reserva em relação às drogas, até um bocadinho snob – preferia champanhe a tudo aquilo que me ofereciam.”

(Manuel Maria Carrilho - «Notícias Magazine», 16.04.00)

“Não estamos a viver um presente banal.”

(Carlos Fortuna, sociólogo - «Diário de Notícias», 18.04.00)

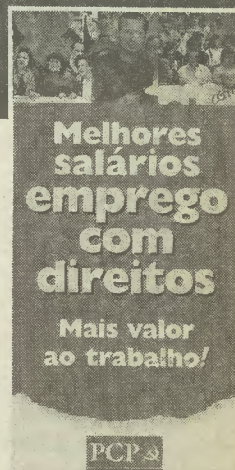
No encontro nacional de sábado, quatro centenas de quadros comunistas relataram experiências recentes e afirmaram a determinação de prosseguir o esforço de consolidação e alargamento da ligação entre o PCP e os trabalhadores.

O encontro, assinalando o final da campanha «Melhores salários, emprego com direitos, mais valor ao trabalho», «é um estímulo para uma mais qualificada intervenção dos quadros do Partido no desenvolvimento da luta e para o reforço da organização do Partido sendo, simulta-

A força do PCP vem da classe operária, dos trabalhadores e do povo

O valor da experiência

A anteceder a intervenção de encerramento do secretário-geral, Jerónimo de Sousa salientou que, nas intervenções feitas ao longo do dia, foi reduzido «o carácter de relatório em benefício da revalorização do



O esforço da campanha foi compensado e vai manter-se como linha estratégica do Partido

O êxito da campanha é um esforço para continuar

neamente, um contributo para a preparação do XVI Congresso», afirma-se no documento-base, que procura sintetizar o debate travado no Forum Picoas.

Da Carris à Efacec, das telecomunicações aos têxteis da Guarda, do Vale do Ave à Moita, da hotelaria de Lisboa à cristalaria de Leiria, quatro dezenas de intervenções disseram, com diferentes cores e sotaques, que a campanha lançada a 14 de Março aproximou o PCP dos trabalhadores, alargou a influência do Partido nas empresas e estimulou a denúncia de problemas e o desenvolvimento de lutas com resultados positivos.

A riqueza das intervenções e o nível dos quadros envolvidos no debate levaram mesmo à decisão de elaborar uma brochura sobre o encontro, anunciada por Jerónimo de Sousa, ao fazer uma síntese dos trabalhos.

Mais Partido dos trabalhadores

exemplo, da luta, das experiências positivas de reforço da intervenção e organização do Partido», mantendo o «sentido crítico».

No encontro, disse aquele membro da Comissão Política do Partido, «caracterizámos os traços essenciais da avassaladora ofensiva do capital e dos governos contra o Direito do Trabalho como elemento fundamental para fazer triunfar os objectivos de concentrar e

centralizar o capital, aumentar o lucro, aumentando a exploração», verificando que, «independentemente do grau das mutações e alterações em curso e da velocidade a que se desenrolam, não se alterou a natureza exploradora do capitalismo» e «a luta de classes continua a atravessar toda a sociedade, nas lutas, nos locais de trabalho, na vida política e social quotidiana, na natureza, decisões e na

acção do Governo e do capital». Realçou ainda que «confirmámos a importância da luta de massas, em particular dos trabalhadores, o peso e a influência dos comunistas no seu estímulo, na sua mobilização, na sua participação», e «confirmámos a justa orientação de estabelecer harmoniosamente a ligação entre a acção de massas, a acção institucional e a acção e intervenção geral do Partido». Ao

valorizar a campanha nacional de contacto com os trabalhadores, destacou «a sua dimensão, oportunidade, a divulgação das nossas iniciativas legislativas, os debates realizados, os 400 mil documentos distribuídos, a demonstração que é possível vender mais o "Avante!", a aproximação, as pontes estabelecidas com muitas trabalhadoras e trabalhadores em condições de virem ao Partido».

A campanha deve agora ser completada com a intervenção e organização quotidiana do Partido, tendo presente que «o encontro confirmou, por um lado, com sentido autocrítico, as nossas dificuldades e debilidades», mas «confirmou, também, as reais possibilidades que se rasgam ao Partido no plano do reforço da sua intervenção e organização nas empresas e locais de trabalho».

Carlos Carvalho realça importância da luta

Convicção por experiência

«Na situação que estamos a viver, e em que é notória um crescente descontentamento com a política do Governo e em que já são mesmo visíveis as fracturas dentro do PS, é essencial que todos os que se sentem indignados e revoltados, em vez de pensarem que o Governo fará sempre aquilo que quer, compreendam firmemente que o

Governo pode ser obrigado a recuar com o prosseguimento e ampliação do protesto e da luta popular», disse o secretário-geral do PCP.

Na intervenção de encerramento do encontro nacional de quadros, Carlos Carvalho declarou que «é com esta sólida convicção, fundada na experiência, que apelamos vivamente para que, nas próximas semanas, e designadamente em torno das jornadas do 25 de Abril e do 1.º de Maio, "ninguém se cale" e nos unamos para dar mais irradiação social e força política à reivindicação de "aumentos, sim, mas dos salários e das pensões"».

«E, como sempre, não nos limitámos à crítica ou à denúncia», notou o dirigente comunista, salientando que «apresentámos medidas e propostas concretas e confrontámos o Governo com as suas responsabilidades», sugerindo e exigindo «aquilo que era equilibrado, urgente, necessário e possível».

Carlos Carvalho sublinhou que «partimos de situações concretas e dados concretos. Incómodos mas concretos. Tão vivos e tão concretos que nenhuma manipulação ou engenharia estatística governamental lhe resiste».

degradadas», e «insiste na falsidade de que o aumento dos combustíveis vai ter um reflexo insignificante nos salários reais e na taxa de inflação».

Só que «as contas não são difíceis de se fazer, para se concluir que os aumentos salariais vão ser laminados, corroídos e absorvidos», contrapôs Carlos Carvalho, apontando um exemplo: um trabalhador que ganhe 100 contos por mês e tenha sido aumentado 2,5%, feitos os descontos, receberá um «magnífico aumento» de cerca de 2 300\$00; se gastar por mês apenas 30 litros de gasolina e duas botijas de gás, terá um acréscimo de despesa de 510 escudos, na gasolina (aumento de 17 escudos por litro), e de 700 escudos no gás (somam quase 19% os aumentos no fim do ano passado e agora, o que significa um acréscimo de 350\$00).

Ou seja, concluiu o secretário-geral, «só em gasolina e no gás este trabalhador terá um acréscimo de custos de 1 210\$00, o que lhe leva mais de 50% do aumento». «Se lhe juntarmos o aumento das taxas de juro, dos medicamentos, do IRS e outros aumentos, fica claro que todo o aumento salarial é absorvido pelo aumento de preços e não chega», protestou Carvalho, admitindo que «o ministro das Finanças pode inventar as taxas de inflação que quiser», mas «o que não consegue é transformar taxas virtuais na realidade», a qual «está à vista no fim de cada mês para milhares e milhares de trabalhadores e suas famílias».

Voz ao trabalho

Carvalho lembrou que, ao longo do último mês, «com grande empenho e entusiasmo, procurámos congregar os nossos esforços e as nossas energias nesta importante campanha de contactos directos junto dos trabalhadores e das trabalhadoras, complementada e articulada com a nossa intervenção na Assembleia da República,

Teimosia e contas

«Infelizmente, o Governo parece querer manter-se na sua postura arrogante e autista», lamentou Carvalho, verificando que o executivo PS «teima em fechar olhos e ouvidos para o facto de Portugal ser hoje na União Europeia o campeão das desigualdades», «teima em não querer actualizar o salário mínimo e compensar os trabalhadores e, nomeadamente, os dos transportes e da Administração Pública, bem como os pensionistas e reformados com pensões mais



Natureza de classe é traço fundamental da identidade do PCP

Organizar hoje e para o futuro

No documento do encontro nacional de quadros reafirma-se que o PCP é o «partido da classe operária e de todos os trabalhadores» e tem aqui um «traço fundamental da sua identidade, indissociável dos seus objectivos».

Esta característica distintiva do PCP tem consequências em todos os aspectos da sua intervenção, na sua actividade e organização. Refere-se, a propósito, que o Partido desenvolveu a tomada de posição sobre problemas dos trabalhadores e concretizou as campanhas de contacto e esclarecimento, em particular com acções junto às empresas e locais de trabalho.

As campanhas anteriores, sobre os direitos dos trabalhadores, contra o pacote laboral, de alerta sobre o trabalho a tempo parcial e o ataque ao direito às férias, tal como a campanha realizada de 14 de Março até ao passado sábado, «revelaram-se

importantes formas de contactar com muitas centenas de milhar de trabalhadores».

É necessário e possível crescer nas empresas

«Há aspectos positivos na intervenção do Partido, experiências interessantes na actividade de células do Partido, a reacção de outras, o início de trabalho partidário em novas empresas», regista o documento, ressaltando de seguida que «tais aspectos positivos não podem esconder que o grau de organização e intervenção do Partido é baixo, com um nível que não responde às necessidades actuais e futuras de um Partido como o nosso».

São citados números recentes, segundo os quais 20 por cento dos organismos do Partido são de empresa, local de trabalho ou sector, e há apenas 160 secretariados de célula e organismos de direcção de sectores profissionais. Este volume é considerado «insuficiente e concentrado na sua grande maioria em duas ou três organizações regionais», enquanto «há empresas com três e quatro mil operários e muitas com

mais de mil em que não há células do Partido, em vários casos nem sequer membros do Partido conhecidos da organização», situação que se repete com grandes concentrações de trabalhadores de serviços.

Plano urgente

Francisco Lopes, membro da Comissão Política e do Secretariado do PCP, ao abordar este tema, defendeu que «o reforço efectivo da organização do Partido exige a adopção de medidas urgentes, um verdadeiro plano de trabalho em cada região, com o acompanhamento, apoio e estímulo das estruturas centrais do Partido, definindo objectivos, prioridades e sobretudo formas e meios para a sua concretização: o destacamento de quadros, em particular funcionários do Partido que tenham esta tarefa como exclusiva (ou quase); a criação de organismos específicos para sectores e empresas; o recrutamento de mais membros para o Partido, em particular de jovens; a criação de novas células; o acompanhamento individual de membros do Partido isolados numa dada empresa; um conteúdo de trabalho das células e dos membros do Partido que tenha no centro



As experiências positivas incentivam a que se prossiga o trabalho

das suas preocupações os problemas dos trabalhadores, o fortalecimento da sua organização e unidade, o desenvolvimento da luta, associada à articulação com o trabalho institucional, à divulgação das posições políticas e à afirmação dos ideais e projecto do PCP».

O reforço da organização e da intervenção do Partido junto dos trabalhadores, em particular o alargamento da acção e do número de células nas empresas e locais de trabalho, foi apontado no encontro nacional como «uma tarefa decisiva e urgente, que é necessário e possível concretizar com êxito», como mostram inúmeras experiências.

Os cidadãos Belmiros e Sandras

«Sem dúvida que, tendo como eixo central a luta dos trabalhadores, é indispensável o desenvolvimento da frente social que envolva diversas classes e camadas para acumular forças e alicerçar a alternativa a esta política e uma alternativa política.»

«Sem dúvida que haverá espaços novos, mais abrangentes formas de intervenção e organização, mais fáceis e, naturalmente, necessárias e interessantes, sem ser lá, onde pulsa o coração do movimento operário e sindical, lá, onde está o palco principal e nuclear, onde trabalham e lutam os principais destinatários e actores da transformação social.»

«Mas a questão central é que, enquanto existirem os cidadãos Belmiros de Azevedo, no altar da sua fortuna pessoal de 650 milhões de contos, e as cidadãs Sandras, Cristinas e Célias, com o seu salário de 60 contos/mês, com um contrato a prazo numa caixa de supermercado, o cidadão Mello, com os seus milhões, e os milhares de cidadãos trabalhadores da Lisnave, com inquietações sobre o futuro dos seus postos de trabalho, enquanto houver um punhado de cidadãos, donos das multinacionais e detentores de fortunas colossais, que permitiriam banir a fome e a miséria de países inteiros, e milhões de cidadãos trabalhadores, vítimas da exploração capitalista, de desempregados e de excluídos, a luta há-de continuar, este movimento operário e sindical há-de prosseguir, este Partido será sempre preciso, como força necessária e insubstituível no sinuoso e prolongado processo de transformação social!»

● Jerónimo de Sousa

Integração e internacionalismo

«Um movimento sindical integrado em estruturas supranacionais seria um elemento da própria integração económica capitalista, colocar-se-ia distante dos trabalhadores e dos locais de trabalho e imporia aos trabalhadores e suas organizações dos países membros a defesa de reivindicações internacionalizadas que, no concreto, podiam abafar, conter, contrariar e, até, trair a luta por legítimas reivindicações dos trabalhadores e das suas organizações sindicais em cada um dos países.»

«Mas a recusa à integração sindical, à submissão a decisões obrigatórias de estruturas sindicais supranacionais não significa que a internacionalização da economia, a integração económica, a transnacionalidade das maiores empresas que actualmente dominam o mundo capitalista não exijam a cooperação, o entendimento, a acção comum e mesmo a criação de estruturas internacionais em que participam os movimentos sindicais de vários países.»

«O internacionalismo de classe e a cooperação e unidade de movimentos sindicais livres e independentes não se pode confundir com a submissão a instâncias supranacionais dominadas por posições de capitulação e colaboracionismo do grande capital.»

«Precisamos, portanto, de ampliar a tática e a resistência contra a ofensiva neoliberal, combater de maneira inflexível a capitulação social-democrata que, comprometida em alto grau com a ofensiva neoliberal, mais não faz do que negociar sobre lutas, dando prioridade a um «diálogo» e um «propositismo» enganosos.»

● Américo Nunes

● Américo Costa

Lembrar agora...

«É bom lembrar que se o PS não tivesse obtido, um pouco por bamburrio na



votação fora do País, a exacta metade dos deputados, a Assembleia da República teria aprovado, no passado dia 7, a resolução proposta pelo PCP exigindo do Governo o controlo dos preços, a contenção dos aumentos de preços dos transportes público e, em especial, dos passes sociais e a reabertura dos processos de negociação salarial, a começar pela Função Pública.

«Toda a gente sabe o papel activo que o PCP tem vindo a desempenhar e a generosa acção que tem vindo a desenvolver, na Assembleia da República e na movimentação social, nesta batalha para defender as condições de vida dos portugueses e os direitos e interesses dos trabalhadores das agressões da política do Governo do PS.

«Mas não viria nenhum mal ao mundo, antes pelo contrário, que muitos trabalhadores e cidadãos em geral que, não tendo votado no PCP, reconhecem hoje o mérito e a utilidade da nossa intervenção, se lembrassem agora, para se poderem lembrar mais tarde, que se nas últimas eleições o PS tivesse tido menos votos e menos deputados e o PCP tivesse tido ainda mais votos e mais deputados do que teve, a nossa luta estaria agora a ter mais êxitos e mais resultados, para bem dos trabalhadores e do povo português.»

● Carlos Carvalhas

O PCP precisa dos trabalhadores

«Um Partido que, como o PCP, se define como o Partido da classe operária e de todos os trabalhadores, não pode deixar de ter como objectivo central da sua intervenção a defesa dos interesses e dos anseios destas camadas. Mas de igual modo, a preservação da identidade do Partido, razão da sua força, das formas de organização e capacidade de luta, só poderá continuar a ser assegurada se o Partido reforçar a sua ligação aos trabalhadores, como elemento constitutivo da identidade do Partido.»

«Esta é, aliás, uma sólida conclusão extraída dos ensinamentos da longa história do Partido, ensinamentos que nos mostram que o PCP, nascido como resultado lógico do processo de crescimento, consciencialização e actuação do proletariado português, se tornou um grande Partido nacional capaz de resistir a

todas as adversidades, porque a sua existência se tornou indissociável da luta dos trabalhadores e das massas populares, forças que, ontem como hoje, independentemente da extensão e diversidade da frente social, se encontram no centro da resistência à exploração e se confirmam como o motor dinamizador e aglutinador da luta de massas.

«É tendo em conta esta realidade indimentável que as forças do capital dedicam enormes meios à intervenção ideológica no sentido de dificultar a formação da consciência de classe dos trabalhadores e do seu papel como força de transformação social.»

● Domingos Abrantes

Mundializar a solidariedade

«Este modelo, produto do neoliberalismo dominante, traz múltiplas dificuldades à organização e acção da classe operária, a todos os trabalhadores.»

«Enfraquece, dificulta e atrasa a tomada de consciência social e de classe dos trabalhadores e a transposição destas para posições políticas em conformidade com os seus interesses.»

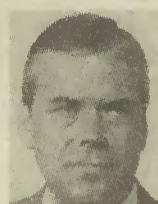
«Tudo isto em nada mudou, antes agravou, a natureza agressiva e exploradora do capitalismo, mas também não mudou, pelo contrário, a força motriz dos trabalhadores na produção, nas transformações sociais e no desenvolvimento da sociedade no seu todo.»

«Por outro lado, o movimento operário e sindical tem vindo a dar sinais fortes de revitalização e adequação às transformações; demonstram-no em Portugal a grande manifestação de 25 de Março do ano passado contra o pacote laboral; confirma-o a grandiosa manifestação de 23 de Março deste ano por emprego de qualidade, contra a precariedade, já o tinham demons-

trado a luta em torno da aplicação das 40 horas e contra a flexibilidade e a polivalência, demonstram-no as numerosas lutas de empresa por aumentos salariais, e vão continuar a demonstrá-lo os próximos dias 25 de Abril e 1º de Maio, e a nova manifestação de 19 de Junho, prevista para o Porto.

«Tal como em Portugal, há por todo o mundo forças que não se conformam com as receitas do capital e do pensamento único, nem com determinismos e dogmatismos tecnocráticos, economicistas, tecnológicos ou outros ao seu serviço.»

«Forças que resistem e lutam, procurando outros caminhos, os caminhos dos verdadeiros direitos humanos, contrapondo à mundialização neoliberal, a mundialização humanista e progressista, dos direitos, da solidariedade e da justiça social.»



Continua o conflito nos transportes

Parados contra 3 por cento

Os trabalhadores do Metropolitano, da Carris e da CP mantêm a determinação de lutar por salários justos.

As greves de antontem tiveram adesão praticamente total, tanto no Metropolitano de Lisboa, como na Carris e no sector fixo ferroviário. Os trabalhadores contestam a posição das administrações na revisão salarial deste ano, que deram por encerradas as negociações e aplicaram aumentos de 3 por cento.

Considerando esta actualização insuficiente e injusta, os trabalhadores exigem que o processo seja retomado e, para alcançar esse objectivo, reafirmaram a disponibilidade para novas paralisações.

A greve de 24 horas, convocada pelo Sindicato Nacional dos Trabalhadores do Sector Ferroviário, abrangeu várias empresas do grupo CP. Américo Leal disse ao «Avante!» que as administrações da CP e Refer obtiveram o acordo de outras estruturas, mas o SNTSF/CGTP não aceita a actualização de 3 por cento. Na Emef, as negociações prosseguem, com a pro-

posta da empresa nos 2 por cento. Os responsáveis da TEX, Fernave, Ecosaúde, Ferbritas e Fergráfica nem sequer responderam ainda às reivindicações apresentadas. A situação vai ser analisada dia 26 Abril, na Executiva do sindicato.

Os trabalhadores não querem pagar os custos de políticas erradas

No Metropolitano estão marcadas greves para a manhã de 3 de Maio (das 6.30 às 13 horas) e para todo o dia 9. Diamantino Lopes, da Festru/CGTP-IN,

deu esta informação à Agência Lusa, após uma reunião que os diversos sindicatos representativos dos trabalhadores do Metro realizaram durante a greve de antontem.

Para dia 3 de Maio ficou também marcado um plenário geral de trabalhadores, na estação do Campo Grande.

Durante a paralisação na Carris, realizaram-se plenários descentralizados nas estações de recolha, tendo os trabalhadores decidido adiar a marcação de novas formas

de luta até 28 de Abril, data em que se realiza no Ministério do Trabalho uma reunião entre administradores e sindicatos, a pedido destes, que estão já mandatados pelos trabalhadores para, em data a fixar, convocarem nova greve, desta vez acompanhada por um plenário geral em Santo Amaro, junto à sede da empresa.

Privatizações

A par da concertação de acções de luta por aumentos salariais justos, o plenário de representantes dos trabalhadores dos transportes, promovido no dia 13, na Casa do Alentejo, por iniciativa da CGTP, analisou também a situação nas empresas.

Foi particularmente realçado o impacte negativo das privatizações e dos processos de desmembramento no sector, tanto para os trabalhadores (redução do emprego, aumento da precariedade, ataque aos direitos e regalias e tentativas de redução dos salários), quer para os utentes do serviço público de transportes (redução de carreiras e diminuição de veículos em circulação, sobretudo fora das horas de ponta).



● Carlos Grilo

Resultados auspiciosos

Os Bancários do Sul e Ilhas votaram para os órgãos do seu sindicato e para o Congresso da UGT. Os resultados mostram que os unitários e sua acção sindical não só desfrutam duma grande influência, como se afirmam, com uma intervenção indispensável à garantia de uma vida sindical dinâmica e participativa. O vastíssimo contacto feito com praticamente todos os trabalhadores pela Lista A (Unitária) permitiu um relacionamento invulgar na vida sindical, no quadro de apelos dominantes ao conformismo e à indiferença.

PS, PSD e alguns afins estão de novo juntos. Não se trata de uma novidade. Para o PS foi e é um recurso sempre disponível, sempre à mão de semear quando se prefere: o imobilismo à acção; a tentativa de mudar e inovar estilos à cristalização e ao conservadorismo de posições; o combate esclarecido na defesa dos bancários à submissão aos ditames do Governo. Os resultados alcançados pelas duas listas exigem que a Direcção agora eleita reflecta e tenha em conta que a consigna unitária *Mudança Activa* tem fundamento e futuro, porque teve um significativo apoio dos bancários. Ao contrário da opinião de Delmiro Carreira, reeleito presidente da Direcção do Sindicato, em entrevista ao «Público», não são os unitários que não «percebem os fenómenos da globalização», mas sim os sindicalistas do PS na Banca que não se disponibilizam, com coragem e independência, para considerar uma prática sindical cuja finalidade fosse a resolução dos problemas com que se confrontam os bancários, numa perspectiva de defesa dos seus salários, dos seus direitos e da sua participação na vida sindical, da sua própria unidade.

O resultado eleitoral mostrou ainda o apoio dado pelos bancários ao projecto sindical unitário, democrático, de classe e participativo onde os comunistas têm ao longo dos anos um destacado papel. Independente dos banqueiros e do Governo, de forma corajosa e estimulando a dignidade dos bancários, a Lista A foi portadora de propostas e reivindicações que emergem das aspirações socio-profissionais dos bancários e deu voz

activa aos que dia a dia sofrem uma vida laboral de generalizadas limitações aos direitos. Nesta análise valorativa não pode, entretanto, subestimar-se o facto de PS e PSD na Direcção irem tentar, em conluio com patronato e Governo, implementar medidas lesivas dos direitos e interesses dos bancários. A participação unitária nos Corpos Gerentes em consonância com a acção sindical nos bancos, contratou, impediu e retardou algumas importantes medidas naquele sentido, nos últimos anos. Mas o esclarecimento, a discussão, a vontade de mudança, a confirmação das listas unitárias como primeira força na estrutura sindical num contexto de uma mutação geracional e sociolaboral, desenham potencialidades a reflectir-se positivamente.

A situação agora criada com estes resultados eleitorais é susceptível de gerar condições capazes de enfrentar o futuro com dignidade e confiança, num terreno claro de opções cuja linha divisória é a de aceitar ou contrariar, lutando, a ofensiva dos grupos financeiros contra os bancários. *Mudança Activa* é uma exigência duma significativa parte dos bancários do Sul e Ilhas. A força dada pelos votos a esta exigência traduz uma responsabilidade e incute confiança aos activistas sindicais que por ela se bateram.

Mudança Activa indispensável à democratização da vida sindical, onde a participação dos bancários nas decisões seja o nervo principal de combate às ofensivas do patronato e do Governo, pelo que são inadmissíveis quaisquer veleidades de limitação ao exercício da actividade sindical ou tentativas de alterações estatutárias que configurem obstruções ou distoções à participação dos trabalhadores na vida do seu sindicato.

Os grupos financeiros e o Governo do PS que lhes está subordinado têm nos trabalhadores bancários uma forte oposição aos seus desígnios políticos e sociais. É preciso unir e fortalecer esta oposição, continuando a resistir, rasgando caminhos para a consciencialização sindical e política, fazendo os avanços qualitativos para a *Mudança Activa* reclamada por, pelo menos, cerca de 44% (contra 49% da lista PS/PSD), dos 19 500 bancários que dia 12 exerceram o seu direito de voto.



O Congresso do STAL teve a participação de mais de 500 delegados

Governo acusado no Congresso do STAL

O secretário-geral da CGTP voltou a acusar o Governo de agir de «má-fé» com os trabalhadores da Administração Pública, ao impor 2,5 por cento de aumento salarial.

Falando no final dos trabalhos do 4.º Congresso do Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local, em Portimão, Carvalho da Silva reafirmou que o Governo, quando deu por encerradas as negociações e decretou 2,5 por cento, sabia que daí a dias iria tomar medidas de impacto forte

que provocavam o aumento do custo de vida. «A forma como o Governo fez o aumento dos combustíveis, num clima de alarme, gerador de oportunismos múltiplos, e as cedências à chantagem dos lobbies empresariais, criaram um clima que obriga os trabalhadores a reagir», salientou.

O Governo e os patrões não podem continuar a reconhecer que o aumento dos combustíveis produz uma subida dos preços e das taxas de juro, agravando a economia, e recusar, ao mesmo tempo, que os salários sofrem o

mesmo efeito. «É uma política dualista que tem de ser combatida», sublinhou Carvalho da Silva, citado pela Lusa, garantindo que os sindicatos não se encontram numa dinâmica reivindicativa pontual, mas envolvidos numa intervenção determinada e forte para os próximos anos.

O 4.º Congresso Nacional do STAL decorreu sexta-feira e sábado, no Auditório Municipal de Portimão, com a participação de mais 500 delegados e uma centena de convidados.

Hotelaria da Madeira

Os aumentos de 3,3 por cento, fixados na semana passada pelo Governo Regional da Madeira para o sector da hotelaria, não satisfazem os trabalhadores do sector.

A portaria do executivo regional veio resolver o impasse no processo negocial, em que patronato pretendia atribuir aumentos de 2,5 por cento, face à reivindicação sindical de seis por cento. Os trabalhadores do sector iam reunir em plenário, para tomarem posição sobre o aumento decretado pelo Governo Regional. Entretanto, a estrutura sindical do sector convocou uma greve para o período de 22 a 24 de Abril.

Ordem do Carmo

De terça a sexta-feira da semana passada estiveram em greve os trabalhadores da Ordem do Carmo, no Porto, com uma adesão média constante de 90 por cento, segundo o Sindicato dos Trabalhadores da Saúde e Segurança Social. O dirigente sindical Eduardo Valdez assegurou à Lusa que, durante a greve, os trabalhadores «nunca deixaram de assegurar os serviços mínimos, como prevê a lei», e acusou a Administração da Ordem do Carmo de «nestes dias, tentar exercer pressão sobre alguns trabalhadores». Os trabalhadores reivindicam aumentos salariais de seis por cento e um horário semanal de 38 horas. A greve visa também reivindicar 5 mil escudos por cada diuturnidade e 700 escudos de subsídio de refeição. O sindicato diz que os trabalhadores (auxiliares de acção médica, pessoal auxiliar e operários) sentem-se discriminados pela forma como a instituição tem vindo a agir em relação à sua situação profissional, havendo «um tratamento diferente na aplicação das tabelas salariais e na aplicação de horários dentro da Ordem do Carmo».

EPAL

Numa concentração convocada para segunda-feira, junto à sede da EPAL, na Avenida da Liberdade, os trabalhadores resolveram passar a formas de luta. Esta foi a opção que se colocou, face à intransigência do conselho de administração, que não dá resposta às justas reivindicações contidas na proposta de revisão do acordo de empresa para o corrente ano - informou o Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa.

Para exigir resposta política às reivindicações dos professores

Fenprof marca «romaria»

Dirigentes da federação vão deslocar-se todos os dias, a partir de 2 de Maio, ao Ministério da Educação, reclamando a concretização de uma audiência com o ministro.

Um responsável da Fenprof salientou que o encontro terá de ser de carácter político, recusando-se a federação a manter mais reuniões com técnicos. A acção, decidida sexta-feira numa reunião extraordinária do Secretariado Nacional, deve-se à falta de resposta de Oliveira Martins a um pedido de audiência apresentado na semana anterior. A federação repudia esta atitude do ministro, reafirmando a disponibilidade para avançar com a convocação de uma greve.

A 5 de Abril, numa reunião do Conselho Nacional, a federação aprovou um conjunto de sete reivindicações exigindo, simultaneamente, a marcação de uma audiência, dando o dia 14 como data-limite para uma resposta.

Agora, o Secretariado Nacional reforçou a intenção de realizar uma greve de docentes a 29 de Maio e de intensificar a luta, com outra paralisação na semana de 19 a 23 de Junho, período que coincide com a realização dos exames nacionais do 12.º ano.

Agência Lusa que, depois das férias da Páscoa, serão marcados plenários por todo o País, mobilizando assim os professores para a greve de 9 de Maio.

O Secretariado Nacional reforçou a intenção de realizar uma greve de docentes a 29 de Maio e de intensificar a luta, com outra paralisação na semana de 19 a 23 de Junho, período que coincide com a realização dos exames nacionais do 12.º ano.

A Fenprof exige estabilidade de emprego, condições para o exercício da profissão, a regulamentação do estatuto da carreira docente

do ensino superior e do não superior e a redução do período de aposentação dos docentes. Reivindica ainda um complemento de formação, até 2003, para os professores bacharelís, a consulta às escolas para a formação de agrupamentos de escolas, e a aprovação de uma lei de financiamento do ensino público não superior.

Alastra o descontentamento na Administração Pública

Açores

A Direcção Regional do Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores apela à participação

na greve geral da Administração Pública, a 9 de Maio, como forma de protestar também contra o atraso no pagamento da remuneração complementar. A posição foi anunciada sexta-feira, em conferência de imprensa, na cidade da Horta, por João Decq Mota, na sequência de uma reunião da Direcção do sindicato, passados mais de três meses da publicação do Decreto Legislativo Regional sobre o subsídio de insularidade. O sindicalista acusou o Executivo do PS de, em ano de eleições regionais, pretender pagar o mais tarde possível, para que os trabalhadores recebam retroactivos perto do acto eleitoral.

Luta da construção saiu à rua no Porto

Várias centenas de trabalhadores da construção civil e obras públicas manifestaram-se no dia 12, no Porto, durante a greve por salários justos, por regalias sociais, contra a prepotência patronal e pela redução do horário de trabalho - informou a federação do sector, indicando níveis de

adesão de 70 a 80 por cento, entre os trabalhadores com vínculo estável, e de 20 a 50 por cento nas empresas onde predomina o trabalho precário.

Os trabalhadores, que protestaram junto ao edifício da associação patronal do Norte (AICCOPN), cortaram a Rua

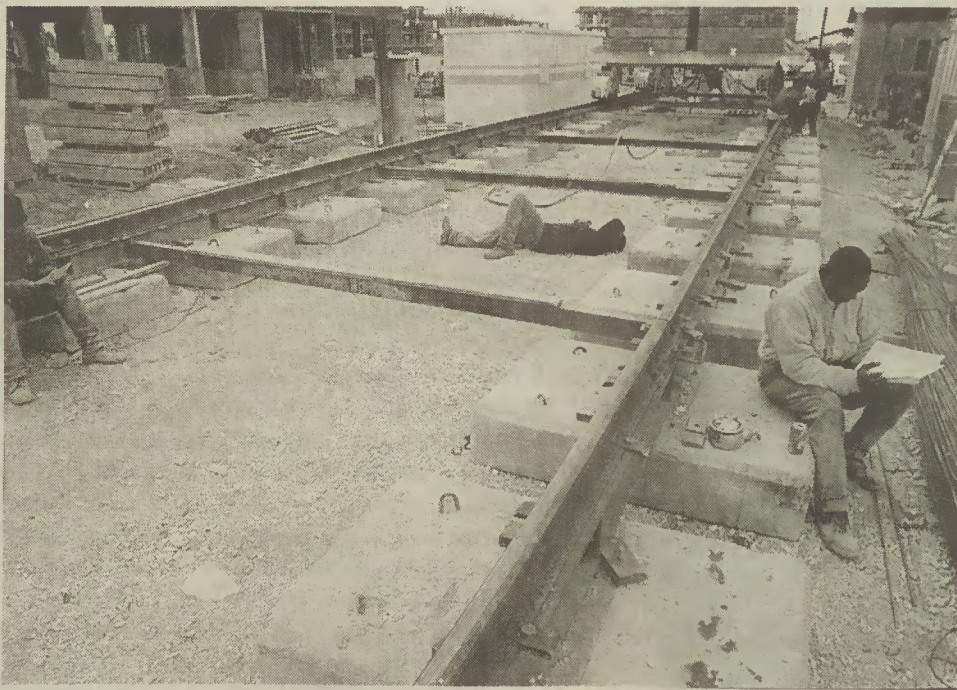
Álvares Cabral durante cerca de cinco minutos, seguindo em marcha lenta até à Praça da República, num percurso de cerca de 500 metros. «Bufar ao balão é insulto do patrão» e «A luta continua», foram algumas das palavras de ordem gritadas pelos trabalhadores, que

não aceitam os aumentos de 2,4 e de 3 por cento que o patronato pretende aplicar nos sectores da construção civil e das madeiras, respectivamente, exigindo aumentos de seis por cento, ao mesmo tempo que recusam a imposição do controlo diário e generalizado da taxa de alcoolemia, feito a mando dos patrões.

Nas contas feitas pelo Sindicato dos Trabalhadores da Construção, Madeiras, Pedreiras, Cerâmica e Materiais de Construção do Norte e Viseu, o aumento proposto pelo patronato para o subsídio de refeição apenas dá para comprar mais um pão por dia e o aumento salarial não chega para tomar mais um café». A recusa de tolerância de ponto para o dia 31 de Dezembro e a relutância do patronato em reduzir o horário de trabalho para as 39 horas semanais, são outros

pontos considerados inaceitáveis pelos representantes dos trabalhadores.

As estruturas da CGTP recusam o acordo que outros «assinaram de cruz», saudam os trabalhadores que estiveram na luta e asseguram que a retirada de direitos não se aplica aos seus sindicalizados. Exigem que os representantes patronais se sentem à mesa das negociações, tendo em conta as propostas da federação. Albano Ribeiro disse à Lusa que «se o patronato aceitasse aumentar cinco contos no salário de cada trabalhador, reduzir o horário de trabalho para as 39 horas e dar apenas meio dia de tolerância de ponto no Ano Novo, o acordo já estaria feito». Quanto ao teste de alcoolemia, o dirigente sindical do Norte considerou que o «único problema é não ser feito por uma entidade independente».



Os trabalhadores pararam, mesmo em empresas onde domina a precariedade (foto de arquivo)

Guardas florestais retomam protestos

Os guardas florestais estiveram em greve na quinta-feira, pela segunda vez este ano, e concentram-se na Presidência do Conselho de Ministros, em Lisboa, para exigir a aprovação de um diploma que actualize o seu suplemento de risco.

Rui Raposo, dirigente da Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública, lembrou que a actualização já devia ter entrado em vigor, «na pior das hipóteses», em Outubro de 1998. O sindicalista, em declarações à Agência Lusa, acusou alguns

governantes de terem desvalorizado as últimas greves dos guardas florestais (no dia de abertura da caça, 3 de Outubro, e no dia 10 de Fevereiro) com exclamações de incompreensão sobre os motivos da luta, acompanhadas de afirmações sobre a aprovação do decreto regulamentar que não correspondem à verdade. «Depois de várias promessas e expectativas, a verdade é que o diploma continua por aprovar», sublinhou Rui Raposo. Além disso, há um descontentamento entre estes cerca de 700 profissionais

face ao não melhoramento das condições de trabalho neste último ano, contrariamente ao prometido pela Direcção-Geral das Florestas.

Os trabalhadores reivindicam ainda a conclusão do processo de uniformização dos guardas florestais e o pagamento das ajudas de custo que se encontram com um atraso de quatro meses. Exigem também um plano integrado e sustentado de formação profissional e consideram existir insuficiência de meios de transporte para as funções de fiscalização.

Greve parou a Petrogal em Sines

Além das fábricas não terem chegado a arrancar, não houve qualquer movimento marítimo nem de qualquer carro-tanque na sexta-feira, na refinaria de Sines da Petrogal. A informação de Armando Farias, dirigente da Fequimetal/CGTP, foi verificada pela Lusa junto da administração, que contestou o índice de adesão de 90 por cento, mas confirmou que, além da refinaria não ter produzido, não houve qualquer expedição de carro-tanque nem de abastecimento de barcos.

O dirigente sindical recordou que a greve se concretizou porque a administração remeteu para Julho a negociação de um novo regulamento de turnos, da melhoria do regime de prevenção e da revisão das carreiras. «Admitimos discutir as carreiras nessa altura, porque se trata de uma matéria complexa, mas as restantes não o são e não estamos dispostos a esperar mais», afirmou Armando Farias.

A refinaria de Sines, onde trabalham cerca de mil pessoas, esteve em «paragem técnica» durante cerca de um mês, para operações de reparação e manutenção, que foram antecipadas, levando ao adiamento de uma greve que já estava anunciada para aquela ocasião. A laboração normal deveria ser retomada precisamente na sexta-feira. Entretanto, foi alterada a composição da administração.

Fraternidade e camaradagem

O aniversário do PCP foi comemorado mais uma vez e como vem sendo habitual por membros do Partido que, a seguir ao 25 de Abril, integravam a então UJC/UEC. Este ano, a iniciativa constou de um jantar que teve lugar na Voz do Operário e contou com a participação de mais de 50 camaradas.



Moita

Mais de setenta camaradas e amigos estiveram presentes no Salão da Colectividade «Chiniquilho Arroiteense», em Alhos Vedros, no debate ali promovido pela Comissão Concelhia da Moita do PCP. Sobre «O papel do PCP na luta pela liberdade e a democracia», tema do debate, falou inicialmente o camarada José Casanova – que sublinhou e exemplificou a intervenção decisiva dos comunistas nessa matéria durante os 79 anos de vida e luta do PCP. No animado debate que se seguiu intervieram vários militantes e amigos do Partido.

Azinhaga (Golegã)

No Centro de Trabalho do PCP na Freguesia de Azinhaga – recuperado graças ao trabalho voluntário e dedicado de muitos camaradas e amigos – realizou-se um almoço-convívio comemorativo do 79.º aniversário do PCP. Com cerca de 150 presenças, a iniciativa decorreu num ambiente de grande camaradagem e fraternidade. Depois do almoço, confeccionado e servido por camaradas – homens e mulheres – da organização local, intervieram os camaradas Amélia Vitorino, Lúcio Oliveira e José Manuel do Rosário – que falaram sobre as obras que faltam para a total recuperação do CT (só falta o telhado...) e sobre as tarefas e lutas do futuro imediato, nomeadamente a participação nas comemorações do 25 de Abril e na manifestação, em Santarém, do 1.º de Maio. A encerrar o convívio interveio o camarada José Casanova que falou sobre os 79 anos de vida do Partido, destacando algumas datas marcantes e sublinhando a importância de continuarmos, hoje, contra a política de direita, pela democracia e pelo socialismo, a luta travada por milhares e milhares de comunistas desde que o Partido foi fundado, em 1921.

Comunistas ao lado dos trabalhadores

Um partido novo e actual

As comemorações do 79.º aniversário do PCP estão a chegar ao fim. Entretanto, um balanço já feito às iniciativas realizadas serve para reafirmar a confiança que os militantes têm no seu Partido.

A organização do PCP é a mais prestigiada e interveniente organização partidária em muitas regiões porque, como disse Jorge Pires, membro da Comissão Política, no mega-almoço realizado em Azeitão, está «permanentemente ao lado dos trabalhadores e do povo, na luta pelas pequenas e as grandes causas».

Exemplificando, Jorge Pires lembrou o papel dos comunistas na luta pelo emprego com direitos, como acontece na NORPORTE, nos TST e na ADP; pela dignificação do salário, como se verifica na CP, na Administração Pública ou na ETCHA; ou na luta dos utentes em várias unidades de saúde, como se está a passar na Quinta do Conde.

Em todas as lutas, seja pelo desenvolvimento integrado e sustentado da Península, seja

por um ensino de qualidade e gratuito ou pela criação de condições dignas para os idosos, o PCP empenha-se nelas, integrando-as nos seus objectivos «de liquidação da exploração do homem pelo homem, pela construção de uma sociedade de liberdade, de bem-estar e felicidade para o ser humano, a sociedade socialista».

Jorge Pires diz-se, porém, «preocupado» com os que, há muito anunciando a morte do PCP, andam pelo distrito a dizer ou escrever que os comunistas «estão velhos e sem ideias» e têm «que mudar». É o caso do governador civil de Setúbal e actual responsável do PS na região, que montou uma estrutura institucional no Governo Civil, paga com o dinheiro dos contribuintes, rapidamente transformada em comissão eleitoral permanen-

te do PS, ou o ministro Jorge Coelho que muito fala e promete – afirmando, inclusive, que iria criar o pleno emprego na região –, mas nada cumpre.

A diferença que marca

Manifestando orgulho pelo trabalho realizado pelos cinco deputados da CDU eleitos pelo círculo de Setúbal, em articulação com as organizações do Partido, o dirigente comunista pergunta: quem, afinal, está velho, quem não tem futuro e quem não é atraente?

Não, seguramente, o PCP – responde –, que continua a recrutar para as suas fileiras centenas de pessoas, uma grande percentagem das quais jovens com menos de 30 anos, realiza um enorme conjunto de iniciativas temáticas e apresenta propostas para a solução dos problemas e vende cada vez mais exemplares do «Avante!», sempre que sai para a rua.

Naturalmente, «nem tudo está bem na organização» mas é «exactamente porque esta-

mos vivos e a intervir que sabemos melhor do que ninguém o que nos faz falta para fazermos mais e melhor», diz Jorge Pires. Se, «sem grande esforço», já existe um elevado número de adesões ao Partido, isso quer dizer que virando as atenções para o recrutamento somos capazes de trazer «muitos mais camaradas que apenas guardam um contacto com o Partido». Se há empresas onde os trabalhadores contactam o PCP para pedir ajuda, «é porque faz falta criar lá uma célula do Partido». Se existe grande abertura para discutir com os comunistas importantes assuntos dos trabalhadores e das populações é porque esse contacto podem ser feitos de forma periódica e mais alargada.

Por outro lado, se não se acompanha a vida da região em algumas áreas é porque as organizações não têm uma vida regular ou se fecham em si próprias e se os trabalhadores e as populações acusam os partidos de lá ir só quando há eleições é porque há que fazer ainda mais campanhas de rua e marcar melhor a diferença entre o PCP e os outros partidos.

Conselho das Comunidades Portuguesas

Governo quer impedir reunião mundial

O Grupo Parlamentar do PCP decidiu requerer ao Presidente da Comissão Parlamentar de Negócios Estrangeiros, Comunidades Portuguesas e Cooperação a vinda com urgência à Comissão do Secretário de Estado José Lello.

Na origem da convocação está o questionário que o secretário de Estado enviou aos membros do Conselho das Comunidades Portuguesas, cujo teor a Direcção da Organização na Emigração do PCP considera «claramente ofensivo da autonomia e da dignida-

de daquele órgão». O questionário «interfere», ainda, nas atribuições próprias do Conselho e «constitui mais uma tentativa ilegítima do Governo para impedir a realização este ano em Portugal de uma reunião mundial dos conselheiros».

O CCP reclama há muito esta reunião, com o objectivo de avaliar o seu trabalho e fazer o balanço à execução das suas conclusões, antes de ser substituído nas eleições do próximo ano, como impõe a sentença do Supremo Tribunal Administrativo. O Governo quer, porém,

substituir-se ao Conselho e pretende, através de um questionário, «interpretar» a sua opinião sobre o número de membros do Conselho Permanentemente, sobre o método de eleição dos seus membros e sobre a possibilidade de eleger o órgão «por correspondência» ou «por outra via», «apenas por esta vez». Ou seja, fazendo «tábua rasa» de uma lei aprovada pela Assembleia da República.

De facto, o objectivo do Governo é, na opinião dos comunistas, condicionar e

limitar a autonomia do Conselho, recusando-lhe, a pretexto de falta de verbas, os meios necessários ao seu eficaz funcionamento. Mas o que falta é «vontade política», porque quem foi capaz de, um mês depois da aprovação do Orçamento, descobrir a possibilidade de «cortar cem milhões de contos de despesas para enfrentar o problema» criado com os aumentos dos combustíveis, também é capaz de descobrir uma solução para a realização da reunião do CCP.



PCP recebe Euromil

Uma delegação do PCP, dirigida pelo seu secretário-geral, Carlos Carvalhas, recebeu, na segunda-feira, no Centro de Trabalho Soeiro Pereira Gomes, o Comité Executivo da EUROMIL – Organização Europeia das Associações Militares.

BRAGANÇA

Comunicação em debate

Um debate subordinado ao tema «Meios de Comunicação e Consciência Social», atraiu ao Auditório Paulo Quintela, no Centro Cultural Municipal de Bragança, cerca de quatro dezenas de pessoas que durante quase três horas discutiram vivamente a problemática em questão. O papel da comunicação social, os conteúdos da informação que veicula e a estreita ligação existente entre esses conteúdos e a propriedade dos meios, a capacidade de influenciar opiniões e mentalidades de que dispõe – e, também, o papel do «Avante!» no universo comunicacional actual – foram alguns dos temas que percorreram o animado debate, moderado pelo camarada José Morais e no qual participaram os camaradas José Brinquete e José Casanova. No átrio da Centro Cultural encontrava-se uma exposição sobre o «Avante!», incluindo exemplares do tempo da clandestinidade, várias primeiras páginas do «Avante!» pós-25 de Abril e, devidamente destacadas, notícias e artigos de opinião abordando temas e problemas do Distrito de Bragança.

João Amaral em Ovar

João Amaral deslocou-se, na sexta-feira, a Ovar onde, acompanhado de vários sindicalistas e dirigentes locais do PCP, contactou trabalhadoras da empresa TOVARTEX

O encontro, realizado à porta da empresa, permitiu ao deputado comunista tomar conhecimento das condições de verdadeira exploração daquelas trabalhadoras, a viver com um salário miserável, pouco acima do salário mínimo nacional.

Outros problemas levantados têm a ver com a existência na empresa de um regulamento interno que contraria a legislação em vigor (caso das idas ao médico) ou a recente decisão da administração de proibir as pequenas pausas «para a bucha» praticadas há anos na empresa.

Depois de ouvir as recla-

mações e os anseios das trabalhadoras, João Amaral comprometeu-se, em nome do Grupo Parlamentar do PCP, a intervir na Assembleia da República pela dignificação do trabalho em Portugal e apelou à unidade dos trabalhadores nas suas lutas do dia-a-dia.



João Amaral ouve queixas das trabalhadoras da TOVARTEX

ALJUSTREL

Mineiros vão a Lisboa

Uma delegação dos mineiros de Aljustrel deslocou-se, na segunda-feira, a Lisboa para obter do Primeiro-Ministro a garantia de uma rápida retoma da extracção da Mina, reivindicar aumentos de salários, novas admissões e a clarificação do papel do Estado no futuro das Pirites Alentejanas.

Em tomada de posição pública de apoio à luta dos mineiros de Aljustrel, a Direcção da Organização Regional de Beja do PCP «rejeita liminarmente» qualquer «solução» que passe, segundo as recentes declarações do presidente da holding estatal EDM, pelo encerramento das Pirites e exige do Governo a criação de condições laborais para a retoma da extracção da Mina sob o controlo do Estado, que deverá manter um a posição maioritária.

ALMADA

Obra de Lênine em debate

Realizou-se, na passada sexta-feira, no Centro de Trabalho de Almada, um debate sobre o papel e a obra de Lênine, com a participação de Maria da Piedade Morgadinho, membro da Comissão Central de Controlo.

A iniciativa, realizada a propósito da passagem dos 130 anos sobre o nascimento de Lênine, que este mês se comemora, teve a presença de cerca de cinco dezenas de camaradas e o debate que motivou foi entendido como mais um contributo para a 1.ª fase de preparação do 16.º Congresso do Partido.

LISBOA

Deputados visitam Metro

Em visita ao Metropolitano de Lisboa, os deputados comunistas Natália Filipe e Vicente Merendas ouviram dos trabalhadores alguns problemas que denunciam a má gestão do Conselho de Gerência da empresa. Como prova da falta de respeito do Conselho de Gerência pelos trabalhadores, a célula do PCP no Metro refere nomeadamente o facto de a expansão da rede do metropolitano não ser acompanhada da contratação de novos trabalhadores em número suficiente; o aparecimento de trabalhadores em listas disponíveis; a falta de investimento na formação de novos trabalhadores e a recusa em aumentar condignamente os salários. Razões suficientes, dizem os comunistas, para que os trabalhadores se encontrem em luta.

MADEIRA

Melhores transportes

A CDU pôs, na semana passada, a circular na Madeira um abaixo-assinado exigindo que uma quota parte do Imposto sobre os Combustíveis sirva para financiar mais e melhores transportes.

O abaixo-assinado lembra que as famílias da Região Autónoma da Madeira têm os mais baixos rendimentos da União Europeia e a mais elevada taxa de pobreza, gastando com transportes, em média, uma parte superior a um sexto do seu orçamento familiar, pelo que reivindica passes gratuitos para os idosos e estudantes em fase de escolaridade obrigatória; a criação de um passe anual para os restantes estudantes, com um custo equivalente ao actual valor de seis meses, e a isenção de IVA para os passes sociais.

MARINHA GRANDE

Colectividades em Congresso

A realização do 1.º Congresso das Colectividades do Concelho da Marinha Grande corresponde «ao reconhecimento pelo movimento associativo da necessidade de aprofundamento do debate em torno das diversas experiências desenvolvidas, com vista a uma melhor intervenção futura».

A opinião pertence à Comissão Concelhia da Marinha Grande do PCP que, saudando o Congresso, faz votos para que as suas conclusões possam contribuir para o reforço do movimento associativo e para a dignificação do papel do dirigente associativo voluntário que, defende, deve ser objecto de legislação adequada.

SANTARÉM

Situação social pior

A Direcção da Organização Regional de Santarém do PCP reuniu, no dia 7 de Abril, pela primeira vez após a realização da 4.ª Assembleia, e procedeu à análise dos recentes desenvolvimentos da situação política e social.

Relativamente à decisão nesse dia conhecida do encerramento por falência da FUTRA-Fundição do Tramagal, os comunistas consideram que ela confirma a degradação da situação social do distrito e manifestam a sua solidariedade aos 130 trabalhadores da empresa, exigindo dos organismos competentes o cumprimento dos direitos e créditos dos trabalhadores.

Políticas para a saúde devem ter em conta necessidades reais da população

Defender um SNS de qualidade

Promovido pela Direcção da Organização Regional de Setúbal do PCP, realizou-se recentemente, no Auditório da Biblioteca Municipal do Barreiro, um Encontro Regional sobre as questões da Saúde.

O Encontro, subordinado ao lema «Serviço Nacional de Saúde de Qualidade, Melhor Saúde», para a Península de Setúbal», reuniu cerca de 70 participantes – médicos, enfermeiros, outros técnicos de saúde, representantes de Comissões de Higiene e Saúde no Trabalho, membros de comissões de utentes, dirigentes sindicais, eleitos das autarquias – e teve a representação de várias instituições convidadas pela DORS. Uma participação diversificada que permitiu uma abordagem igualmente diversificada sobre a situação da saúde na Península de Setúbal, a partir de um documento de trabalho onde se faz a sua caracterização e se apresenta um conjunto de propostas para a defesa do SNS de qualidade.

As intervenções verificadas ao longo do debate, partindo sempre do princípio de que «é preciso defender o Serviço Nacional de Saúde», apontaram no sentido de que ele «só é possível» com políticas que tenham em conta as reais necessidades da população e assegurem aos profissionais de saúde condições dignas para o desempenho da sua actividade.

Foi claro no debate que a política para a Saúde que tem estado a ser seguida, nomeadamente pelo PS, se tem caracterizado por medidas «avulsas» que não respondem aos problemas de fundo do sistema.

Carências são grandes

Foram recenseadas inúmeras carências, de entre as quais se destacam algumas das mais importantes, como sejam o subfinanciamento do sistema; a falta de profissionais da saúde (mais de 100 mil utentes da Península de Setúbal não têm médico de família); a insuficiência e desadequação das instalações; a desumanização dos serviços de urgência hospitalar; os horários desadequados dos SAPs; a falta de consultas ao domicílio.

Outras carências apontadas dizem respeito à falta de apoio a doentes acamados no domicílio; às listas de espera para consultas de especialidade, cirurgia e exames complementares de diagnóstico; ao elevado preço dos medicamentos e dos meios complementares de diagnóstico e à

desarticulação entre os vários serviços que prestam cuidados de saúde.

Simultaneamente, e a acompanhar este levantamento, o Encontro apresentou um conjunto de propostas indispensáveis para alterar o quadro que a saúde actualmente oferece e concluiu pela necessidade de se continuar a reflectir sobre algumas das propostas, nomeadamente no que respeita à rede hospitalar para a Península de Setúbal.

Os participantes colocaram, ainda, como questão central para a defesa e resolução dos problemas do SNS a separação clara entre o sector público e privado e defenderam a participação de profissionais, utentes, activistas de organizações associativas, membros do poder local e de outras instituições na definição das políticas, das prioridades e das estratégias para esta área e na avaliação dos resultados alcançados.

Mais de 100 mil utentes da Península de Setúbal não têm médico de família

4.ª Assembleia de Ponte de Sor

Recuperar maioria

Com a presença de 54 delegados e diversos convidados, realizou-se, no dia 8 de Abril, no Centro de Trabalho de Montargil, a 4.ª Assembleia da Organização Concelhia de Ponte de Sor.

A Assembleia, depois de fazer o balanço do trabalho desenvolvido nos primeiros meses do ano, apontou algumas orientações de trabalho e estabeleceu objectivos a concretizar no ano em curso.

O aumento das vendas do «Avante!» e do «Militante», o

recrutamento de 15 novos militantes e a angariação de 200 contos como contribuição para a campanha nacional de fundos a decorrer no Partido, foram algumas metas definidas pelos delegados como um importante factor de reforço da organização e intervenção do Partido.

Entretanto, a Assembleia deu particular atenção às eleições autárquicas de 2001, defendendo a necessidade de «manter e reforçar o trabalho colectivo de coordenação dos diversos órgãos autárquicos», independentemente de a CDU estar em maioria ou em minoria.

Os comunistas de Ponte de Sor apelam, ainda, ao «empenho, dedicação e vontade» de militantes e outros democratas independentes nestas eleições, no sentido de concretizar o objectivo inteiramente ao seu alcance de devolver à CDU a gestão da Câmara Municipal, perdida em 1997 apenas por uma diferença de 111 votos.

Aliás, a 4.ª Assembleia considera que os resultados das últimas eleições «indicam claramente que a única força política alternativa à actual gestão do PS é a CDU» e alerta, por outro lado, para a prática política e a gestão do PS – discriminatórias em relação a pessoas e a freguesias – que se têm revelado «altamente prejudiciais» a quem vive nos lugares mais dispersos e impedem um desenvolvimento harmonioso e sustentável de todo o concelho.

▼ CAMARADAS FALECIDOS

Fernando Augusto Cândido

Faleceu recentemente, com 73 anos de idade, o camarada Fernando Augusto Cândido. Estava organizado na freguesia do Socorro.

Germano Oliveira Leal

Com 70 anos de idade, faleceu recentemente o camarada Germano Oliveira Leal. Lutador antifascista, estava organizado na freguesia da Pena, onde desenvolvia grande actividade.

João Afonso Saraiva

Camejo

Faleceu recentemente, com 86 anos de idade, o camarada João Afonso Saraiva Camejo. Militante antifascista, estava actualmente organizado na freguesia do Socorro.

José Maria de Campos

Faleceu subitamente, no passado dia 4 de Abril, vítima de derrame cerebral, o camarada José Maria de Campos, de 53 anos de idade. Motorista na Câmara Municipal de Almada, estava organizado

na Comissão de Freguesia do Pragal, onde era responsável por várias tarefas, entre as quais a difusão e divulgação do «Avante!». Era um camarada muito prestigiado no seu local de trabalho, no movimento associativo e no local de residência. No seu funeral, onde participaram mais de três centenas de pessoas, foi recordado o exemplar papel que desempenhou, quer como trabalhador da autarquia quer como comunista e como dirigente da Sociedade Recreativa Ramalha.

José Vicêncio da Silva Couto

Faleceu em Évora, com 63 anos de idade, o camarada José Vicêncio da Silva Couto, reformado do Arsenal do Alentejo. Militante do Partido desde antes do 25 de Abril, militava na organização do Feijó.

Júlio Machado Cruz

Com 76 anos de idade, faleceu, no dia 16 de Abril, o camarada Júlio Machado Cruz, reformado tecelão na empresa Américo de Sousa. Com ligação ao Partido desde os 20 anos de idade, foi responsável pela célula da empresa antes e

depois do 25 de Abril. Depois do 25 de Abril, fez parte da Comissão de Freguesia de Tortosendo do PCP e integrou diversas direcções do Unidos Futebol Clube e do Centro de Convívio e Apoio à Terceira Idade do Tortosendo, grangeando muita estima e prestígio entre os trabalhadores e a população.

Luísa Maria Gomes

Faleceu, com 80 anos de idade, a camarada Luísa Maria Gomes, natural de Brinches, Évora. Militante do Partido desde a clandestinidade, exercia a sua actividade política no Feijó.

Maria da Conceição Coelho Lima Viegas

Faleceu, no dia 14 de Abril, vítima de doença prolongada, a camarada Maria da Conceição Coelho Lima Viegas, de 72 anos. Natural de S. Pedro do Sul, era militante do Partido desde 1975. Activista sindical, esteve organizada no Sector da Indústria Hoteleira de Lisboa.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

CASTANHEIRA DO RIBATEJO

Luta na Deta

A célula do PCP na Deta Portuguesa (ex-Tudor Baterias) considera «inaceitável» a resposta da direcção da empresa ao caderno reivindicativo dos trabalhadores, pois «não contempla a maioria dos pontos» e apresenta um aumento de salários «irrisório» - 2% - que «não acompanha a inflação».

O patronato argumenta com dificuldades financeiras e a concorrência mas o PCP, afirmando que não cabe aos trabalhadores a responsabilidade da gestão, lembra as benesses dadas «a quem mais ganha» e exorta os trabalhadores a prosseguirem a luta.

PONTE DE SOR

Saúde degrada-se

A Comissão Concelhia de Ponte de Sor do PCP discutiu recentemente algumas questões ligadas ao sector da Saúde no concelho e, concluiu pela existência de vários problemas, como sejam a continuada degradação da qualidade da assistência em Montargil e Fors de Arrão e as suas implicações na qualidade do serviço prestado em Ponte de Sor. Em relação à localização do posto médico em Longomel, o PCP teme que, apesar da verba de 30 mil contos para a construção de instalações, se fique por um «remedeio», traduzido na adaptação de um lote sem dimensões adequadas e com acesso condicionado.

GRÂNDOLA

Mais «Avante!»

Nas organizações do Partido prosseguem as iniciativas de promoção e divulgação do «Avante!». Foi o caso da Comissão Concelhia de Grândola que, aproveitando a realização de mercado mensal, promoveu, na semana passada, uma jornada de venda e divulgação do nosso jornal, procedendo, ao mesmo tempo, à distribuição de documentos do Partido dirigidos aos trabalhadores e contra o aumento dos combustíveis.

BENAVENTE

Governo discrimina

A discriminação que o Governo está a exercer sobre os municípios comunistas da Sub-Região do Sorraia foi motivo de uma conferência de imprensa que juntou os autarcas de Benavente e Coruche e a deputada comunista Luísa Mesquita. Durante o encontro, realizado em Benavente, os comunistas apresentaram como prova de que o governo «privilegia os municípios que lhe são politicamente afectos sem qualquer estratégia de desenvolvimento regional», a discrepância de valores do investimento realizado a Norte e a Sul do distrito, nomeadamente no PIDDAC, ignorando as necessidades das populações a sul.

Assim, os autarcas comunistas reconhecem-se o direito de resistir e «dizer Não!» à política «fundamentalista» e «discriminatória» do Governo.

VILA REAL

Verbas não chegam

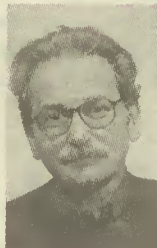
Em Vila Real, o PIDDAC baixou de 1,81%, em 1999, para 1,5%, em 2000, e o distrito, do 15.º lugar que ocupava em 1999, passou para o 17.º, reafirma a Direcção de Organização Regional de Vila Real do PCP, contrariando as declarações do PS em sentido contrário. Enquanto isto, distritos menos populosos viram crescer as verbas totais do PIDDAC.

A DORVIR, lembrando ainda que a execução do PIDDAC de 1999 vai ser da ordem dos 27 a 30% e não de 90%, como diz o PS, acusa ainda os deputados socialistas de terem causado enormes prejuízos ao desenvolvimento de Vila Real, ao rejeitarem as propostas apresentadas pelo Grupo Parlamentar do PCP, no valor de 2 milhões e 700 mil contos, para vencer os atrasos do distrito.

Clinton

Visita anunciada

A visita do Presidente dos EUA a Portugal foi oficialmente anunciada: 30 de Maio a 1 de Junho. É legítimo admitir que a prevista Cimeira UE/EUA, em Lisboa, acabará por realizar-se também nesse período. Para 2 e 3 de Junho foi noticiada uma «Cimeira de Reformadores» a realizar em Berlim, a convite de Gerard Schröder, em que Bill Clinton deverá também participar.



Albano Nunes
Membro da Comissão Política

Um tal périplo, que envolve o nosso país e se adivinha particularmente absorvente para o primeiro-ministro de Portugal, não pode deixar de merecer a nossa maior atenção, vigilância e, na medida do possível, a nossa mobilização.

Como Presidente da superpotência imperialista que lidera o processo de imposição ao mundo de uma nova ordem totalitária, é importante que Clinton não se sinta no nosso país como em terra conquistada nem fique com a ilusão de que é bem-vindo em Portugal,

o que poderia torná-lo ainda mais atrevido e arrogante. É necessário aproveitar a visita para apontar o dedo acusador a quem melhor personifica as políticas que estão a dismantelar conquistas sociais e direitos democráticos alcançados por décadas de duras lutas, para exigir o fim da corrida aos armamentos que o Pentágono e o complexo militar norte-americano estão a relançar, para que os EUA respeitem os princípios fundamentais do Direito Internacional e cesse a sua política agressiva nos Balcãs, no Médio Oriente, no Cáucaso, na Colômbia e em muitos outros pontos da América Latina e do Mundo.

Esta é uma boa oportunidade para lembrar as responsabilidades directas da Administração Clinton na morte quotidiana de crianças no Iraque em consequência do cínico bloqueio imposto a este país, nos sofrimentos do

povo palestino e do povo libanês do Sul do Líbano pelo seu envolvimento na política sionista de Israel, na trágica guerra de Angola e de outras guerras e conflitos que, da Eritreia à Namíbia, percorrem o martirizado e exangue continente africano. Este é um bom momento para levantar ainda mais alto a voz pela libertação de Mumia Abu-Jamal, vítima de uma sentença de morte infusa e racista, e para reclamar que pequeno Elian seja restituído sem demora ao seu pai e ao seu povo e termine o criminoso bloqueio da Ilha da Liberdade.

Modelo a rejeitar

Se os EUA insistem em arvorar o seu sistema em «modelo» de valor universal - que tentam impor pela força do dólar e o poderio das suas multinacionais, pelo domínio sem controlo que exercem sobre os «media» e outros veículos do «pensamento único», pela tremenda superioridade militar - é importante fazer sentir a Clinton e à corte que o acompanhe que há em Portugal forças em crescimento que combatem uma tal pretensão. E que, opondo-se com firmeza à vergonhosa submissão ao imperialismo do governo do PS, defendem a soberania nacional e o direito de Portugal e dos portugueses de trilhar o seu próprio caminho de desenvolvimento, rejeitam a adopção guterrista do «modelo» económico norte-americano e opõem-se firmemente às tentativas para amarrar Portugal e as FF.AA. portuguesas ao carro de guerra dos EUA/NATO.

Abundam as razões para nos manifestarmos por ocasião da visita de Clinton a Portugal. Razões semelhantes às que levaram na Grécia às poderosas manifestações anti-imperialistas de trabalhadores e estudantes, de tal envergadura que obrigaram a adiar por dias a visita de Clinton. Ou às que conduziram a importantes protestos populares durante a sua recente visita à Índia, ao Paquistão e ao Bangladesh. Trata-se da defesa da soberania nacional, da paz e do desarmamento, da democracia e do progresso social, da solidariedade internacionalista.

Entretanto, a crítica ao adversário principal, norte-americano, não pode fazer esquecer as responsabilidades «europeias» da social-democracia. Como na guerra da Jugoslávia, impossível sem a base de apoio que os partidos socialistas e social-democratas lhe deram. Ou na recente Cimeira da União Europeia em Lisboa onde, com grande empenho de Guterres, o «exemplo americano» serviu para passar a uma nova fase do dismantelamento do «estado social» na Europa.

É aliás cada vez mais difícil a destrinça, tão intensa é a cooperação. A uma primeira reunião em Nova Iorque (que passou praticamente despercebida) seguiu-se a «Cimeira dos Progressistas» em Florença e agora a «Cimeira dos Reformadores» de Berlim, a convite do «camarada dos patrões». A corrida das cúpulas da social-democracia para a direita continua. Depois da rendição ao neoliberalismo, deslumbramento e capitulação perante o «amigo americano» erigido em aliado, parceiro e agora em correlegionário «reformador». É inquietante. É necessário seguir com atenção os próximos capítulos, e as diferenciações pela esquerda que inevitavelmente terão lugar.

“É importante que Clinton não se sinta no nosso país como em terra conquistada”



O «macboss»

● Bernardino Soares

Na recente interpelação do PCP ao Governo sobre a qualidade do emprego, o combate à precariedade, a defesa dos salários e a efectivação dos direitos laborais, uma das questões discutidas foi a da situação dos jovens trabalhadores. E com toda a justificação. Os jovens são hoje dos mais atingidos pelas políticas neoliberais de maximização do lucro à custa de uma exploração cada vez maior dos trabalhadores. Isso verifica-se desde logo na questão da precariedade. Dos 650 mil trabalhadores em situação precária a maioria serão jovens. E a precariedade juvenil aumenta em ritmo acelerado. A percentagem de jovens entre os 15 e os 25 anos a trabalhar em regime precário aumentou de 37% em 1998 para 41% em 1999. Na verdade torna-se cada vez mais difícil encontrar um jovem que, nos primeiros anos da sua vida laboral, não esteja sujeito a uma situação de vínculo precário. Trabalhar em regime de contrato a prazo, por períodos por vezes muito curtos, em regimes de trabalho temporário, à tarefa e até tantas vezes sem qualquer tipo de vínculo passou a ser o destino

sempre para preencher funções permanentes, lança mão deste tipo de vínculos.

A discriminação dos jovens começa logo na lei. Os contratos a prazo supostamente só seriam admissíveis para necessidades de trabalho temporário e não para ocupar postos de trabalho efectivos. Mas é a própria lei em vigor que possibilita ao patronato contratar a prazo tratando-se de jovem à procura do primeiro emprego. Está assim instituída uma discriminação apenas em função da idade e que abre um filão largamente explorado pelos patrões.

O discurso que sustenta esta política é um verdadeiro escândalo. Para o Governo, a precariedade juvenil não é um problema em si; não oferece qualquer preocupação especial. Mais ainda, tal situação pode ser uma vantagem para a procura de melhores oportunidades de emprego! Esta linha de intervenção é tudo menos inocente. Antes procura a todo o custo instalar - especialmente entre os jovens - a convicção de que a precariedade é inevitável e desta forma generalizar a sua prática e a sua aceitação.

Os constantes apelos para que o aumento da competitividade se faça pelo recurso aos baixos salários, à diminuição de direitos e a uma cada vez maior precariedade laboral fazem da defesa do emprego com direitos uma batalha fundamental dos nossos dias. Com a cada vez maior generalização da precariedade juvenil o que está em causa não é apenas a exploração desenfreada dos jovens de hoje. Trata-se também de criar um quadro futuro que generalize o emprego sem direitos a todos os trabalhadores, deixando-os mais sujeitos aos

interesses do capital.

Há alguns anos esteve na moda um livro chamado "Geração X". Nele se falava do "macjob", isto é, emprego mal pago, sem dignidade e sem futuro. Tais empregos eram assim chamados por referência aos empregos que oferece uma certa cadeia alimentar. Pois bem, os "macjobs" aí estão em cada vez maior número e devidamente apadrinhados, mesmo no sector público, pelo Governo do PS. Assim se converteu o Eng. Guterres num verdadeiro "macboss".



anunciado da juventude portuguesa.

E não se pense sequer que este problema só afecta os jovens trabalhadores com menores níveis de escolaridade ou formação. A estes se juntam cada vez mais os que têm formação superior e que nem por isso escapam ao mesmo destino de precariedade e insegurança, bem como a uma considerável taxa de desemprego. E esta precariedade deixou há muito de ser um exclusivo do sector privado. É o próprio Estado que nos serviços públicos, e quase



Há que garantir democraticidade da eleição presidencial

Voto dos emigrantes nas eleições para o Presidente da República

Lei deve definir universo eleitoral

O voto dos emigrantes nas Presidenciais voltou à agenda política. Em debate estiveram diplomas do Governo, do PSD e do CDS/PP. A separação de águas fez-se sobretudo em torno da magna questão relativa ao universo eleitoral.

Foi aqui que as opiniões divergiram profundamente, com a bancada comunista a marcar a diferença. Quer em relação às propostas oriundas dos partidos da direita parlamentar quer às preconizadas pelo Executivo. No primeiro caso, como salientou António Filipe, definindo a posição do PCP, por razões de «grosseira inconstitucionalidade». É que são eleitores do Presidente da República, segundo a proposta do PSD e do PP, todos os que se recenseiam, adquirindo por essa via os laços necessários de ligação à comunidade nacional.

«Resolvem a questão com um penada», observou, antes de fazer notar que num assunto da maior seriedade como é o da eleição do Presidente da República tem de haver na lei eleitoral «todo o rigor» na defi-

nição de quem tem capacidade eleitoral e na regulação do processo «por forma a não deixar dúvidas sobre a democraticidade e a veracidade da eleição».

Quanto à proposta do Governo, para além de legítimas dúvidas quanto à constitucionalidade de algumas soluções, subsiste a falta de definição quanto ao universo eleitoral. Trata-se, aliás, como lembrou António Filipe, de uma pecha antiga que vem desde a última revisão constitucional, quando o PS na «ânsia de ceder ao PSD» aceitou uma norma constitucional sobre a eleição presidencial que deixou em aberto a definição precisa daquele universo.

É nessa indefinição que o

Governo parece continuar a apostar, deixando a questão em aberto através da formulação de conceitos vagos. Já depois do debate, em conversa com o «Avante!», António Filipe considerou esta posição «perigosa», porquanto, admitiu, «pode abrir caminho a eventuais entendimentos ulteriores entre o PS e o PSD». Isto porque, alertou, se a Lei não determina com rigor o universo local, «cabe perguntar quem poderá fazê-lo».

A lei eleitoral deve definir com rigor quem tem capacidade eleitoral

Questão central no debate foi ainda a do voto presencial. Desde sempre defendido pelo PCP como um garante de rigor e de seriedade no acto eleitoral, o voto pre-

sencial foi também agora considerado pelo Governo como fundamental, chegando mesmo o ministro Alberto Martins a reconhecer a eventual falta de fiabilidade do voto por correspondência. O PSD e o PP são totalmente permissivos nesta matéria.

Hospital do Barlavento Algarvio Hospital novo, problemas velhos

Na síntese que dá forma ao título, definiu a deputada comunista Natália Filipe o estado actual do Hospital Distrital do Barlavento Algarvio, inaugurado em Portimão com pompa e circunstância há pouco mais de meio ano. Construído no tempo record de dois anos e apresentado como o mais moderno e o mais sofisticado hospital português, onde foram gastos cerca de nove milhões de contos, como sublinhou a parlamentar do PCP, esta unidade de saúde veio afinal a revelar como podem irresponsavelmente ser gastos milhões de contos dos impostos dos cidadãos «sem se efectuar um planeamento atempado em matéria de recursos humanos» e sem cuidar de ouvir «os profissionais de saúde envolvidos na prestação de cuidados».

Os testemunhos que comprovam a afirmação são mui-

tos. Lembrado por Natália Filipe foi, por exemplo, o facto de apenas 180 das 265 camas estarem operacionais, ao mesmo tempo que aumentam as listas de espera, e quando já há macas nos corredores do serviço de urgência face à incapacidade de resposta do serviço de internamento. Elucidativo das incongruências do modelo organizativo e de gestão é igualmente a existência de serviços devidamente equipados mas que estão por abrir, como é a circunstância de 12 gabinetes de consultas externas de oftalmologia, com equipamento do mais moderno, funcionarem apenas com dois médicos oftalmologistas, e, imagine-se, haver equipamento com a mais moderna tecnologia ainda excaixotada ou transitoriamente emprestado a outras unidades de saúde. Isto para não falar da forte carência de enfermeiros,

médicos, técnicos de diagnóstico e terapêutica, entre outros.

Mas o mais escandaloso - levando Natália Filipe a interrogar-se sobre como tal é possível - talvez seja mesmo o facto de estar prevista a realização de obras estruturantes de remodelação, num edifício recentemente inaugurado, visando tornar a urgência funcional.

A resposta deu-a ainda a deputada do PCP ao apontar o dedo ao Governo e aos que o precederam, a quem acusou de «irresponsabilidade política» na orientação do Serviço Nacional de Saúde, designadamente em matéria de gestão e planeamento das necessidades em recursos humanos. Quem sabe se propositada, observou, para justificar uma qualquer solução «milagrosa» que passe pela privatização da gestão do Hospital.

PCP exige em interpelação ao Governo

Direitos laborais são para cumprir

Atropelos a direitos fundamentais dos trabalhadores e erosão da qualidade do emprego constituem hoje traços marcantes da realidade laboral. O PCP demonstrou-o, em interpelação ao Governo. O diagnóstico foi exaustivo, evidenciando as causas e as responsabilidades do Executivo. Provado, acima de tudo, foi que o País carece de outro rumo.

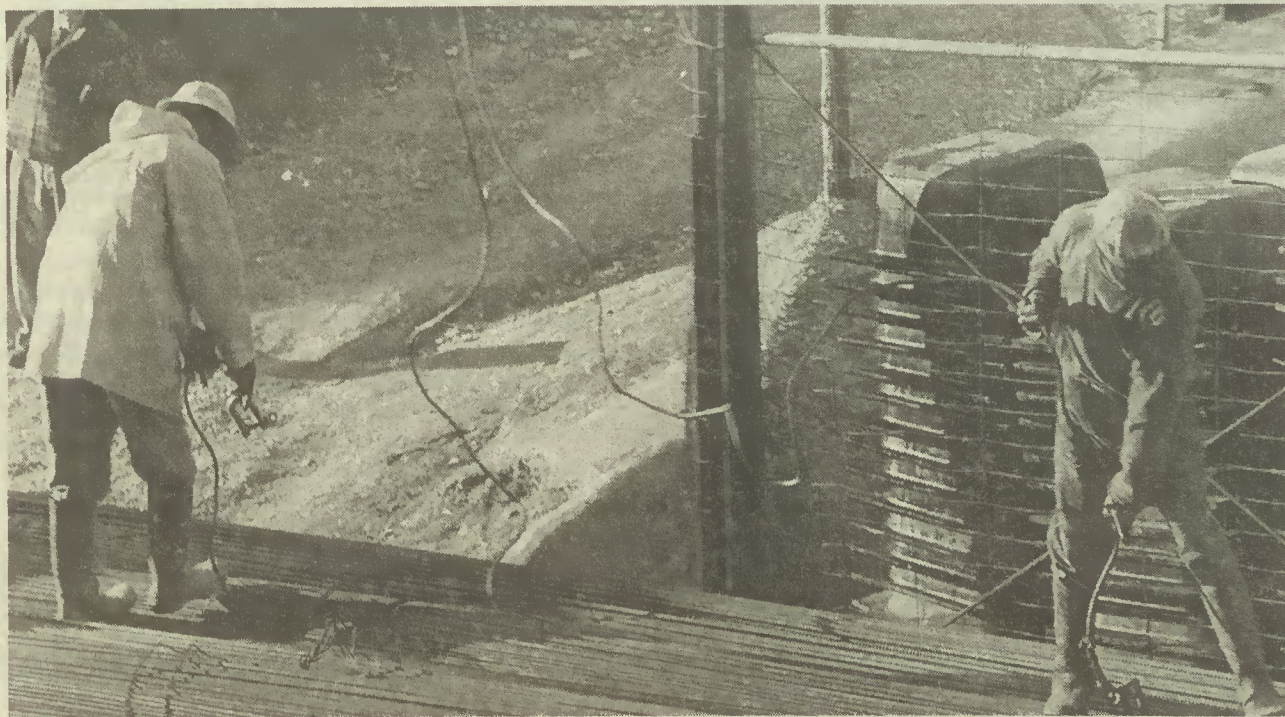
Este foi um debate centrado sobretudo na qualidade de emprego. Um tema que rapidamente fez a dobra para outras questões a ele associadas, como sejam a precariedade que aumenta de modo galopante, a defesa dos salários e a efectivação dos direitos laborais.

Foi um debate que teve o mérito de trazer para primeiro plano «testemunhos vivos» - «exemplos concretos, incómodos mas concretos», nas palavras do Secretário-Geral do PCP - obtidos a partir do «contacto directo com os injustiçados e suas organizações representativas», bem como com organizações sociais empenhadas no combate às injustiças (ver página seguinte).

Uma realidade que levou Carlos Carvalhas a lançar um desafio ao ministro do Trabalho e da Solidariedade para visitar com os comunistas situações dramáticas que se colocam a muitos trabalhadores.

«Saia do casulo ministerial e faça um Ministério aberto pelo país e contacte com a realidade laboral», convidou o dirigente comunista, para quem o quadro actual é o «resultado de políticas e orientações neoliberais determinadas e decididas pelos centros de grande capital».

Dessas políticas decorre «uma avassaladora ofensiva desregulamentadora do direito do trabalho, transformando o lucro e a competitividade numa ideologia e num fim em si mesmo» sublinhou Carvalhas, fazendo notar que neste «altar» sacrificam-se direitos conquistados por gerações inteiras de trabalhadores, que, no caso concreto de Portugal, «foram conquistados e consagrados durante o acto e o processo libertador da revolução de Abril».



Em nome da competitividade, reina a completa desregulação nas relações laborais

Contra a precarização

Correspondendo a um universo de mais de 650 mil trabalhadores, «um em cada cinco trabalhadores não tem em Portugal um emprego estável», lembrou Lino de Carvalho, para assinalar como a precariedade no emprego tem alastrado, afectando de modo particular os jovens.

Fenómeno em crescimento, indissociável desta precarização, é o das empresas de trabalho temporário ou de aluguer de mão-de-obra. Sem rein roque, tudo nelas parece ser permitido. Os mais atingidos são os jovens e os trabalhadores imigrantes. Como foi dito, em nome da competitividade e do lucro, vulgarizam-se os contratos ao dia, proliferam os recibos verdes e o falso trabalho independente, paga-se o trabalho à hora, à peça ou à tarefa.

Inércia do Governo

Acompanhando a falta de qualidade do emprego e sua precarização, assiste-se hoje a todo o tipo de ilegalidades e perda de direitos. «Existe de Norte a Sul do País trabalho ilegal e clandestino, trabalhadores que laboram durante anos sem seguro, sem segurança social, sem qualquer protecção social em caso de acidente de trabalho, doença ou desemprego», sublinhou o deputado comunista Vicente Merendas, que recordou ainda como em muitas situações nem chega a ser trabalho precário mas sim «mão-de-obra ilegal, trabalho clandestino negro e explorador»,

sem qualquer vínculo contratual.

E tudo isto perante a complacência e inércia das entidades competentes, como é o caso da Inspeção Geral do Trabalho, a quem a bancada do PCP acusou, responsabilizando directamente o Governo, de não ter uma intervenção eficaz contra a violação dos direitos individuais e colectivos dos trabalhadores.

Está em curso uma avassaladora ofensiva desregulamentadora do direito do trabalho

Por melhores salários

Demissionismo do poder político perante as desigualdades e as discriminações que, entretanto, contrasta com as suas políticas activas de contenção salarial. É uma das faces da «depreciação do

valor do trabalho», como lhe chamou a deputada Odete Santos, assinalando a propósito como a precarização, a desvalorização do trabalho e a depreciação do salário determinam «a baixa qualificação profissional, os ritmos ferozes na execução do trabalho, o aumento da sinistralidade laboral». Mais: no plano dos salários, «os números oficiais provam como através da instabilidade se visou enfraquecer as reivindicações dos trabalhadores», sustentou a parlamentar comunista.

Propostas do PCP

Mas a postura da bancada do PCP não se confinou à denúncia e à crítica. Construtivamente, como sempre faz, do seu lado vieram propostas concretas, materializadas em projectos de lei, que, a serem aprovadas, respondem a justas e legítimas aspirações e reivindicações dos trabalhadores.

No capítulo da efectivação e regulamentação das leis laborais, é o caso da redução progressiva do horário semanal de trabalho para 35 horas, como é o relativo aos contratos a prazo. Realce merece também o que atende às situações de transferência e cedência de trabalhadores, salvaguardando os seus direitos, bem como, noutro domínio, o que inscreve nos seus objectivos a actualização das pensões degradadas dos 40 mil reformados da Função Pública que vêem as suas pensões anexadas à actualização dos vencimentos que tinham no activo, antes do novo sistema retributivo.

Carlos Carvalhas no encerramento do debate

Valorizar o trabalho e os trabalhadores

Um membro do actual Governo, em tempos com a função de deputado do PS, no confronto com o primeiro pacote laboral de iniciativa do governo PSD/CDS, afirmava que as grandes causas sociais e os direitos fundamentais dos trabalhadores constituíam, em si mesmo, a linha de fronteira entre a esquerda e a direita. Foi disso que estivemos a tratar!

E tanto é assim que esta interpelação podia ter sido centrada «à contrário» e seria somente cor de roxo, na excelência dos lucros da multinacionais realizados no nosso país, na excelência dos lucros da banca, na excelência dos lucros das operações especulativas e parasitárias, na excelência dos lucros do capital financeiro, e já não cor-de-rosa se os colocarmos por exemplo, em comparação com os aumentos que o Governo quer impor nomeadamente, aos trabalhadores da Administração Pública e dos transportes. Seria então uma vergonha! Como é uma vergonha que o Governo nada faça em relação aos aumentos de 8% no gás. Este aumento só se faz depois de já ter sido aumentado no final do ano, por ter a cumplicidade do Governo socialista. E vamos

ver o que se vai passar com os medicamentos e com o aumento dos passes sociais e com o preço dos transportes. Compreende-se assim porque é que Portugal ocupa o 1.º lugar entre os países da União Europeia em que é maior o fosso entre os 10% mais ricos e os 10% mais pobres.

Esta Interpelação do PCP ao Governo PS podia de facto ter sido centrada nos excelentes lucros ou nas magníficas taxas de exploração, mas nós resolvemos centrá-la nas questões que atravessam hoje o mundo do trabalho, sustentada nos exemplos e nos problemas concretos dos trabalhadores, sublinhados na intervenção inicial do Deputado Lino de Carvalho, e durante o debate trazendo à ordem do dia as razões fundadas do descontentamento e de luta e a necessidade dum outro rumo da política nacional que valorize o trabalho e os trabalhadores.

Fizemos a crítica e a denuncia de realidades com base em testemunhos vivos de contacto directo com os que se sentem injustiçados, com as suas organizações representativas, com organizações sociais empenhadas no combate às injustiças.

Mas também fizemos propostas que a serem aprovadas contribuirão para corresponder a justas e legítimas aspirações e reivindicações dos trabalhadores.

Não pintámos de negro, nem de rosa a situação. Limitámo-nos a trazer exemplos concretos. Incómodos mas concretos. Se o Sr. Ministro teima em os negar então aceite o convite para os visitar conosco, ou então saia do casulo ministerial e faça por si próprio um Ministério aberto pelo país e contacte com a realidade laboral!

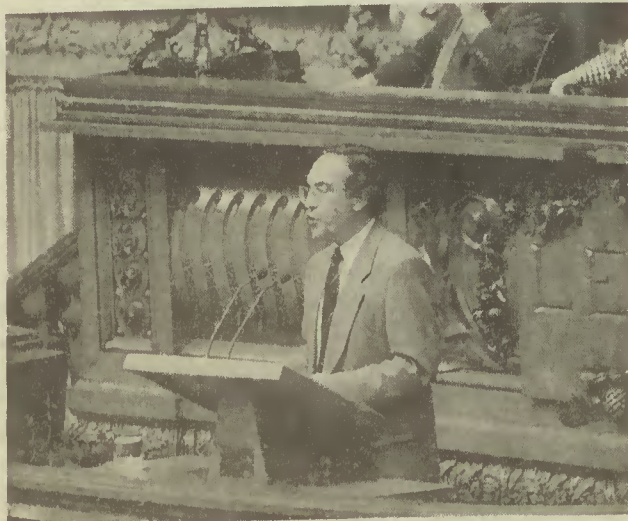
(...)

E por isso, também denunciámos o farisaísmo daqueles que na Cimeira de Lisboa disseram que a sua agenda tinha por objectivo defender o emprego e combater o desemprego, quando afinal do que se tratou foi de consagrar as teses neoliberais de Blair e Aznar, de mais flexibilidade e mais desregulamentação, ou seja, de mais exploração.

A confirmação aí veio na recomendação da Comissão no que se refere aos mercados de trabalho, cito: «reforço da mobilidade do factor trabalho, modernização de organização de trabalho, revisão da legislação rígida em matéria de protecção de postos de trabalho e de elevados pagamentos por despedimento!». Em relação a isto, o Sr. Ministro do Trabalho diz que tal afirmação é recorrente. Mas o que espanta não é que seja recorrente, mas sim que seja recorrente após a Cimeira de Lisboa e com o habitual mutismo do Primeiro-Ministro. E sobre isto, o Sr. Primeiro-Ministro mais uma vez, opta por um claro silêncio e certamente continuará a dizer que está a governar com muita consciência social... É o que se vê.

Pela nossa parte continuaremos a intervir e a lutar pela justiça social com determinação e com confiança.

(...)



Precariedade
e qualidade de emprego

Uma vergonha!

Desigualdades, discriminações, emprego precário, trabalho clandestino, baixos salários, violação de direitos. Com esta realidade que hoje caracteriza o universo laboral confrontou o PCP o Governo na Assembleia da República. Não de um ponto de vista teórico. Para a interpelação foram sobretudo levados exemplos concretos. Reais. Quotidianos. Exemplos que entretecem uma política que tem na depreciação do valor do trabalho um dos seus pilares. Contra a qual, corajosa e firmemente, lutam os trabalhadores e suas organizações de classe. Aqui fica o registo de alguns desses muitos exemplos levados a debate pelos deputados comunistas.

Discriminações

– No distrito de Aveiro, na empresa Funfrap o salário médio dos trabalhadores permanentes é de 120.000\$00, enquanto o salário médio dos trabalhadores com vínculo precário é de 93.800\$00.

– Na Renault Cacia, a diferença entre as duas categorias (permanente e precário) é entre 170.000\$00 e 112.000\$00.

– No complexo Grundig, mercê da precarização, a média salarial baixou entre 15 a 25 mil escudos.

– No sector do calçado e malas do Minho e Trás-os-Montes, a esmagadora maioria dos trabalhadores recebe entre 65 mil a 66 mil escudos por mês.

– No sector das madeiras do Distrito

de Braga os salários dos trabalhadores situam-se entre o salário mínimo nacional para os indiferenciados, e 70.000\$00 para os profissionais qualificados.

– No Distrito do Porto, até na Administração Pública existe desigualdade salarial, em relação ao resto do País. A média salarial é aí de cerca de 88% relativamente ao resto do País.

– Tendo em conta o contributo de cada indivíduo activo para o produto interno bruto de cada um dos 15 países da UE, Portugal apresenta apenas um valor equivalente a 42,6% situando-se na cauda, e bem distante, do país que se lhe segue, a Grécia.



Na Grundig há razões para o descontentamento

Precariedade

– Nas grandes superfícies comerciais, hipermercados, grandes supermercados e sector da distribuição em geral, metade do emprego existente é constituído por trabalho precário, havendo empresas onde esse valor chega a mais de 60% e em que mais de 1/3 é trabalho a tempo parcial.

– Em Alqueva, os trabalhadores, que são pagos com base num salário/hora, para a mesma função, recebem salários diversos consoante o subemprego para quem trabalham e consoante a nacionalidade. Os donos da obra, EDIA e Governo, fingem que não é nada com eles.

– Nas grandes obras de construção civil no Distrito de Lisboa, estima-se que cerca de 80% dos trabalhadores estejam em regime de trabalho precário. Em geral, é assim em todo o sector da construção civil.

– Na multinacional Grundig, em Braga, mais de 30% são trabalhadores precários. Na nova fábrica da Siemens, em Évora, com cerca de meio milhão de trabalhadores, 90% estão contratados a prazo.

– O Governo decretou extinguir a EPAC. Como resultado desta medida estão cerca de 70 trabalhadores na lista para o desemprego, tendo-lhes já sido dado um prazo até 31 de Maio - ou saem a bem ou saem a mal!

– Só no distrito de Lisboa são 256.600 os trabalhadores por conta de outrem que não têm vínculo permanente.

– Mesmo nas novas empresas das telecomunicações que têm sido apresentadas pelo Governo como nova fonte de qualidade de emprego, existem situações escandalosas. Há empresas do sector que introduzem cláusulas no contrato de trabalho que obrigam os trabalhadores a estarem disponíveis para a empresa durante 24 horas/dia, mediante o pagamento de 67.500\$00 mensais.

– A FERTAGUS, empresa recentemente criada para fazer a travessia ferroviária entre as duas margens do Tejo, tem 144 trabalhadores, 120 dos quais com vínculo precário.

– O caso da Lear Corporation é um exemplo paradigmático - tem cinco trabalhadores efectivos num total de 2060 trabalhadores.

Pequenos países perdem representatividade
com a reforma das instituições

Ofensiva federalista

Com o pretexto de que a União Europeia funciona mal devido ao complicado processo de decisão, o Parlamento Europeu avança com propostas drásticas que reforçam o poder dos grandes países.

O relatório, que mereceu o voto contra de todos os deputados portugueses, entre eles os do PCP, foi caracterizado por Joaquim Miranda como «maximalista e desprovido de qualquer realismo», seguindo uma «opção federalizadora sem peias».

Na sua declaração de voto, o deputado do PCP criticou as propostas de eliminação quase total da unanimidade, a generalização do sistema de co-decisão, a institucionalização dos partidos políticos europeus, a criação de um círculo eleitoral europeu, a integração da UEO, o reforço da Europol e a constitucionalização dos tratados.

Mas se estas «são opções de que inequivocamente sempre nos afastamos e de que nos continuamos a distanciar», afirmou Miranda, o relatório do Parlamento vai mais longe propondo «novos e inadmissíveis caminhos».

Com o argumento duma necessária adaptação institucional para fazer face ao alargamento da União, o documento aponta para «um reforço incomensurável do poder de decisão – a diversos níveis – dos grandes países e uma diminuição into-

lerável dos que são actualmente conferidos aos de pequena e média dimensão». Segundo o deputado, as propostas em causa «sugerem e incitam à criação de directórios políticos de todo inadmissíveis, inclusivamente com a facilitação de esquemas de «cooperação reforçada».

Na opinião do deputado «um tal corte radical com os equilíbrios institucionais actualmente consagrados» resultaria designadamente dos «ajustamentos» propostos para a futura composição do Parlamento Europeu. A concretizarem-se, significariam a total distorção da actual representatividade, sendo quase eliminados do seu seio os partidos de pequena e média dimensão dos países com menor representação parlamentar como é o caso de Portugal.

Por outro lado, pretende-se limitar que o número de comissários seja inferior ao número de Estados-membros, o que significa que alguns não teriam assento na Comissão Europeia apesar desta ver continuados os seus poderes exclusivos de

iniciativa legislativa. Os países pequenos seriam ainda prejudicados pela nova ponderação de votos no Conselho.

O caminho é democratizar

Opondo-se a tais opções, o Grupo da Esquerda Unitária frisa a necessidade de ultrapassar ou pelo menos atenuar os profundos défices democráticos presentes, evidenciados na crescente abstenção nos processos eleitoriais. Neste sentido, defende «uma inequívoca associação

dos parlamentos nacionais aos processos de decisão; a necessidade de assegurar um efectivo e fortalecido controlo da Comissão Executiva; alterar as orientações monetaristas, nomeadamente o pacto de estabilidade, que estão na base dos actuais flagelos sociais como o desemprego e a precariedade do emprego; a alteração do Estatuto do Banco Central Europeu de forma a garantir uma maior transparência, o controlo e a limitação das suas competências; a necessidade de ar corpo ao já consagrado princípio da coesão económica e social, base indispensável para uma Europa solidária e de futuro.

O PE sugere e incita à criação de directórios políticos

Cimeira de Lisboa divide eurodeputados

O Parlamento Europeu rejeitou todas as propostas de resolução apresentadas pelos diversos grupos políticos sobre as conclusões da cimeira de Lisboa. Entre elas estava o documento da Esquerda Unitária Europeia, a que pertencem os deputados do PCP, que fazia um balanço crítico negativo sobre os resultados daquela iniciativa erradamente chamada cimeira do Emprego. Mas foram igualmente chumbados os «louvores» dos populares, as «dúvidas» dos Verdes, ou as «congratula-

ções» dos socialistas. Este resultado deveu-se à grande divisão que as diferentes apreciações sobre o alcance das medidas tomadas em Lisboa gerou nos referidos grupos políticos. No entanto, a ausência de uma resolução do PE não impede que o Conselho e a Comissão comecem desde já a aplicar as conclusões de Lisboa, designadamente as que apontam para a desregulamentação do mercado de trabalho; colocação da segurança social à mercê dos mercados de capitais; e aceleração do processo

de liberalização de sectores fundamentais como o gás, a electricidade, os serviços postais, os transportes e as telecomunicações.

Como referiu a deputada do PCP, Ilda Figueiredo, «em vez de emprego de qualidade e com direitos, de redução do horário de trabalho com manutenção dos salários e sem flexibilização, o que a Cimeira decidiu vai, na prática, contribuir para pior emprego, mais precário, com menos direitos e sem uma protecção social eficaz».

Mercado interno de pensões

A sessão da passada semana do Parlamento Europeu ficou ainda marcada pela aprovação do relatório sobre regimes complementares de reforma que «pretende colocar a segurança social à inteira disposição dos mercados financeiros».

Segundo Ilda Figueiredo, as propostas do documento visam «enfraquecer ou mesmo substituir os regimes públicos de reforma por lógicas bolsistas, tornando claros os objec-

tivos da chamada modernização da protecção social decidida na cimeira de Lisboa.

Os deputados do PCP, que votaram contra o relatório, consideram que «a criação de um mercado interno para os regimes complementares de reforma não constitui uma resposta adequada a futuros problemas demográficos, sendo necessárias, por conseguinte, políticas económicas expansionistas que contribuam para a criação de postos

de trabalho duradouros, através do aumento da base contributiva do regime público».

Para os comunistas, só o sistema público de segurança social, financiado de forma sólida, independente de interesses comerciais e da rentabilidade financeira e baseado na solidariedade entre gerações, é capaz de garantir o direito a uma reforma digna e à segurança na velhice aos trabalhadores que pagaram as suas contribuições.

Banana comunitária

Transição alargada

Na sequência da aprovação de um relatório pelo Parlamento Europeu, os produtores comunitários de banana podem respirar de alívio, pelo menos por algum tempo.

O relatório aprovado na passada semana pelo Parlamento Europeu contraria a proposta da comissão de instituir um regime exclusivamente tarifário para as importações de banana até 2006. Com o regime de tarifa única, afirmou a deputada Ilda Figueiredo, «provocar-se-ia a falência dos produtores das regiões ultraperiféricas da União Europeia, como é o caso da Madeira, e dos países ACP (África, Caraíbas e Pacífico)».

A proposta da Comissão visava resolver o conflito com a Organização Mundial do Comércio, mas, como sublinhou a deputada do PCP, «o fracasso da última reunião da OMC demonstrou que esta organização não está em condições de corresponder às expectativas e exigências da opinião pública e dos consumidores em determinados domínios, como os da qualidade dos produtos, da protecção do ambiente, da formação, das condições sociais e da protecção dos trabalhadores».

Ilda Figueiredo frisou ainda que em coerência com as declarações de apoio aos países ACP e ao desenvolvimento das regiões ultraperiféricas

da União Europeia «não se pode deixar que a agricultura, em que a produção de banana tem grande importância, seja esmagada por vagas de banana-dólar provenientes das grandes plantações que as multinacionais do sector possuem na América Latina».

Os deputados do PCP apoiam a generalidade das propostas contidas no relatório, para as quais também contribuíram, nomeadamente defendendo um período de transição, que não poderá ser inferior a 10 anos, nem implicar a passagem a um regime unicamente pautal. Ainda em resultado de uma proposta do PCP, a Comissão deverá avaliar o impacto da nova situação nos preços e nos rendimentos dos produtores de bananas destas regiões, garantindo em caso de quebras ajudas compensatórias aos agricultores.

Identificar bovinos

Ainda na sessão da passada semana foi aprovado um relatório sobre a criação de um regime de identificação e rotulagem da carne de bovino. Na opinião da deputada Ilda Figueiredo, trata-se de uma

medida positiva que, embora só deva entrar em vigor no próximo mês de Setembro, permite que o consumidor seja esclarecido sobre a origem da carne que adquire, podendo seguir o historial do animal.

A medida, que vem reduzir os riscos potenciais para a saúde pública, é também aplicada á carne de bovino importada a qual, caso não disponha de todas as informações exigidas, deve ter uma menção indicando «origem não comunitária».

O relatório do PE propõe ainda a carne picada, cortada ou aparas de bovino esteja igualmente sujeita ao regime de rotulagem obrigatória e não beneficiem das derrogações que a Comissão propõe, dado que isso equivaleria a isentar da rotulagem entre 30 a 50 por cento da carne.

O PCP apoiou ainda um outro relatório que visa incluir na directiva comunitária sobre bio-segurança a proibição da libertação no ambiente de organismos geneticamente modificados contendo marcadores resistentes aos antibióticos, ainda que para fins de investigação. O Parlamento exige igualmente que a Comissão e os Estados-membros impeçam a saída do território da União de OGM's ou de produtos derivados sem informação e consentimento prévio do país importador.

Delegação contacta refugiados em Timor

Uma delegação do Parlamento Europeu, de que fez parte o deputado do PCP, Joaquim Miranda, presidente da Comissão para o Desenvolvimento e a Cooperação, iniciou na segunda-feira uma série de encontros oficiais com as autoridades indonésias.

A delegação, chefiada pelo deputado do PSD, Pacheco Pereira, de que fazem ainda parte os deputados portugueses Luís Marinho (PS) e Costa Neves (PSD), encontrou-se nomeadamente com a vice-presidente Megawati; os presidentes do Parlamento e da

Assembleia Consultiva e os ministros do Desenvolvimento do Território e para a Irradiação da Pobreza (ambos com altas responsabilidades no domínio do apoio aos refugiados).

Na agenda de trabalhos constaram a situação em Timor-Leste e as relações com a Indonésia.

Na terça-feira, a delegação seguiu para Kupang, em Timor Ocidental, onde visitou campos de refugiados e teve encontros com as autoridades locais.

Os deputados partiram de

seguida para o território de Timor-Leste, onde se deslocaram a Suai, Los Palos, Baucau e Dili, numa visita acompanhada por membros da UNTAET e do CNRT. Durante a estadia em Timor-Leste, iniciada na quarta-feira e que só termina amanhã, sexta-feira, estavam previstos ainda diversos encontros, nomeadamente com Xanana Gusmão e Ramos Horta, os bispos Ximenes Belo e Basílio Nascimento e representantes das Nações Unidas e forças e organizações internacionais estabelecidas no território.

Ajuda a Moçambique

A Comissão Europeia vai apoiar as vítimas dos temporais em Moçambique com uma verba de 5,58 milhões de euros (1,118 milhão de contos). O auxílio será canalizado através da agência humanitária da Comissão, a ECHO, e servirá para apoiar projectos desenvolvidos nos próximos seis meses para enfrentar as situações de emergência em determinadas áreas.

Entre os projectos previstos destacam-se os que visam realojar e apoiar famílias em condições precárias de vida, na sequência dos temporais e cheias que praticamente destruíram a economia moçambicana e várias infra-estruturas.

Com esta ajuda suplementar, o total dos apoios humanitários e de auxílio alimentar de Bruxelas a Moçambique ascende a 9,73 milhões de euros (1,950 milhão de contos).

Deputada visita Canadá

A convite da direcção da Associação Democrática de Toronto, no Canadá, a deputada do PCP no Parlamento Europeu, Ilda Figueiredo, irá festejar as comemorações do dia 25 de Abril com emigrantes portugueses que ali residem e trabalham.

A visita decorre entre os dias 21 e 26 de Abril, estando a sua participação em várias iniciativas comemorativas do 26.º aniversário da revolução, que se realizam na cidade de Toronto.

Uma Europa de justiça ... mas só para alguns!

● Fátima Garcia

As várias instituições europeias têm demonstrado ao longo dos anos, uma grande habilidade para baptizarem alguns pacotes, que têm consequências directas na vida das pessoas, com nomes muito pomposos que, por isso, têm a imediata adesão daqueles a que se destinam. Em Outubro de 1999 realizou-se em Tampere, na Finlândia, um Conselho Europeu que tinha como principal objectivo definir as grandes linhas para «uma União de liberdade, de segurança e de justiça».

Partia-se do princípio que a integração europeia, sempre arraigada a um ideal comum de liberdade baseado nos direitos humanos, em instituições democráticas e no primado do Direito,

Projectos e mais projectos

A partir daquela reunião, vários foram já os documentos apresentados ao Conselho e ao Parlamento Europeu e que se encontram em discussão:

– A definição comum da lista dos 121 países a cujos cidadãos é exigido um «visto» para entrada num dos Estados-membros. Esta proposta, afirma ser este um dos meios para sublinhar a qualidade das relações que com eles pretende estabelecer ou manter, mas continua a deixar de fora os países em vias de desenvolvimento, entre os quais os países de língua oficial portuguesa, com excepção do Brasil.

– Uma proposta de Directiva que visa a proibição de discriminações baseadas na raça ou na origem étnica,



criara já os principais elementos de um espaço comum de paz e prosperidade: o mercado único, a união económica e monetária e a capacidade de enfrentar os desafios da cena política e económica mundial.

Espaço de justiça, onde?

A ideia amplamente divulgada, e que o Comissário António Vitorino se tem esforçado por «vender» (raramente em português mesmo quando dispõe de uma equipa de tradutores), é que a liberdade apenas poderá ser desfrutada num verdadeiro espaço de justiça onde as pessoas possam recorrer aos tribunais e às autoridades de qualquer Estado-membro, e que será necessário mobilizar os recursos policiais e judiciais a fim de combater o crime e as organizações criminosas.

Haverá que assegurar que a liberdade de circular em toda a União, seja desfrutada em condições de segurança e de justiça acessível a todos, e que nesses «todos» estejam incluídos também aqueles que, por diversas razões, vieram de países terceiros para aqui trabalharem.

Se podemos não estar de acordo com algumas das premissas, o objectivo final não nos mereceria grandes dúvidas. No entanto, quando se passou às medidas práticas compreendeu-se que afinal o objectivo é dificultar o acesso à União, mantendo a construção da «Europa fortaleza» que sempre criticámos. Os governos dos Estados-membros confirmaram a necessidade da definição de políticas comuns de asilo e de imigração. Isto significa que um Estado-membro deixa de poder estabelecer a sua própria política de imigração, virando costas às suas tradicionais e históricas ligações com países terceiros e com os seus povos.

mas que esquece a discriminação em função da nacionalidade ou da religião.

Um documento sobre os imigrantes em situação ilegal que tem como única preocupação a definição do Estado-membro que será responsável pela sua expulsão para o seu país de origem ou de trânsito, sem ter em conta o último acordo pós-Lomé ou a situação no país de destino.

– Uma proposta da criação de um sistema de recolha de impressões digitais «EURODAC» para os requerentes de asilo e imigrantes encontrados em situação ilegal, a partir dos 14 anos, dando-lhes assim o tratamento usual às pessoas presumíveis de terem cometido um delito.

– Outros dois documentos foram igualmente apresentados e que respeitam «um programa de acção comunitário de combate à discriminação 2001-2006» e «uma proposta de Directiva que estabelece um quadro geral de igualdade de tratamento no emprego e na actividade profissional».

Tal como temos feito na Assembleia da República, também no Parlamento Europeu estamos a trabalhar sobre esta matéria. Em colaboração com o Fórum dos Migrantes da UE interviremos para que os cidadãos oriundos de países terceiros sejam reconhecidos os seus direitos sociais e políticos e que se tomem as medidas necessárias para impedir qualquer forma de discriminação em função da raça, da origem étnica ou da nacionalidade. Defenderemos a manutenção das ligações históricas com países terceiros e uma política de imigração baseada na solidariedade e na ajuda ao desenvolvimento dos países em vias de desenvolvimento.

• Carlos Aboim Inglês

Lénine

gigante e génio

Passa em 22 de Abril o 130.º aniversário do nascimento de Vladimir Ilitch Lénine, na pequena cidade de Simbirsk, à beira do Volga. Efeméride que recordamos, não pela efeméride em si, mas porque, nos seus breves 54 anos de vida, Lénine se revelou, a par de Marx e Engels, um gigante da luta revolucionária de emancipação social e nacional dos trabalhadores e dos povos do mundo, um genial pensador cuja obra permanece na actualidade de uma enorme riqueza e pertinência teórica e prática.

Lénine viveu, pensou, agiu, numa fase superior do desenvolvimento do capitalismo de que Marx e Engels (mesmo na sua magna obra *O Capital*) ainda não podiam dar plena conta, apesar de já aí detectarem alguns dos seus germes na própria análise crítica do sistema capitalista, cujas contradições intrínsecas e leis objectivas de desenvolvimento eles desvendaram, contribuindo decisivamente para fazer passar a consciência socialista da **utopia para a ciência**. Coube precisamente a Lénine elaborar esse essencial desenvolvimento teórico criador do marxismo, ao caracterizar o **imperialismo** como fase superior do capitalismo, baseando-se no profundo conhecimento das obras de Marx e Engels, num amplo e diversificado estudo concreto da realidade objectiva em causa, no seu magistral domínio da dialéctica materialista, e na imensa riqueza política e prática concreta da luta de classes, ampliada no novo patamar superior alcançado então pelo movimento

revolucionário do proletariado e pelo ascenso dos movimentos de libertação nacional pelo mundo. Tendo contribuído, em múltiplos domínios, para o desenvolvimento teórico do marxismo (sem teoria revolucionária não há movimento revolucionário), coube a Lénine igualmente um relevante e particular contributo para a passagem efectiva da **teoria para a prática**, na aplicação revolucionária vitoriosa da teoria do socialismo e no equacionar e solucionar dos novos problemas que esse próprio avanço punha na ordem do dia. Foi ímpar o papel de Lénine no complexo e multifacetado processo de criação do **partido independente do proletariado**, partido de novo tipo, vanguarda organizada da classe operária e em estreita ligação às mais amplas massas populares, guiado por uma teoria revolucionária, lutando intransigentemente contra oportunistas de todos os matizes que introduziam ou consolidavam, nas suas fileiras e na consciência das massas, concepções conformistas com o *status quo* dos interesses do capitalismo e do imperialismo - socavando assim a luta de classes e a capacidade revolucionária das massas, factor subjectivo decisivo do efectivo «fazer» da História. Ímpar foi o seu contributo para a **teoria e prática da revolução**, conduzindo a esse marco indelével da história da Humanidade que foi a vitória da Revolução de Outubro de 1917, inaugurando efectivamente a época de transição do capitalismo para o socialismo. Época histórica que, por definição, não se reduz a um *único* acto de «assalto ao céu», mas exige *uma sucessão* de actos cumulativos e constitutivos, num entretecer de períodos de *fluxo* e de *refluxo* (e até mesmo «saltos por vezes gigantescos para trás), mas onde o trabalho de toupeira da História sempre prossegue e prepara novos avanços.

Como foi ímpar, também, o seu contributo para a **criação do primeiro Estado socialista** da história, para o começo da edificação duma sociedade socialista, nas mais difíceis condições internas e externas, com o tratamento teórico e prático pioneiro de realidades radicalmente novas e não estáticas. Como foi ímpar, ainda, o seu contributo para a **ampliação universal organizada do movimento revolucionário** a todo o mundo, particularmente na *Internacional Comunista*, e com a sua lúcida compreensão da enorme diversidade de condições em que no mundo os explorados e oprimidos lutavam para encontrar as suas próprias vias, sempre concretas e não abstractas, de avanço emancipador. Vias que, devendo recolher ensinamentos da grandiosa e multifacética experiência da revolução russa, o próprio Lénine fortemente insistiu que não poderia ser copiada como modelo universal, antes exigindo sempre, para a sua eficaz e criativa abordagem e realização, uma análise concreta da situação histórica concreta.

*

Com o que fica brevemente anotado, pretendemos recordar tão *apenas alguns* dos domínios em que a obra de Lénine, no seguimento de Marx e Engels, fornece desenvolvimentos inovadores, que justificam inteiramente que denominemos a teoria revolucionária que guia o nosso Partido como **marxismo-leninismo**. Impossível opor Lénine a Marx e Engels, tão íntima e organicamente as suas obras se continuam num desenvolvimento criativo e inovador, sempre essencial para o materialismo-dialéctico e a dialéctica materialista, almas vivas, unidas à prática, do marxismo-leninismo. O leninismo - o seu espírito revolucionário crítico, radicalmente antidogmático e antiescolástico; a sua postura consequente e firme na defesa dos seus princípios fundamentais, contra as deturpações oportunistas e deformações ecléticas; o seu agudo sentido do concreto e do histórico; a sua enorme flexibilidade táctica no perseguir, através das mais variadas situações, os objectivos estratégicos revolucionários - é um património tão actual e necessário como o correspondente legado de Marx e Engels. Renegar o leninismo é empobrecer o marxismo, amputar ou castrar a teoria revolucionária do socialismo científico. Talvez alguém mal-avisado (ou algum mal-intencionado), possa estar a pensar: então *tudo* o que está nas obras de Lénine é *verdade absoluta e intemporal*? Desde já, idêntica pergunta se poderia colocar relativamente a Marx e Engels. Mas sobretudo a ideia implícita, além de deformar o que acima se disse, é um absurdo totalmente oposto à obra e postura intelectual de Lénine (como de Marx e Engels, aliás). O absoluto é sempre relativo, a verdade é sempre concreta, o geral existe sempre particularmente, a totalidade só o é



« **A** história em geral, e a história das revoluções em particular, é sempre mais rica de conteúdo, mais variada, mais multiforme, mais viva e mais "astuta" do que imaginam os melhores partidos, as vanguardas mais conscientes das classes mais avançadas(...). Não é difícil ser revolucionário quando a revolução já rebentou e se inflamou, quando todos aderem à revolução por simples entusiasmo, por moda e por vezes até por interesse numa carreira pessoal(...).

É muitíssimo mais difícil - e muitíssimo mais valioso - saber ser revolucionário quando ainda não existem as condições para a luta directa, aberta, autenticamente de massas, autenticamente revolucionária, saber defender os interesses da revolução (mediante a propaganda, a agitação e a organização) em instituições não revolucionárias e muitas vezes francamente reaccionárias, numa situação não revolucionária, entre massas incapazes de compreender imediatamente a

necessidade de um método revolucionário de acção. Saber encontrar, descobrir, determinar com exactidão a via concreta ou uma viragem especial dos acontecimentos, **que conduza as massas para a verdadeira, final, decisiva e grande luta revolucionária** - nisto consiste a principal tarefa do comunismo actual da Europa Ocidental e na América.»

(A doença infantil do «esquerdismo» no Comunismo, Abril - Maio de 1920.)

historicamente considerada e limitada. E o espírito científico singularmente investigador de Lénine, como de Marx e Engels, implica obrigatoriamente, como em todo o conhecimento científico, erros e correcção de erros, como eles próprios fizeram: a busca da verdade é infinda porque infinda é a realidade objectiva, tecida em contradições e devir. Mas ao reconhecer erros, ao superar limites - não se deita fora a criança da verdade alcançada com a água suja do que estiver ultrapassado. Einstein não anulou Newton, Lobatchevski não aniquilou Euclides: ampliaram horizontes, aprofundaram o conhecimento. Se isto é válido para as ciências naturais, cujo objecto é mais invariante, a fortiori o é para aqueles domínios em que o devir é mais dinâmico, a que se usa atribuir o carácter «histórico». E não se caricature uma teoria para mais facilmente fazer a sua pretensa «refutação». Também os «manuais» simplificam o complexo - e essa é decerto uma função útil; mas, como o próprio Lénine sublinhou, a vida apresenta sempre situações e problemas em que os manuais se tornam simplistas e insuficientes. E, como Lénine repetidamente insistiu, a teoria só se torna num guia autêntico para a acção quando se enriquece constantemente com as novas experiências de luta, de modo a não se transformar em dogma. (Que fazer?, 1902)

*

Vivamente se recomenda pois o conhecimento e estudo crítico do pensamento de Lénine. Avultam algumas grandes obras de títulos bem conhecidos. Mas as *Obras Completas* de Lénine (55 volumes na 5.ª edição russa, de 1965) abarcam além dessas obras uma imensa riqueza de outros ensaios, artigos, relatórios, resoluções, etc., em muitos passos de acutilante profundidade e validade actual.

*

No presente, vivemos sempre a resultante do passado. Por isso sem memória não se faz futuro; apenas se sofre, ou goza, o efêmero evanescente do dia a dia. Mas também hoje vivemos sempre as vésperas de amanhã. Por vezes o porvir irrompe a surtos no presente, colocando mais longe os marcos miliares da história. Outras é o passado que retorna, apodrecendo o presente, obstaculizando o advento do porvir. Cabe-nos a nós hoje, retendo o válido do passado que nos fez, fazermos o futuro que nos falta. Com a cabeça e as mãos, o estudo e a acção - e a emoção, a paixão, o prazer, o sonho, a imaginação, também. Esta a nossa luta quotidiana para vencer o que é velho e dar força ao que é novo, para transformar o mundo e conformar homens cada vez mais humanos e felizes. Vale a pena viver e lutar assim. E Lénine que assim viveu e lutou, gigante e génio, não nos substitui, ajuda-nos. Uma preciosa ajuda a não perder.



Depois de um ano de discussão,
orçamento reduzido pode impedir sucesso da iniciativa

Parlamento Europeu aprova Programa Juventude

O programa europeu Juventude pode contribuir para o incremento das iniciativas dos jovens. Contudo, o baixo orçamento e o seu alcance limitado constituem entraves para o sucesso.



Apesar de positivo, o programa não considera as diferentes realidades que afectam os jovens como a educação, o emprego ou a habitação

O Parlamento Europeu (PE) aprovou na semana passada o orçamento do Programa Juventude, com os votos favoráveis do Grupo Confederal Esquerda, de que o PCP faz parte. Este programa inclui o Serviço Voluntário Europeu e o «Juventude para a Europa» e tem como objectivo reforçar o apoio às iniciativas destinadas a ajudar os jovens a criarem a sua própria actividade.

A discussão do programa arrastou-se durante um ano. «Demasiado tempo», acusa a deputada comunista Ilda Figueiredo, que acrescenta que não houve uma compensação desse esforço na verba acordada na conciliação. Foi aprovada uma dotação orçamental de 104 milhões de contos para 7 anos, apesar da primeira proposta do PE ter sido de 196 milhões de contos.

«É francamente inferior às necessidades do programa», afirma Ilda Figueiredo, na sua declaração de voto.

Embora a aprovação do programa seja positiva, o seu alcance é muito limitado, pois como refere a eurodeputada,

«apenas se reporta a uma faceta de uma necessária política de juventude, que deve encarar de forma transversal as diferentes realidades que afectam os jovens, como a educação, o emprego, a habitação, a saúde e a cultura».

No entanto, a entrada dos países candidatos à adesão da União Europeia proporcionará o acesso de mais jovens a este programa, o que enriquecerá a troca de experiências. Mas Ilda Figueiredo levanta uma questão importante: será que com este orçamento a iniciativa poderá vir a ter sucesso?

O processo negocial

A proposta inicial do Parlamento Europeu para o orçamento do programa Juventude era de 980 milhões de euros (196 milhões de contos) para um período de 7 anos. Por seu lado, o Conselho Europeu propôs 350 milhões de euros (70 milhões de contos) para 5 anos.

O PE acabou por aceitar a proposta da Comissão Europeia de 765 milhões de euros (153 milhões de contos) para 7 anos, enquanto o Conselho propôs 490 milhões de euros (98 milhões de contos) para o mesmo período.

A 29 de Fevereiro, chegou-se a uma conciliação entre os dois valores: 520 milhões de euros (104 milhões de contos) para um período de sete anos, ou seja, menos 49 milhões de contos do que a proposta inicial do parlamento.

Em 1999, o Serviço de Voluntariado Europeu e o programa Juventude para a Europa tiveram uma dotação orçamental de 10 milhões de contos. Este ano, o programa Juventude tem uma dotação de 15 milhões de contos.

Assim, a União Europeia aumentou em apenas 4 milhões de contos o orçamento para as acções comunitárias dirigidas para os jovens, apesar do seu número ter passado de dois para cinco. De momento ainda não se sabe

qual a fatia orçamental para cada uma.

Discriminação

No programa são referidas de forma vaga e difusa diversas formas de discriminação. A Comissão compromete-se a «tê-las em conta» ou a «fazer esforços» para contribuir para o seu fim, sem que sejam estabelecidas medidas concretas.

Ilda Figueiredo sublinha que, além desta insuficiência, o limite de idade de participação (dos 15 aos 25 anos, com algumas excepções) pode contribuir para o insucesso da iniciativa. Isto porque a idade média de conclusão dos cursos superiores se aproxima muito dos 25 anos.

A eurodeputada refere ainda que é importante que se reforce o papel e as responsabilidades das entidades responsáveis pela divulgação do programa em cada Estado-membro, de forma a que essa divulgação seja o mais eficiente e rápida possível.

Conferência nacional do ensino superior Ofensiva contra educação é escandalosa

A 9.ª Conferência Nacional do Ensino Superior da JCP (CNES) realizou-se no fim-de-semana, em Lisboa, com a presença de 115 participantes de 15 organizações de vários pontos do país e de todos os subsistemas do superior. Durante os trabalhos foi eleita a nova Direcção Central do Ensino Superior da JCP (DCES).

Para além de traduzir um significativo reforço relativamente à anterior CNES, a composição da conferência permitiu uma discussão

aprofundada sobre a organização, as linhas de trabalho a seguir e a política educativa.

Confirma-se, mais uma vez, aquilo que a JCP sempre afirmou: escola a escola, de Norte a Sul do país, é possível recensear uma multiplicidade de problemas, cada vez mais evidentes, decorrentes da política contínua de subfinanciamento do ensino superior por parte do Governo.

Os participantes na iniciativa concluíram mesmo que a ofensiva do PS e do seu

Governo aos direitos sociais - entre eles a educação - atinge hoje contornos gritantes inegáveis, o que obrigou inclusivamente os reitores e instituições de ensino superior a denunciar a situação de crise.

Luta

Uma das principais conclusões da 9.ª CNES prende-se com a luta, único caminho a seguir, capaz de travar esta ofensiva e de denunciar

a morte lenta do ensino superior público.

O trabalho e a influência dos estudantes comunistas na consciencialização e mobilização dos estudantes e na denúncia das tentativas privatizadoras do ensino são o garante fundamental da continuidade da contestação.

A reafirmação diária, junto dos estudantes, do compromisso da JCP com a luta, com a defesa do ensino superior público, gratuito e de qualidade para todos, é uma responsabilidade que os jovens comunistas assumem no sentido da construção de uma nova educação.



A luta é o caminho, disse a CNES

JCP

Reforçar a organização de Braga

O 1.º Encontro Regional de Braga da JCP, que se realizou na semana passada, foi palco de intenso debate sobre a situação no distrito, o reforço da organização regional e a intervenção dos jovens comunistas.

Os participantes na iniciativa concluíram que, apesar de Braga ser o distrito mais jovem do país, a política de juventude existente é praticamente nula. «Por isso, cabe à JCP como organização revolucionária e progressista a tarefa de denunciar e criticar

de forma activa todos os erros que têm vindo a ser cometidos no distrito», lê-se num comunicado à imprensa.

A JCP irá realizar quatro eco-acampamentos em vários pontos do distrito procurando denunciar os atentados ao meio ambiente e servir de lugar de reflexão e discussão. Terão lugar ainda vários debates sobre o ensino secundário, a toxicoddependência, a pena de morte e a situação mundial.

Outro tema abordado foi a participação na Festa da Ale-

gria, a realizar-se a 7, 8 e 9 de Julho em Braga, festa que a JCP espera que contribua para uma maior aproximação da juventude com os ideais comunistas e as aspirações da organização.

«A grande conclusão que se pode retirar deste encontro é que a juventude está atenta à sociedade que a rodeia e que cada vez mais se consciencializa que só lutando e intervindo pode aspirar a uma sociedade mais justa», concluem os participantes.

Seixal

Illegalidades no trabalho

No âmbito da campanha «Mais salário, melhor emprego», o colectivo da JCP do Seixal promoveu recentemente a distribuição de um panfleto denunciando os problemas dos jovens trabalhadores do concelho e a situação em algumas empresas, com grande receptividade do público. O hipermercado Continente, o McDonalds e o mercado da Torre da Marinha foram os locais escolhidos para a acção.

A JCP irá fazer novas distribuições junto dos trabalha-

dores de centros comerciais, da Telepizza, do Pizza Hut e dos hipermercados Lidl e Pingo Doce. Os jovens comunistas irão promover ainda acções dirigidas aos trabalhadores-estudantes.

Entre outras situações, a JCP denuncia o facto de 95 por cento dos trabalhadores da Fertagus ter contratos a prazo e de no McDonalds o trabalho ser pago à hora (370 escudos), numa clara exploração da mão-de-obra dos estudantes.

Na Auto Europa, enquan-

to as doenças profissionais aumentam, regista-se a existência de contratos com cláusulas não negociadas e os castigos para quem «desobedece». Na Idelma, os plenários de trabalhadores são proibidos, as categorias profissionais são ignoradas e ao fim do terceiro contrato os funcionários são demitidos.

Na Prosegur, destacam-se horários de trabalho de 12 horas e o pagamento de horas extra com o valor do horário normal.

Manifestação no Porto

De coração aberto e alma amargurada

Cerca de um milhar de agricultores e de populares de Bigorne, Lalim e Lazarim concentraram-se, sábado passado, frente à Alfândega do Porto, onde decorria o Conselho informal dos ministros do Ambiente da União Europeia sobre ambiente urbano. Uma manifestação debaixo de chuva para exigir uma outra política agrícola e ambiental.

«Um mundo rural vivo é decisivo para a qualidade de vida na cidade», lembraram centenas de manifestantes, numa iniciativa organizada pela CNA – Confederação Nacional da Agricultura e associadas, ARP – Aliança para a Defesa do Mundo Rural Português e pela recém-constituída MARP – Associação das Mulheres Agricultoras e Rurais Portuguesas.

As exigências de uma agricultura familiar a braços com uma grave crise cruzaram-se com os protestos das populações contra a imposição do aterro sanitário em Bigorne, sem que o governo admita sequer considerar a alternativa existente a um quilómetro apenas.

Os grandes poluidores e consumidores de grandes recursos continuam, quase impunemente, a poluir

«Repressão e Ministério do Ambiente num aterro longe da gente», «O povo assim não se engana», eram algumas das expressões utilizadas nos cartazes para exprimir a profunda indignação de quem veio ao Porto «de coração aberto mas com a alma um pouco amargurada», dizer «alto e bom som que não estamos nada de acordo com estas políticas agrícolas e com certas políticas ambientais», como se afirma em carta dirigida ao ministro do Ambiente.

Os agricultores e as populações de Bigorne lembram que é a pequena agricultura familiar que está a pagar «uma pesada e perfeitamente injusta fac-

tura», enquanto «os grandes poluidores e consumidores de grandes recursos naturais, a grande indústria, a agricultura e a floresta industriais e intensivas» continuam, quase impunemente, a poluir e a delapidar recursos.

O protesto centrou-se particularmente na forma «arrogante, ilegal e antidemocrática» como o aterro sanitário de Bigorne tem vindo a ser imposta às populações, presentes na manifestação «em peso e de corpo inteiro».

Na carta «em defesa da agricultura, do ambiente e do mundo rural», sublinha-se que a agricultura familiar, «produtora de bens alimentares em comunhão com a natureza e em respeito pela biodi-



Um milhar de manifestantes exigiu, no Porto, uma política rural e ambiental diferente

versidade», continua a ser prejudicada, muito embora a sua ruína arraste a «desertificação humana e ambiental» nos campos,

com as conhecidas consequências «do agravamento da exclusão social, da sobrecarga urbana, da degradação do ambiente e

de qualidade de vida dos cidadãos em geral.» Um sentido alerta que continua a ser ignorado pelas instâncias governamentais.

«Os Verdes» tomam posição

A água que bebemos Os alimentos que comemos

A segurança alimentar e a gestão dos rios luso-espanhóis - de par da preparação da 8.ª Convenção Nacional Ecológica, a realizar nos dias 13 e 14 de Maio, em Lisboa - foram os dois grandes temas em debate na reunião do Conselho Nacional de «Os Verdes», que teve lugar sábado passado no Porto.

No que respeita à problemática em torno dos rios luso-espanhóis, «Os Verdes» alertaram para «que a forma como o aproveitamento hídrico vai sendo feito em Espanha condiciona irreversivelmente a utilização da água em Portugal».

O rio Douro, por exemplo, «registra já uma forte diminuição dos caudais em relação ao que seria normal».

No encontro, os ecologistas assumiram igualmente posição relativamente ao projecto da barragem do Baixo-Sabor, apelando ao ministro do Ambiente para que respeite o parecer da Comissão de Avaliação no sentido de não permitir a sua construção, «evitando-se assim a destruição de zonas de elevado valor ecológico e paisagístico».

Segurança alimentar

O ingrediente mais importante do alimento é a segu-

rança. Partindo deste princípio, «Os Verdes» sublinham a importância desta questão e lembram que os casos da BSE (doença das vacas loucas) e das dioxinas representam um sério alerta.

Problemas a que se junta uma utilização descontrolada e intensiva de agroquímicos, hormonas e antibióticos, que «veio destruir parte dos sistemas defensivos, ao nível dos organismos vivos incluindo o humano», e ainda «a entrada nas nossas mesas de OGM's (organismos geneticamente modificados), sem que se conheçam

os seus efeitos na saúde e no ambiente».

É neste quadro que o partido ecologista toma posição sobre o Livro Branco da segurança alimentar, que considera tardio, e defende que a Autoridade Alimentar Europeia (AAE) deverá ter «um poder activo no que se refere à gestão dos riscos e às decisões» que forem tomadas nesta área.

«Os Verdes» consideram ainda que a AAE deverá abarcar, sob a sua dependência, todas as Comissões Científicas existentes no seio da EU que tenham como objectivo a segurança alimentar.

Contra o aumento dos transportes públicos

O anúncio de um novo aumento do preço dos transportes públicos - uma média de 2,0% nos passes sociais de Lisboa e Porto - foi prontamente denunciado, pela Associação Transportes 2000, como uma inadmissível cedência do Governo aos lobbies empresariais.

Em comunicado de imprensa, a Associação sublinha que se trata de uma medida que faz recair sobre os utilizadores dos transportes públicos «o custo de uma política económica que, ao invés de servir os cidadãos, agrava as suas condições de vida» e relembra que «o gasto com transportes é superior a um sexto do orçamento familiar, o mais elevado (a seguir à Áustria) entre os países da União Europeia».

Também a Deco - Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor, denuncia o aumento dos custos dos transportes como «excessivo» e «oportunistas». Um termo igualmente utilizado pela CGTP-IN, que considera este aumento como «um escândalo» e salienta que esta decisão irá favorecer «uma alta generalizada de aumentos de preços».

Em véspera do anúncio deste aumento, a Assembleia Municipal do Barreiro aprovou uma moção de protesto contra «o aumento brutal dos combustíveis», exigindo designadamente a actualização dos aumentos salariais, o controlo governamental das repercussões do aumento dos combustíveis no preço de outros produtos, bens e serviços e a firma contenção de novos aumentos de preços nos transportes públicos.

Entretanto, por iniciativa da Associação Transportes 2000, está em circulação um abaixo-assinado de protesto contra os aumentos de transportes que já conta com milhares de assinaturas e deverá ser entregue ao Primeiro-Ministro no dia 27 de Abril.

Projecto Aurora

Contra a violência doméstica

O Projecto Aurora, uma iniciativa pioneira que visa sensibilizar as populações para a problemática da violência doméstica exercida sobre as mulheres, está a ser desenvolvido pela Câmara Municipal de Moura, distrito de Beja, e pela Associação Rota do Guadiana, da Margem Esquerda.

Após a sua apresentação pública, no passado dia 8 de Março, o projecto está a ser implantado nos concelhos de Moura, Serpa e Barrancos e conta com a participação das câmaras municipais de Barrancos e Moura, forças de segurança, escolas, centros de saúde, associações de mulheres e órgãos de comunicação social.

A implementação deste projecto justifica-se, entre

outras razões, pelos problemas socioeconómicos da região, que contribuem para uma agravada situação de dependência da mulher.

Acresce que nesta região rural, e ainda bem marcada por princípios conservadores como o de que «entre marido e mulher ninguém mete a colher», as situações de violência conjugal revestem-se de secretismo e raramente são denunciadas, sendo suportadas em silêncio dia após dia, ano após ano.

Silêncio sobre os maus tratos que é ainda alimentado pelo facto de as mulheres, na maioria dos casos, não serem economicamente independentes, desconhecem os seus direitos e os recursos psico-sociais com que podem contar.

Nesta fase, e no quadro do projecto, está a ser elaborado um estudo/diagnóstico da violência contra as mulheres nos concelhos abrangidos, com o objectivo de se fazer um rastreio da situação a nível local.

Prevê-se ainda a edição de uma brochura ilustrada sobre os Direitos da Mulher e a organização de um colóquio transfronteiriço com o tema «As mulheres e a violência doméstica: seus direitos e meios de defesa». Em preparação está também um encontro transfronteiriço, em que irão participar todas as entidades envolvidas no projecto em Moura, Serpa e Barrancos, a Associação de Mulheres AWRUS e a Área de Cul-

tura do Ayuntamiento de Aroche, Espanha, e que tem como objectivo debater metodologias de prevenção da violência contra as mulheres.

Para melhor cumprir os objectivos do Projecto Aurora, serão criados três centros de documentação respeitante aos direitos das mulheres e serviços de atendimento para mulheres vítimas de maus tratos.

O Projecto Aurora inclui, por último, a realização de acções de sensibilização junto de entidades policiais sobre o atendimento e formas de intervenção em situações de maus tratos conjugais e a implementação, nas escolas, de acções de sensibilização dirigidas aos alunos e aos pais.

Um produto transgénico?

● José Brinquete

Será o PS um produto transgénico? Ou, dito de outra forma, será este partido um produto geneticamente manipulável?

Estas interrogações vêm a propósito do percurso deste partido, ao longo dos seus 27 anos de existência. Sempre que chegou ao poder governou, no essencial, com políticas de direita ou tendencialmente a cair para a direita, no interesse dos grandes grupos económicos.

Ora, para analisar um pouco o que tem sido a sua actuação, creio que vale a pena visitar alguns momentos-chave do seu trajecto.

Enumeremos alguns factos:

A formação do PS dá-se dois anos antes do 25 de Abril, não no interior do seu país, mas, precisamente, numa cidadezinha da República Federal Alemã.

Nos dois anos de «brasa», que muitos chamam de PREC, os amigos fundamentais de Mário Soares, fundador e primeiro secretário-geral do PS, são Kissinger e Carlucci no plano internacional e, no plano nacional, entre outros, o golpista e bombista general António de Spínola. Fruto dessa grande amizade, Spínola foi chamado mais tarde, por Mário Soares, para as chancelarias da sua Casa Militar. Pela vida fora, Mário Soares, enquanto dirigente político socialista, foi arranjando outros amigos como Mobutu, Ceausescu, Savimbi, Bettino Craxi (condenado no seu país, a Itália, a 27 anos de prisão e falecido recentemente no exílio, na Tunísia), etc. Coube ao PS, em 1976, formar o primeiro governo constitucional, por ser o partido mais votado. Nessa altura, como não tinha maioria absoluta, optou por formar uma coligação governamental com o CDS, o partido mais à direita do espectro político.

O PS volta ao poder em 1983, novamente em coligação, desta feita com o PSD, no célebre Bloco Central.

Entretanto, pelo meio, decide engavetar o socialismo, espantar para muito longe o marxismo e ficou nos anais da história recente por ter produzido as leis dos contratos a prazo e dos despedimentos. Aliás, os partidos da direita fazem, sempre, questão de lembrar estas leis, para dizerem que não foram eles que tomaram estas medidas contra os trabalhadores.

Finalmente, volta ao poder, em 1995, agora sozinho mas, como os próprios dirigentes do PS reconhecem, e todos os observadores atentos sublinham, com uma política económica semelhante à de triste memória dos tempos do

cavaquismo/PSD. Nalguns casos, como seja a entrega do sector público aos grupos económicos privados (nacionais e internacionais), muito mais avançada do que o famigerado cavaquismo.

O PS que temos e os seus militantes

As declarações vindas a público dos ex-ministros João Cravinho e Sousa Franco, dizendo respectivamente que os «lobbies derrotam o PS» e que «os espanhóis é que mandam na economia portuguesa», são exemplificativas do que os próprios socialistas pensam do seu partido. Claro que não aceito que a maioria dos socialistas tenha abandonado os ideais socialistas que o programa do PS proclama!

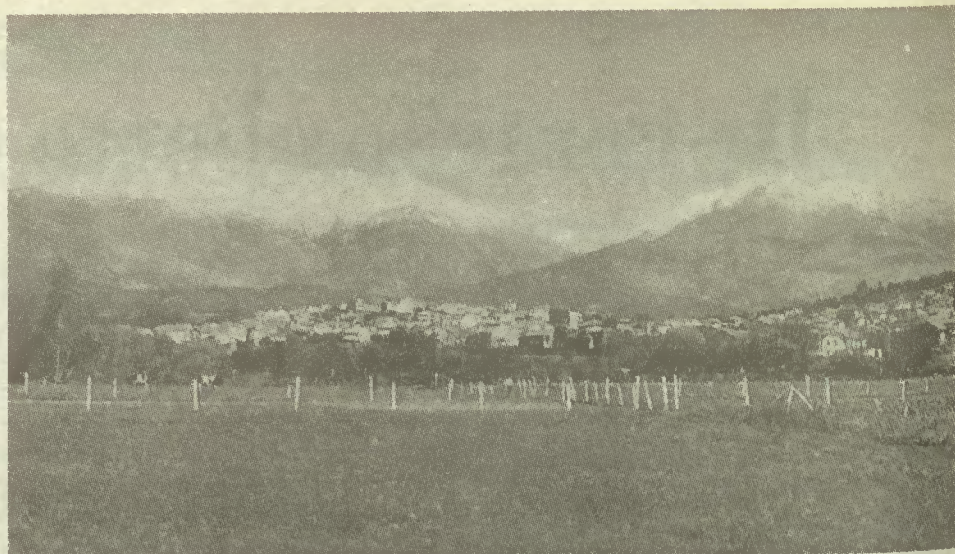
Tal como me recuso a acreditar e a subscrever algumas opiniões do tipo: «o PS já não tem remédio».

Porque, uma coisa é a direcção nacional, outra, bem diferente, são as centenas de milhares de militantes e votantes socialistas que em nada beneficiam com o facto de António Guterres ser presidente da Internacional que administra o capitalismo no mundo. Como também não tiram nenhum benefício do facto, a ser verdade, de «o ministro Pina Moura ser o homem de mão dos espanhóis», como dizia Sousa Franco (Jornal «O Independente», 26.11.99).

Creio, de alguma forma, que, tanto na génese como na sua história de mais de duas décadas, um partido que se diz socialista na doutrina mas, na prática? tem administrado o capitalismo (leia-se social-democracia e/ou neoliberalismo), deveria ser motivo de análise por parte de quem estuda os ditos produtos transgénicos.

Quem sabe se a sociologia e a genética políticas não encontrariam aqui elementos para uma nova tese, quicá inovadora e esclarecedora, de processos muito pouco éticos e de negação radical da necessária coerência política? Como sou optimista por natureza e porque os partidos são constituídos por pessoas, acredito que o PS poderá ainda arrepiar caminho, rejeitar o pecado mortal da tentação e rendição total ao capitalismo e todas as suas misérias de exploração e violência. Tudo dependerá do que os militantes (ditos socialistas) quiserem que o seu partido seja no futuro.

O que não é tolerável, nem admissível, é que este partido continue a vender gato por lebre, isto é, a proclamar em palavras o que depois não cumpre na governação.



A CDU já apresentou a sua lista em Paul

Eleições antecipadas
marcadas para Junho

Jogo ilícito na vila do Paul

No próximo dia 4 de Junho, vão realizar-se eleições antecipadas na freguesia do Paul, concelho da Covilhã. Consequência da demissão em bloco, no passado dia 21 de Fevereiro, dos eleitos do PS e do PSD.

Nesta fase de transição, acumulam-se ilegalidades. O presidente da Câmara da Covilhã, Carlos Pinto, apesar dos votos contra dos vereadores da CDU e do PS, faz nomear uma Comissão Administrativa composta por 3 pessoas afectas ao PSD.

A CDU protesta e apresenta uma «providência cautelar» no Tribunal Administrativo. Aguarda-se decisão no sentido de ser reposta a legalidade democrática.

Numa carta ao «Jornal do Fundão», Carlos Pinto afirma, entretanto, que «a nomeação tem em conta os resultados eleitorais, mas não é imperativa a reprodução de meras vontades partidárias» e justifica o monopartidarismo da C.A. do PSD, em nome da «tranquilidade e normalização das relações entre a população».

Para se entender melhor o quadro difícil em que os eleitos da CDU exercem os seus cargos, acrescente-se que, desde as últimas eleições, o PSD teve uma maioria absoluta na Câmara Municipal, situação que leva este partido a uma interpretação abusiva da confiança do eleitorado, agindo como dono e senhor na Câmara e nas freguesias.

Quem olhar para os votos das últimas eleições: CDU - 431; PSD - 394 e PS - 185, logo percebe ter havido, de facto, um abuso de poder e violação da vontade da população, expressa nas urnas, por acção de meras vontades partidárias do PSD, em claro desrespeito pela lei.

O primeiro acto da C. Administrativa, em conluio com a C. Municipal, foi proibir a funcionária da Junta de abrir a correspondência e atender o telefone, pagando a uma jovem só para fazer este trabalho e o de ouvir e contar. Assim, em vésperas do 26.º aniversário do 25 de Abril, se retomam métodos pidescos.

Na contramão do voto popular

A freguesia do Paul tem cerca de 1500 eleitores inscritos. A CDU, no mandato de 1993/97, detinha a maioria absoluta. Nas últimas eleições fica com maioria relativa. PS e PSD fazem uma aliança e elegem pessoas dos seus partidos, respectivamente para tesoureiro e secretário da Junta de Freguesia, assim como a Mesa da Assembleia de Freguesia. À CDU cabe apenas o lugar de Presidente da Junta e 4 membros na Assembleia de Freguesia.

A maioria PSD na Câmara Municipal recusou-se, durante dois anos, a executar as pro-

postas do vereador da CDU aprovadas neste órgão. Agora, nestes dois meses que medeiam até às eleições, está a realizar obras não orçamentadas, tentando criar, à pressa, uma boa imagem ao presidente da C. Administrativa, isto é, ao 1.º elemento da lista chamada de «independente» e apoiada pelo PSD.

Perante esta situação, a CDU apresentou a sua lista candida-

Houve um abuso de poder e violação da vontade da população, expressa nas urnas, por acção de meras vontades partidárias do PSD

ta às eleições de 4 de Junho, encabeçada pelo camaráda Vítor Reis Silva, vereador na Câmara Municipal, que, por essa razão, suspendeu o mandato. Reis Silva é membro do executivo da

DORCB e foi presidente da Junta de Freguesia do Paul durante dois mandatos, pelo que não é de estranhar os apelos dos seus conterrâneos para ser o primeiro elemento da lista, retomando o bom trabalho que sempre desenvolveu no Paul.

Vida associativa e económica

A vila do Paul tem uma impressionante vida associativa, notória pelas inúmeras actividades que desenvolve, com 22% da população envolvidas nas actividades desportivas, culturais e de lazer. Cerca de 100 dirigentes, mais de 400 jovens e adultos usufruindo e exercendo cultura, como por exemplo, a Semana do Paul recentemente realizada em Castelo Branco pela Casa do Povo e Banda Filarmónica, mas também pelo elevado número de associações: o Paul Cultural e Desportivo, Associação Cultural Desportivo Paulense, com a Banda Filarmónica, uma Escola de Música e uma orquestra juvenil; a Casa do Povo, com a Escola D'Artes, Casa Típica, Rancho, Grupo de Danças e Cantares; a Associação Jovens Século XXI, Agrupamento de Escuteiros, Associação de Produtores Florestais, Associação de Caça e Pesca, 4.ª Secção dos Bombeiros Voluntários da Covilhã, três Associações de Regantes e uma IPSS com Centro de Dia, apoio domiciliário e Grupo de Idosos de Danças e Cantares.

Também na área económica são múltiplas as actividades que se desenvolvem no Paul. A zona industrial envolve mais de 300 trabalhadores, três empresas de Confecções, e outras de Granitos e Alumínios. Na vila existem, ainda, uma Truticultura, três Lagares de Azeite, dois Moinhos, uma Instituição Bancária, uma Escola EB 2/3 e seis Restaurantes.



Dezenas de feridos Protestos em Washington contra a globalização

Milhares de pessoas manifestaram-se domingo, em Washington, contra a globalização da economia e por uma nova política a favor dos mais desfavorecidos.

A tradicional reunião da Primavera no Fundo Monetário Internacional (FMI) dos ministros das Finanças dos sete países mais ricos do mundo (G7) ficou este ano assinalada por fortes protestos populares, que só não conseguiram impedir o evento devido ao recurso por parte das autoridades do maior dispositivo de segurança visto em Washington nos últimos anos. Desde sábado que o quartelão onde se situa o FMI e o Banco Mundial em Washington foi completamente isolado pelas forças de segurança e forças antimotim, reforçadas por tanques e helicópteros. Manifestantes e polícias envolveram-se numa verdadeira batalha campal, que se saldou por vários feridos e centenas de detenções.

Segundo a polícia, o número de manifestantes variou entre os seis mil e 10.000, enquanto os organizadores disseram que no protesto participaram 20.000 pessoas. Para dispersar os manifestantes, os cerca de 2.000 polícias colocados em frente da sede utilizaram gás lacrimogéneo, segundo testemunhas, e gás irritante, de acordo com a polícia.

Uma fonte policial, citada pela Lusa, disse que os detidos, retirados do local em pelo menos sete autocarros escolares, serão acusados de «manifestação sem autorização e recusa em dispersar, entre outras coisas».

A manifestação, convocada por organizações não-governamentais,

sindicatos, ecologistas, feministas, defensores dos direitos das minorias e grupos religiosos, pretendia boicotar a Assembleia Semestral do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, acusados de serem responsáveis pelas políticas de ajuste estrutural que aumentam a pobreza no terceiro mundo e os principais instrumentos de uma globalização que afoga os países pobres e beneficia as grandes empresas.

Contradições

Indiferente aos protestos, o Fundo Monetário Internacional (FMI) anunciou que o «relógio» da globalização «não pode ser parado» e que se devem desenvolver esforços para atenuar a dívida dos países pobres. Segundo o presidente do Comité Financeiro e Monetário Internacional (CFMI), o britânico Gordon Brown, a melhor forma de reduzir a pobreza no mundo é «continuar com o fortalecimento da cooperação económica». No final da reunião de domingo entre a Assembleia do FMI e Banco Mundial (BM), Brown disse que este organismo «não ouviu» os protestos dos milhares de activistas que se manifestaram no exterior do edifício, que não afectaram o debate nem a sua agenda. Para Brown, «a mensagem a enviar a essas pessoas é que a melhor forma de avançar na redução da pobreza é criar uma maior estabele-

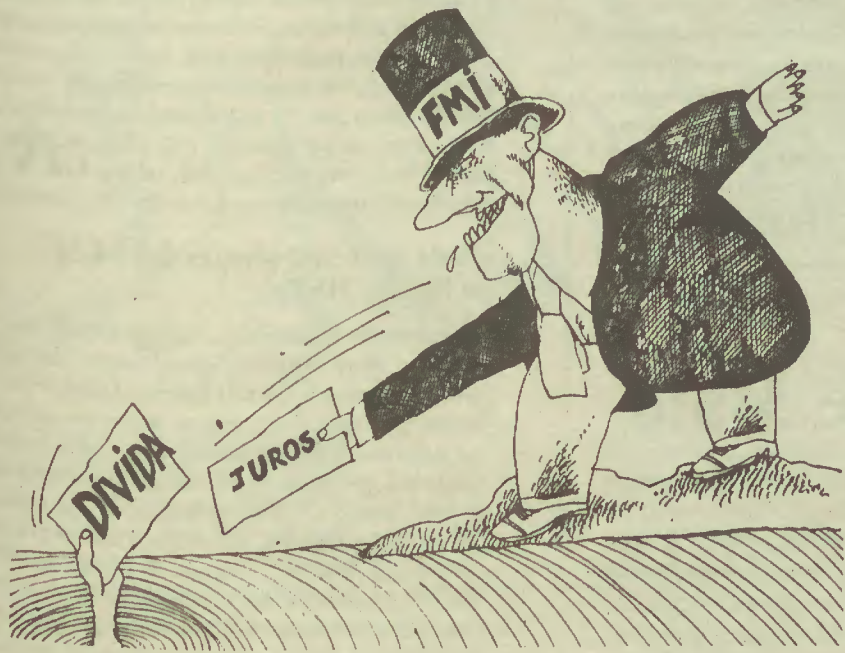
dade económica e não retroceder na economia global». «Estamos decididos a conseguir acções mais afectivas no alívio da dívida e a reduzir os riscos das crises financeiras», disse Brown.

Reacção diferente teve o presidente do Banco Mundial, James Wolfenshon, que afirmou não entender os protestos: «É desmoralizante que haja uma mobilização como esta pela justiça social quando isso é exactamente o que nós fazemos», disse.

O comissário europeu para os Assuntos Económicos, Pedro Solbes, afirmou por seu turno que compreendeu «a importante mensagem enviada por uma parte da população», e garantiu que a União Europeia está «disposta a fazer tudo o que for possível» para conseguir «uma expansão económica global» e que os dirigentes reunidos em Washington partilham com os manifestantes a sua preocupação por um desenvolvimento sustentado para todos.

As aparentes divergências entre os representantes dos principais protagonistas do encontro não perturbou os trabalhos. Como estava previsto, procedeu-se à análise do relatório de perspectivas apresentado a semana passada pelo Banco Mundial, que prevê uma expansão económica global com um crescimento de 4,25 por cento, e debateram-se as reformas a levar a cabo pela instituição.

Em debate estiveram igualmente os planos para ajudar a aliviar o endividamento dos 41 países mais pobres do mundo, completamente asfixiados pelo peso da sua dívida externa.



A favor do capital

Criados após a Segunda Guerra Mundial, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional são acusados em todo o mundo pelas forças progressistas não só pelo secretismo das suas decisões mas sobretudo pelas respectivas intervenções, que apesar de feitas em nome da ajuda internacional favorecem e reforçam os interesses do grande capital em detrimento dos interesses dos povos.

Apesar de mais pequeno, o FMI - com 182

países membros, 2200 funcionários e 90 000 milhões de dólares em empréstimos - é mais influente do que o Banco Mundial, que conta com 181 membros e 200 000 milhões de dólares investidos em todo o mundo, geridos por 11 300 pessoas. É o FMI que intervém nos países em crise, condicionando as suas «ajudas» a planos draconianos que não têm em conta os efeitos sociais. O Banco Mundial financia sobretudo projectos de desenvolvimento.

O «Führer», os «SS» e a nova democracia

• Rui Paz

Logo que foi anunciado o malogro da planeada megafusão entre os dois maiores bancos alemães, o chefe do «Deutsche Bank», Rolf E. Breuer, apressou-se a declarar que apesar do percalço «os objectivos mantêm-se inalteráveis».

«Nós queremos ser os «Führer» (os chefes) do movimento» da globalização mundial e do lucrativo negócio da especulação bolsista, afirmara Breuer, embriagado pela perspectiva da constituição do maior banco do mundo (2,5 biliões de marcos).

Simultaneamente, Bernhard Walter, o chefe do antigo banco privado dos «SS», o «Dresdner Bank», esclarecia que com a anunciada fusão «encontramo-nos agora» no mundo «no

Bank» ficaria assim reservado só para os super-ricos. Em qualquer transacção ficaria claro através do cartão de crédito que o cliente pertence àqueles poucos «eleitos» cujas fortunas e interesses são administrados pelos «Führer do movimento». Até o pobre general lusitano que em defesa dos interesses estratégicos do «Deutsche Bank» organiza a intervenção militar portuguesa na Bósnia não passa de um soldado barato de qualquer guerra colonial sem acesso ao banco dos «Führer» do capitalismo mundial. Será difícil conceber um exemplo mais acabado deste estágio supremo da «democracia» capitalista.

Relatórios esclarecedores

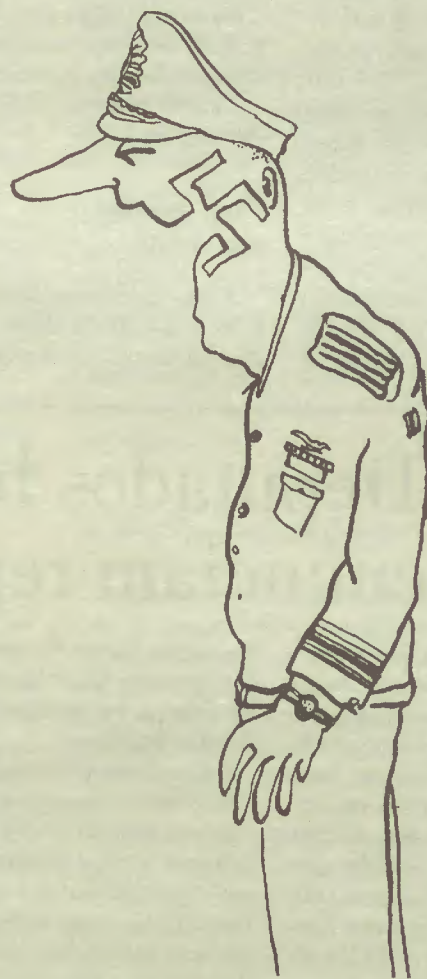
Convencidos de que não existe democracia mais perfeita, os serviços de espionagem política interna do Governo Schröder continuam a observar o PDS como vem especificado no relatório apresentado recentemente pelo ministro do Interior, Otto Schylli (SPD). O PDS é visto pelo departamento encarregado do controlo ideológico da população e das suas organizações sindicais e partidárias como uma força subversiva que não mostra empreender «sérios esforços» para «esclarecer a sua relação ambígua com princípios fundamentais da ordem democrática e do sistema parlamentar».

Também a Associação das vítimas do nazismo VVN-Bda assim como a cooperação entre o Instituto de renome internacional Marx-Engels e a Universidade de Wuppertal são citados no relatório do Ministério do Interior. O reitor da Universidade da cidade natal do Friedrich Engels, Volker Ronge, confrontado com os relatórios policiais, afirmou não ter qualquer conhecimento das razões por que a sua escola é objecto do interesse daquele Serviço, acrescentando que a cooperação com o Instituto Marx-Engels assenta no princípio «da liberdade de investigação, a qual não tem que se adaptar a modas políticas mas, com total independência em relação aquilo que

momentaneamente é considerado politicamente aceitável ou correcto, deve ocupar-se com autores como Marx e Engels e procurar analisá-los em ligação com temas que são ou deveriam ser de interesse e actualidade para a sociedade».

Aquilo que relembra um episódio da repressão universitária salazarista ou de qualquer ditadura militar latino-americana acontece hoje no ano 2000 num dos estados dominantes da União Europeia governado por uma força política dirigente da Internacional Socialista e do Partido Socialista Europeu.

Nunca nos relatórios do departamento do Ministério do Interior designado por «Serviço de Defesa da Constituição» (Verfassungschutz) constou que determinado banco, empresa ou federação patronal mantivesse «uma relação ambígua com o sistema parlamentar» apesar da Thyssen, a Siemens, o império Flick e muitos outros antigos financiadores do nazismo continuarem desde 1945 até hoje a infringir as leis e a Constituição - como o último escândalo-Kohl mais uma vez demonstrou - subornando partidos políticos, ministérios, chanceleres, deputados e maiorias parlamentares.



lugar a que sempre aspirámos e que sempre nos pertenceu».

De facto aqueles dois bancos que ao longo da história sempre ocuparam o lugar que lhes pertenceu - financiando Hitler, a construção dos centros de extermínio e as câmaras de gás, beneficiando das leis da arianização, incentivando a utilização de quinze milhões de seres humanos como escravos ao serviço das empresas do III Reich e que já depois de 1945 continuaram a fazer proliferar os negócios com inúmeras ditaduras espalhadas pelos cinco continentes - tinham planeado colocar toda a sua experiência e poder ao serviço exclusivo de uma minoria de clientes cujos rendimentos excedem os duzentos mil marcos (vinte mil contos). Quem possuísse um rendimento inferior àquele montante, isto é 95,6% dos orçamentos familiares alemães, deveria ser desterrado para o «Bank 24» administrado pela «Allianz» (seguros). O «Der Spiegel» (13/2000) alertou imediatamente que se estava perante a instauração de um autêntico sistema de «apartheid bancário». Não a raça ariana como entre 1933 e 1945, mas a capacidade financeira passaria a determinar o acesso a determinados privilégios. O cartão do «Deutsche

Desafio a Washington

Os familiares de Elián em Miami voltaram a desafiar o governo norte-americano ignorando o ultimato do Departamento de Justiça para que entregassem a criança no aeroporto de Opa Locka, a fim de ser levada para Washington onde se encontraria com o pai. Apesar do repto, a ministra da Justiça, Janet Reno, decidiu não recorrer à força para retirar a criança de Miami, e aceitou a suspensão temporária do processo imposta pelo Tribunal de Apelações de Atlanta, que examina em Maio o direito de Elián pedir asilo político. O absurdo da situação, sem paralelo num Estado de direito, foi ainda agravado pela transmissão de um vídeo enviado pelo tio-avô de Elián à cadeia de televisão hispânica Univisión, em que a criança afirma em castelhano: «Papá, eu não quero ir para Cuba; se quiseres, fica tu aqui.» O Departamento de Justiça considerou que a difusão do vídeo representa «uma manipulação intolerável» de um menor, mas afirma que o desafio terá «uma resposta razoável, medida e justa».

Segunda volta no Peru

Alberto Fujimori foi forçado a aceitar a realização de uma segunda volta nas eleições presidenciais no Peru. Com o país em clima pré-insurreccional e com as insistências internacionais na necessidade de um processo eleitoral credível, o ditador de Lima não se atreveu a cantar vitória sobre o seu opositor, Alejandro Toledo. Os dados oficiais deram a Fujimori 49,84 por cento contra 40,3 por cento de Toledo. Segundo o responsável da missão de observadores da Organização de Estados Americanos no Peru, Eduardo Stein, é fundamental a confiança nos organismos eleitorais para a realização da segunda volta, que se deverá realizar o mais tardar até 28 de Maio, estando a tomada de posse do novo presidente prevista para 28 de Julho. Toledo acreditada que derrotará Fujimori, uma vez que conta com o apoio de todos os opositores do actual presidente.

Manifestação em Belgrado

Cerca de 100 000 pessoas, segundo diversas estimativas, manifestaram-se sexta-feira em Belgrado contra o regime de Slobodan Milosevic e exigindo a realização de «eleições democráticas». Aparentemente, os dirigentes da oposição, Vuk Draskovic, do Movimento de Renovação Sérvio, e Zoran Djindjic, do Partido Democrático, inimigos irreconciliáveis desde a ruptura da coligação que ganhou as eleições municipais em finais de 1998, conseguiram superar as suas divergências e apareceram juntos em público.

Crise agrava-se com o assassinato de dois membros da oposição, queimados vivos no sábado

Caos no Zimbabwe

Vinte anos depois da independência, o Zimbabwe está a beira do caos. Apoiada por Mugabe, a ocupação de terras foi considerada ilegal pelos tribunais.

O presidente Robert Mugabe nega-se a acatar a ordem do Supremo Tribunal para que termine a ocupação ilegal de propriedades agrícolas da minoria branca que está a ser levada a cabo por veteranos da guerra da independência, cujo 20.º aniversário passou anteontem. Entretanto a violência continua a aumentar. No sábado, um fazendeiro branco foi assassinado a tiro e dois negros conotados com o Movimento para a Mudança Democrática (MDC), principal partido da oposição, foram queimados vivos no carro em que se encontravam, incendiado com um cocktail Molotov. «Sei que se espera que diga aos veteranos de guerra que saiam das terras ocupadas. Não vou fazer nem dizer semelhante coisa», afirmou Mugabe no domingo, acrescentando que os brancos não poderão resistir à invasão porque o governo não os vai

proteger. Estas declarações, feitas no regresso da cimeira de Havana, desautorizam de forma categórica o vice-presidente Joseph Mska, que se havia comprometido a pôr fim às ocupações e a prosseguir o plano de redistribuição de terras que estava programado. As divergências no seio do governo e o confronto com as autoridades judiciais são tanto mais graves quando surgem numa altura em que o país se encontra sem parlamento, dissolvido pelo presidente a pretexto da realização de eleições, conforme o previsto na legislação do país. Mugabe ainda não marcou a data das eleições, limitando-se a afirmar que se realizará «em breve».

Uma questão em aberto

A questão da posse da terra é um problema em aberto no Zimbabwe, mas o caminho

escolhido por Mugabe dificilmente poderá ser considerado o mais adequado para a resolver. Cerca de 4500 agricultores brancos possuem onze milhões de hectares da melhor terra arável do país, enquanto um milhão de negros reparte 16 milhões de hectares, parte dos quais na zonas mais secas. Esta situação, fruto da herança colonial, foi justamente uma das bandeiras que mobilizou a população da luta pela independência, alcançada em 18 de Abril de 1980.

Vinte anos depois, a questão continua em aberto, sem que o governo se tenha empenhado seriamente em a resolver. De acordo com a oposição e a generalidade dos observadores, a crescente perda de popularidade de Mugabe terá levado o presidente, antes da realização de eleições, a lançar mão do recurso da ocupação de terras sem quaisquer regras numa tentativa desesperada para se manter no poder.

Desde Fevereiro, os antigos combatentes ocuparam já perto de um milhar de explorações de brancos.

Deputados bascos denunciam repressão

O deputado do Euskal-Herriarrok no Parlamento Europeu, Koldo Gorostiaga, e a deputada do mesmo partido no parlamento basco, Jone Gorcelaiia, estiveram em Lisboa durante três dias, durante os quais foram recebidos pelo presidente da Câmara, João Soares, e contactaram com representantes do PCP e do BE.

Os principais objectivos da visita eram dar conhecimento das condições de repressão no País Basco e na área de relacionamentos internacionais da esquerda Abertzale, bem como da situação inalterável

dos presos políticos, afastados, quer em Espanha quer em França, das residências dos seus familiares.

A circunstância de estarem a verificar-se numerosas prisões com violação dos direitos humanos entre os quadros do sector internacional do Euskal Herriarrok, como testemunharam aqueles dois deputados bascos, estará ligada a uma dupla campanha da justiça e do governo espanhol para confundir a luta política dos independentistas bascos com as acções da ETA.

Na opinião de ambos os deputados, a solução para a

permanente crise da sociedade basca só poderá encontrar-se numa via de diálogo político voltado para a paz, a democracia e a dignidade dos homens e das mulheres. E é isso que está a ser enturvado e confundido. Para denunciar esta estratégia, que se traduz em múltiplas detenções de funcionários políticos do Euskal Herriarrok, convocaram os referidos parlamentares uma conferência de imprensa, na Casa da Imprensa, em Lisboa, na qual estiveram também presentes o almirante Rosa Coutinho e o escritor Urbano Tavares Rodrigues.

Suíça

Portugueses no 1.º de Maio

Com a palavra de ordem «Nenhum salário inferior a 3000 francos suíços», estão programadas para o 1.º de Maio na Suíça manifestações nas mais diversas localidades, as quais contam, por tradição, com uma participação activa de imigrantes portugueses.

Na sua maioria, os portugueses estão empregados na Suíça em sectores profissionais com salários muito baixos: hotelaria, comércio, limpezas, agricultura, construção civil.

A reivindicação por um salário mínimo superior a 3000 francos será mais um motivo para que a presença

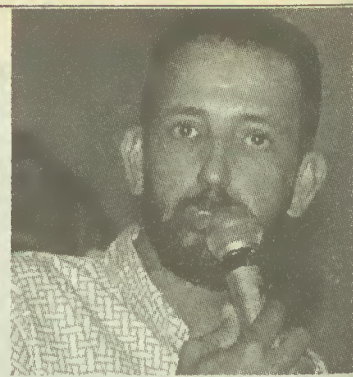
dos portugueses nas manifestações venha a ter um significado ainda mais forte do que nos anos anteriores, não só nos cortejos como igualmente nas intervenções oficiais, com discursos a serem pronunciados por conhecidos sindicalistas, ou ainda com a participação de grupos musicais.

No âmbito da jornada histórica dos trabalhadores, este ano, em Zurique, Manuel Beja, secretário sindical do GBI e membro do Conselho das Comunidades Portuguesas, será um dos oradores oficiais na Helvetiaplaz, em representação de todas as comunidades de trabalhado-

res imigrantes. Na sua intervenção abordará a actual e polémica decisão da constituição de um «Parlamento sombra», criado pelas organizações dos estrangeiros como protesto pela exclusão dos emigrantes, por não possuírem o direito de voto, no Conselho Constitucional que nos próximos cinco anos irá rever a «lei de bases do Cantão». Mais tarde, Manuel Beja falará para os seus compatriotas na manifestação oficial do 1.º de Maio da cidade de Thun, sobre as questões salariais. Nesta iniciativa participa igualmente o grupo folclórico do Centro Português de Thun.

Entrevista com

José Rainha



Justiça para os pobres

«Espero que com esta decisão do Tribunal do Júri de Vitória se possa abrir um novo caminho para que se faça justiça com a causa dos pobres» - as palavras são de José Rainha, dirigente dos Sem Terra do Brasil, em entrevista ao «Avante!» após a sua recente absolvição por um crime que lhe imputaram e pelo qual havia sido condenado anteriormente a 23 anos de prisão.

Como avalia a decisão do tribunal?

Foi uma decisão correcta, pois toda sociedade brasileira sabia que eu era inocente, que não havia cometido crime algum. Na verdade, o que estava sendo julgado era a luta dos Sem Terra e a Reforma Agrária. Por um lado, os latifundiários querem impedir o avanço da luta do MST no Brasil, por outro lado, a burguesia não quer fazer mudanças na estrutura agrária brasileira, pois o Brasil tem 500 anos de escravidão da terra, e com certeza será o último país do planeta a fazer a Reforma Agrária. Eu espero que com esta decisão do Tribunal do Júri de Vitória se possa abrir um novo caminho para que se faça justiça com a causa dos pobres, pois no Brasil só tem negros e pobres nas cadeias, os verdadeiros criminosos que assaltam os cofres públicos e cometem todo tipo de corrupção estão soltos.

Qual a reacção no Brasil e noutros países à sua absolvição?

Foi uma reacção positiva dos movimentos sociais, da esquerda, mas pela direita latifundista foi uma recaída de indignação. A direita não aceita que eu fique solto; segundo eles, o Zé Rainha é um perigo para a sociedade se continuar solto, esta declaração foi feita pela presidente da UDR, União Democrática Ruralista, organização de extrema-direita que reúne o que tem de mais reaccionário no meio rural do Brasil, são todos latifundiários com mentalidade neofascista. No exterior teve muita repercussão, como em França, e mesmo aí em Portugal. Esta repercussão é uma demonstração do apoio que o MST tem a nível internacional, porque a nossa luta é para salvar vidas, gerar empregos, pois somos um país que temos 20 milhões de desempregados, 12 milhões de sem terra, e temos 182 milhões de hectares de terras improdutivas. Um absurdo! Isso sem falar que só produzimos 83 milhões de toneladas de grãos por ano, numa área de 70 milhões de hectares. Se formos comparar com outros países, nós não produzimos nada. Na verdade, o nosso país tem uma elite atrasada, reaccionária, que não tem projecto para o país, há uma desnacionalização total, e todo o nosso parque industrial está sendo entregue ao capital financeiro internacional, sobre o controlo do imperialismo norte-americano, inimigo da humanidade.

Quais as consequências da vitória na luta do MST?

No ponto de vista político, teremos consequências positivas, pois o MST com certeza estará com muito vigor para avançar a luta pela Reforma Agrária. Sempre lutámos pela vida, e conseguimos provar isso no tribunal, o que nos dá muito entusiasmo para todas as jornadas de luta que começaremos agora, a partir deste mês de Abril, lutas por créditos agrícolas, por terra, fazendo 500 ocupações de terras, demonstrando a nossa indignação com a política de propaganda do governo em torno dos 500 anos de «descoberta» do Brasil. Não temos nada para comemorar, sempre fomos escravos da terra. Aqui, nos 500 anos, a nossa população indígena foi dizimada, dos 5 milhões de índios hoje só temos 200 mil.

O MST está-se preparando para fazer uma grande jornada em Abril, pois dia 17 relembramos 4 anos de massacre de Eldorados dos Carajás, sendo que até hoje os assassinos estão impunes.

Quero reafirmar aqui o meu compromisso de luta com os camponeses de meu país, o meu compromisso com as causas da justiça, em qualquer parte do mundo.

Quero aqui aproveitar para fazer os agradecimentos a toda sociedade de Portugal, que não mediu esforços para apoiar a nossa causa. Em particular, ao Partido Comunista Português, meus sinceros agradecimentos, receba um forte abraço de todos os Sem Terra do Brasil.

E stão em fase de (pré)discussão propostas de alteração ao estatuto jurídico do consumo de drogas com origem no PCP, no Governo PS e no Bloco de Esquerda, daí a necessidade de explicitar posições nesta batalha de ideias, com total disponibilidade democrática, mas com a serenidade e firmeza de quem sempre intervém com a preocupação maior duma resposta eficaz ao problema da toxicoddependência no nosso país.

Consumo de Drogas

A despenalização

Há um mês, o PCP tornou público um conjunto integrado e coerente de propostas que tocam aspectos essenciais da estratégia de luta contra a droga e visam instituir uma efectiva vontade política nesta matéria.

Um projecto de lei sobre os princípios gerais da prevenção primária, reforço da intervenção em meio escolar, criação de um dispositivo de Centros de Apoio em áreas de risco e medidas de reinserção.

Um projecto de lei de alargamento da rede pública para tratamento e reinserção, com novas Comunidades Terapêuticas, Centros de Dia e Apartamentos de Reinserção e visando eliminar as listas de espera nos Centros de Atendimento.

A estigmatização criminal do simples consumidor mostrou-se desadequada. Se o toxicoddependente é um doente, como em geral se aceita, do que ele precisa é de apoio e tratamento e não de tribunais e prisão.

Por outro lado, o consumo de drogas é socialmente nocivo e comporta consequências que devem ser dissuadidas e legalmente acauteladas, o que, no caso dos estupefacientes e psicotrópicos, implica manter a ilicitude. Não apenas por imposição da ONU, ou do quadro cultural do país, mas sobretudo porque a cedência da ilicitude comportaria efeitos muito negativos, nomeadamente a expansão da toxicoddependência e de certos danos sociais colaterais.

Mantemos também a apreciação de que o tráfico deve ser combatido, e não só o grande tráfico e branqueamento, que são determinantes, como também a sua base - o tráfico de rua, só possível de enfrentar com a ilicitude do consumo que viabiliza a acção policial contra o «dealer».

Assim, o PCP mantém a moldura penal do tráfico e propõe a despenalização do consumo de drogas, isto é, que deixe de ser considerado ilícito criminal e ceda a aplicação do direito penal - as penas de prisão e multa - caindo também o trânsito dos simples consumidores pelo sistema de justiça.

O consumo continua proibido mas passa a ser sancionado como ilícito de mera ordenação social - com advertência dos seus efeitos nocivos e outras sanções administrativas - mas sempre com a oferta de tratamento. A decisão e promoção destas medidas é do Instituto Português das Drogas e Toxicoddependência.

Tais são as nossas propostas de despenalização, visando dissuadir o consumo e encaminhar os toxicoddependentes para tratamento e reinserção.

As propostas do Governo PS

O PS explicitou finalmente, na proposta legislativa que o secretário de Estado Vitalino Canas (VC) anunciou há dias, que concorda em deixar cair a criminalização do consumo de drogas ilícitas.

É um facto positivo, mas não faz esquecer que já se perderam quatro anos, em que teria sido possível tratar muitos jovens consumidores, se o PS em 96 tivesse apoiado as propostas do PCP.

A proposta do Governo contém elementos convergentes com a do Partido e isso pesará positivamente nos próximos passos.

Mas, diferentemente do que afirma VC, ambas as propostas descriminalizam e

despenalizam o consumo de drogas, à semelhança de Espanha e Itália, tal e qual esclarece o Observatório Europeu da Toxicoddependência no Relatório de 99, e, nessa medida, opõem-se à legislação em vigor e às propostas de legalização ou liberalização do consumo. Seria positivo, no actual quadro, evitar confusões terminológicas que facilitem as mistificações da direita.

Tal como seria positivo que caísse a coima prevista pelo Governo como sanção principal, é aliás VC que a admite só excepcionalmente e a justifica por ser a sanção tipo do direito de mera ordenação social.

Ora nada é menos esquemático que o consumo de drogas, nem há sanção menos indicada nesta matéria que a coima. Por isso, era bem melhor instituir apenas normas que, embora atípicas, se adequassem ao objectivo de tratar os toxicoddependentes.

As mistificações da direita

No debate do estatuto jurídico do consumo de drogas o PP optou pela mistificação e a demagogia contra a «esquerda que quer liberalizar as drogas». Visa assim inventar um referendo no terreno da desinformação e da chicana política. Esperemos que o PS não volte a embarcar.

Mas há ainda a JSD que travestida de «radical» considera o consumo um direito individual (ao corpo), que não deveria ser desvalorado pela Lei - como se a saúde pública e do consumidor e os bens envolvidos não carecessem de protecção jurídica.

Chegam assim a posições idênticas ao Bloco de Esquerda (BE), de legalização do consumo e venda de drogas, e ao mesmo tempo defendem orientações liberais de demissão do Estado da responsabilidade da prevenção e tratamento.

Um Bloco de equívocos

O projecto de lei apresentado pelo BE, na linha de Almeida Santos, junta boas intenções e alguns equívocos numa proposta técnica e politicamente inaceitável.

O erro inicial é afirmar que a toxicoddependência afecta «de forma tão grave a sociedade» em resultado de «nove décadas de proibição e repressão do consumo». A isto chama-se «olhar para a árvore e não ver a floresta».

Para nós, a repressão do consumo comporta efeitos muito negativos e por isso urge substituí-la pela prevenção e tratamento, mas daí a identificar a causa dos múltiplos problemas da dependência de drogas com o estatuto jurídico do consumo vai um enorme equívoco.

O PCP considera que esta organização social é causa primeira da toxicoddependência e que o lucro é o seu «pecado original». Aí repousam as razões que movem o mercado, e isto é verdade para as drogas legais ou ilegais. O álcool é

legal em Portugal há séculos e nem por isso os seus efeitos são menos graves do que os das drogas ilícitas, pelo menos para a saúde pública.

Nos Estados Unidos, a «Lei Seca» vigorou em confronto com usos antigos - diversamente da proibição do consumo de estupefacientes em Portugal - mas quando implodiu houve uma acentuada e continuada expansão do consumo, com consequências exponencialmente agravadas. Esperar agora resultados muito diferentes no caso das drogas ilícitas seria absurdo.

A «separação de mercados» das drogas (ditas) leves e duras é uma questão a (re)ponderar futuramente. Mas aqui e agora, diferentemente da permissividade instituída na Holanda há um quarto de século, a legalização do «comércio passivo de derivados de cannabis», proposta pelo BE, não teria efeito real na contenção do consumo de heroína, que há anos se expandiu e está hoje em processo de estagnação, e resultaria presumivelmente num grande acréscimo do consumo de drogas «leves».

A «distribuição» no sistema público de saúde de heroína e cocaína aos «que dela necessitem para suprir o estado de abstinência», isto é, a garantia do fornecimento destas drogas aos toxicoddependentes, é uma ideia que, convém clarificar, não está implementada em qualquer local deste planeta.

O que existe são projectos-piloto com universo restrito e objectivo terapêutico delimitado, para doentes particularmente difíceis ou situações especiais. São experiências a avaliar criteriosamente e que admitimos ponderar para Portugal, em projectos estritamente terapêuticos e com normas e objectivos precisos.

Mas não partilhámos duma espécie de «estatização da droga», em que o «cartão de toxicoddependente» daria direito a que o Estado alimentasse a doença, pois o efeito seria, nesse caso, um surto epidémico de dependência de drogas e «narcoturismo».

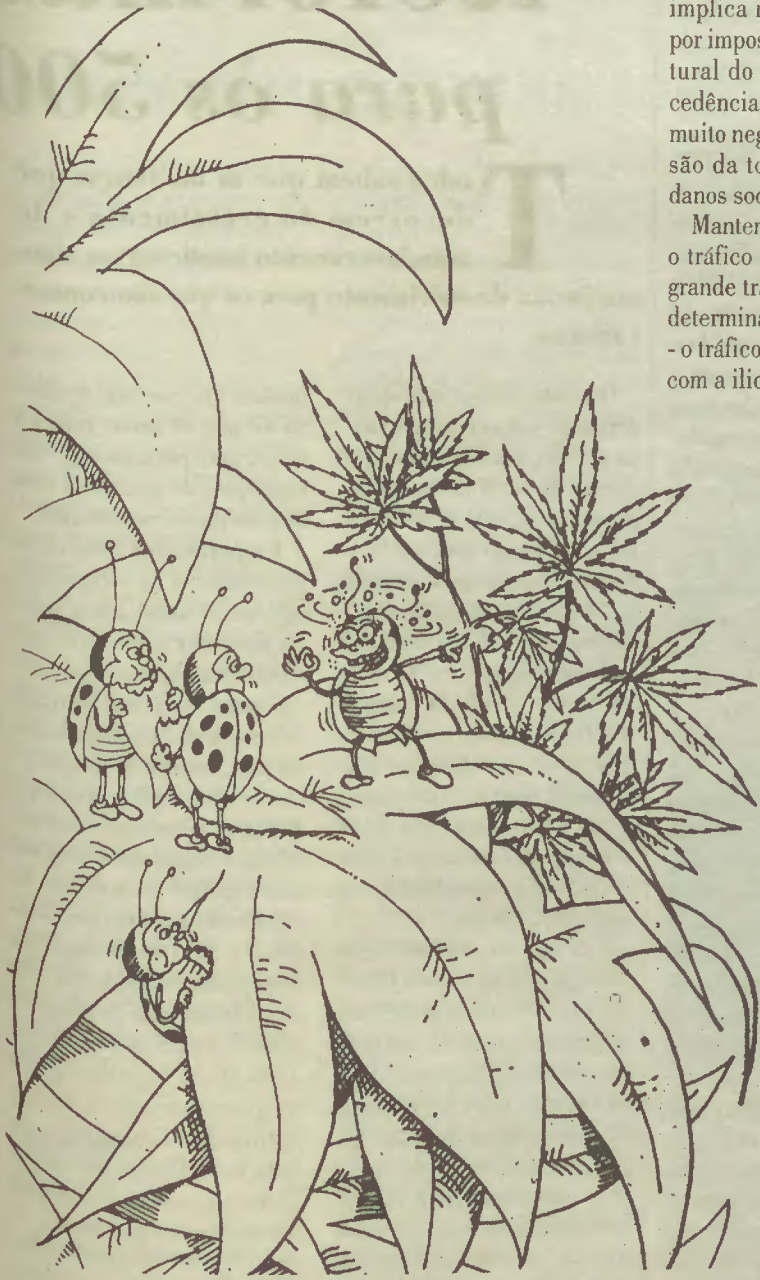
O tráfico e o consumo clandestino continuariam para os «não encartados» - menores, principiantes e marginalizados - e para as drogas não «estatizadas», cada vez mais toxicógenas.

E o lucro do negócio legalizado de drogas cresceria de novo com a privatização, os preços de cartel, a redução dos custos de distribuição e a expansão do mercado, tal qual as propostas de Milton Friedman a este respeito, e somar-se-ia aos lucros mafiosos no sistema financeiro globalitário.

Por tudo isto, a proposta do BE é globalmente inaceitável.

*

Sobretudo, no nosso entender, a grande questão continua a ser a de enfrentar e fazer recuar a toxicoddependência, com coerência e eficácia, e para isso resulta necessário e possível debater e juntar ideias e forças. É esse o caninho do PCP.



Dois projectos de lei instituindo o Programa Nacional de Prevenção e Combate ao branqueamento de Capitais e aperfeiçoando legislação diversa nesta matéria.

E dois projectos de lei que despenalizam o consumo de drogas e estabelecem o regime de mera ordenação social que lhe é aplicável.

Despenalizar o consumo

De há muito que o PCP considera contraproducente a aplicação das penas de multa e prisão até um ano previstas na Lei para o consumo de drogas ilícitas. Porque são ineficazes na dissuasão e no caso da prisão, aplicada isolada ou cumulativamente com pena por outros crimes, agravam a situação de muitos jovens consumidores, lançados na dependência profunda e na criminalidade.

Ucrânia

Do golpe de direita ao abraço da NATO

• Luís Carapinha

«Um acontecimento histórico», foram as palavras exultantes de George Robertson, secretário-geral da Aliança Atlântica, referindo-se ao Conselho da NATO que pela primeira vez se reuniu no território de um país não membro da aliança, mais propriamente em Kiev, capital da Ucrânia, em Março último.

Na antiga segunda mais importante república da URSS, a reeleição do presidente Leonid Kutchma, em Novembro de 99, depois de uma campanha abundante em escândalos, acusações de falsificação e de intensa manipulação e coacção por parte do poder, abriu as portas a uma nova escalada contra-revolucionária de «reformismo liberal» e ao reforço do vector pró-«Occidentais». Recorde-se que, oficialmente, Kutchma venceu na segunda volta das eleições o candidato e primeiro secretário do Partido Comunista da Ucrânia (PCU), Piotr Simonenko (que obteve 37%). Os testemunhos de observadores (inclusive ocidentais), apontaram para a existência de múltiplas irregularidades no processo eleitoral.

Ponto alto da nova vaga de reacção é o autêntico golpe palaciano da recente

Decisiva para a alteração da correlação de forças (que remeteu a anterior «maioria» de forças de esquerda para uma «minoría» de cerca de 157 deputados), foi a saída, em meados

de Janeiro, dum decreto do presidente Kutchma, impondo a realização de um referendo, a 16 de Abril, sobre seis pontos, entre os quais a dissolução antecipada do parlamento, poder do presidente em cancelar a imunidade parlamentar dos deputados e aprovação da (nova) constituição por referendo nacional e não por maioria qualificada no parlamento.

O líder do Partido Rural, Serguey Dovgan, caracteriza a situação política na Ucrânia como de processo de formação de um estado autoritário: «Isto não é ainda o fascismo (...) mas o poder autoritário dos grupos mafiosos.» O PCU, o maior partido nacional, reagiu declarando o referendo inconstitucional.

Apesar do rol de ilegalidades e do volte-face no parlamento, a incerteza continua a pairar nos corredores do poder. O recém-empossado primeiro-ministro declarou, ao anunciar mais um plano de austeridade, que «nos restam apenas alguns meses que podem ser a última chance para a Ucrânia». De facto, a situação económica aproxima-se do estado caótico e o sector energético (muito dependente da Rússia) está à beira do colapso. Moscovo endureceu

o seu apoio a Albright e revelou-lo ao afirmar, numa Conferência em Washington, que a Ucrânia, «parceiro e amigo dos EUA», é uma das «quatro democracias-chave» (juntamente com a Colômbia, Indonésia e Nigéria), «capazes de se tornar na principal força motriz para alcançar a estabilidade e progresso na sua região». A Ucrânia é o «país-chave para a construção de uma Europa segura e não dividida», disse, e acrescentou: «1999 foi notável pelo que não aconteceu (a economia não se desmoronou completamente e os comunistas não regressaram ao poder), o corrente ano notabilizar-se-á pelas (...) reformas estruturais (...)».

E Kutchma tem-se esmerado por merecer constantes apoios americanos. Apesar de declarações de «parceria estratégica» com a Rússia (Kutchma reafirmou-o em Moscovo na última cimeira da CEI em finais de Janeiro), os passos concretos vão na direcção dos EUA e NATO. Recentemente, numa votação preliminar na ONU dum proposta russa no sentido de não ser permitida a revisão do Tratado de Defesa Anti-Míssil de 1972 (ABM), Kiev absteve-se. E no último conselho da NATO, já mencionado, ficou acordado o reforço da cooperação militar com a NATO. Simultaneamente, o parlamento ucraniano ratificava o acordo que regulamenta o estatuto jurídico de tropas e militares de países da NATO no território nacional, no âmbito do programa «parceria para a paz», enquanto o ministro ucraniano dos Negócios Estrangeiros afirmava, após encontrar-se com Robertson, que a NATO é uma aliança defensiva (que o diga a Jugoslávia) de países democráticos, capaz de garantir eficazmente a paz, segurança e estabilidade no espaço euro-atlântico. A fúria pacifista completou-se com o anúncio da constituição de um «batalhão da paz» dos países do GUUAM, constituído pela Geórgia, Ucrânia, Usbequistão, Azerbeijão e Moldávia.

Mas o responsável pelo Conselho Nacional de Segurança da Ucrânia, Evgueny Marchuk, vai avisando, todavia, que o rumo pró-atlantista não tem sido recebido com suficiente entusiasmo pela sociedade, e portanto há que neutralizar a esquerda, identificá-la como inimiga do Estado e conduzir uma campanha nacional de agitação e propaganda que contribua para a formação de uma vasta corrente de opinião «pró-europeia» e dos mecanismos dum sólido apoio político em prol da «opção europeia».

Mas o responsável pelo Conselho Nacional de Segurança da Ucrânia, Evgueny Marchuk, vai avisando, todavia, que o rumo pró-atlantista não tem sido recebido com suficiente entusiasmo pela sociedade, e portanto há que neutralizar a esquerda, identificá-la como inimiga do Estado e conduzir uma campanha nacional de agitação e propaganda que contribua para a formação de uma vasta corrente de opinião «pró-europeia» e dos mecanismos dum sólido apoio político em prol da «opção europeia».

golpe contra o parlamento, o «referendo constitucional», o novo projecto de lei que restringe ainda mais a utilização da língua russa (apesar de mais de metade da população do país considerar o russo sua língua natal), enfim, o ataque à sede do PCU em Kiev em Março perpetrado por um grupo ultranacionalista, atestam que o plano ventilado por Marchuk se desenrola a todo o vapor.

Tal não se concretizará facilmente, porque uma parte considerável do povo da Ucrânia se lhe opõe, para além da natural inquietação e consequente reacção da Rússia ao novo avanço da NATO junto às suas fronteiras. Mas trata-se de mais uma zona quente onde o imperialismo está a atacar.



• Zillah Branco

Reformas para os 500

Todos sabem que as mudanças que decorrem do crescimento e do amadurecimento implicam em alguma forma de sofrimento para os que são conservadores.

O adolescente não quer deixar de ser a criança mimada que foi, o adulto não quer deixar de ser o jovem irresponsável que lhe permitiram ser, o velho não quer perder o frescor da juventude em que se fixou a sua imagem de auto-afirmação. Não é o caso dos que cedo enfrentam as dificuldades da vida. A criança que trabalha quer ser maior e mais forte, o adolescente responsável quer ser respeitado como adulto, o velho quer usufruir da experiência acumulada que consolida a sua segurança interior.

Este quadro pode ser posto para a sociedade brasileira onde a elite festeja os quinhentos anos de um país que pretende conservar como um enorme bebé dependente do paternalismo da velha oligarquia nacional e dos vizinhos cobiosos. As reformas modernizantes não vão além das roupas e dos objectos da moda altamente tecnológica. Reforma agrária, no Brasil, é apenas «política de terras», como mostra a economista Maria da Conceição Tavares no seu recente livro «Destrução Não Criadora» (ed. Record, 1999, RJ/Brasil), explica que «o processo de ocupação do território gera rendas de monopólio privado através da apropriação de recursos públicos e diversas formas de articulação/exploração da mão-de-obra e expropriação do seu produto».

O povo brasileiro, amadurecido por 500 anos de muito trabalho e pouca esperança, quer o seu país adulto, independente e autoconfiante. Emergente, que seja, para satisfazer a terminologia eufemística que esconde a pobreza de que se envergonha a elite, mas para emergir em condições de igualdade com os seus parceiros mundiais.

Enquanto for mantido o autoritarismo da velha estrutura social habituada à prática do poder predatório que exaure a natureza e a população para servir um mercado orientado de fora para dentro do país, as medidas reformistas no Brasil vão corresponder mais ao espírito mercantilista e colonialista implantado há 500 anos do que ao capitalismo moderno. Conceição Tavares denuncia a origem dos conflitos, que têm deixado um rasto de sangue e violência em toda a vasta área rural brasileira, na «vigência precária e socialmente discriminatória do Estado de Direito no campo. O marco jurídico da reforma agrária e sua regulamentação privilegia interesses dos latifundiários, dando margem a todo tipo de manobras que permitem iludir, atrasar e encarecer o processo de desapropriação...» «Na aplicação prática de toda a legislação reforça-se a protecção aos interesses dos latifundiários e omitem-se as medidas que podem beneficiar os sem-terra»... «Do ponto de vista da estrutura agrária, os conflitos são a expressão de dois grupos de factores principais. O primeiro é de natureza político-social: exclusão social para os que não possuem a terra ou a ela têm acesso marginal e precariamente, e preservação da estrutura de poder político regional e local para os latifundiários. O segundo é de natureza econó-

mica: enquanto a terra representa para os excluídos um instrumento de trabalho, para os senhores de terra ela é utilizada principalmente como instrumento de valorização patrimonial». E conclui: «Sem a implantação de um mínimo de legalidade democrática no campo não haverá possibilidade de uma intervenção eficaz do poder público no domínio agrário.»... «A reforma agrária tem um conteúdo económico de uma actualidade dramática, pelo menos para a maior parte da população excluída, para a qual o acesso à terra representa a única alternativa concreta de emprego produtivo e de geração de renda. Convém não esquecer que a população rural, apesar da rapidez do processo de urbanização, ainda é hoje em torno de 35 milhões, maior, em termos absolutos, do que em 1950» (e três vezes e meia a de Portugal).

Reformas cosméticas anos de atraso

lado é ridículo defender a estafada condição de «gigante adormecido», que já seria sinónimo de atraso no século XIX, por outro é uma atitude criminosa contra o povo, legítimo proprietário do país, mas excluído dos benefícios sociais e económicos do seu próprio trabalho.

Para retomar as palavras de Conceição Tavares que, ao visitar o sertão brasileiro conheceu a luta do «povo miúdo» pelos seus direitos, «todos os direitos, a começar pelo direito à vida» (...), «Por baixo da rede dos «Senhores da Terra», das velhas oligarquias rurais, no espírito cansado das classes médias esmagadas das grandes metrópoles, a partir do bagaço e da força dos trabalhadores sem-terra, sem tecto e sem emprego, está-se organizando de novo a Resistência, tecendo as pontes para sair deste pantano em que nos meteu a nossa transição democrática apodrecida» (...). «O Poder e o Dinheiro das elites não autorizam a sonhar com a nova travessia, sem sair de casa, pela Internet. O jogo global e a concorrência dos capitais e dos países ex-candidatos a potência estão liquidando mais uma etapa do tempo do dinheiro. Encurtado até o paroxismo, o futuro já está aí, e 2001 não será vivido pelas elites com uma valsa de Strauss, numa nave boiando no «espaço sideral». O próximo ano prepara de novo o ritmo e a poesia das massas em movimento, o rap surdo dos que se recusam a ser os eternos condenados da Terra.» (...) «Estamos chegando ao fim do século, os dois Brasis finalmente unificados, pelo tempo do mundo!» (...) «Teremos de recomçar, de novo, a construção do Planalto Central do país.»

Começar de novo

No final do século XIX um pequeno livro com o título de «Catecismo do Labrego», de Frei Marcos Portela (1888, Caliza) registava: «Quem são os pacíficos? Os bois e nós (os camponeses). Quem são os que sofrem perseguições pela justiça? Os que se revoltam contra a justiça.» Poderia ser escrito hoje sobre a situação social no campo brasileiro.

Mas o Brasil comemora os seus quinhentos anos no ano 2000, à entrada do terceiro milénio, carregando toda esta tralha moderna de internet, telefone celular, investigações interplanetárias, produtos transgénicos, etc., e mais um governo da mais refinada elite intelectual. Por um

Ler e reler:

O Manifesto do Partido Comunista de Marx e Engels

• Pedro Ramos de Almeida

1. «Anda um espectro pela Europa — o espectro do Comunismo. Todas as potências da velha Europa se aliarão para uma santa caçada a este espectro, o papa e o czar, Matternich e Guizot, radicais franceses e agentes da polícia alemã.» Assim se iniciava, em 1848, o Manifesto do Partido Comunista.

(...) O comunismo já é reconhecido por todas as potências europeias como uma potência.

Já é tempo de os comunistas exporem abertamente ao mundo inteiro a sua maneira de ver, os seus objectivos, as suas tendências, e de contraporem à lenda do espectro do comunismo um Manifesto do próprio partido [...] (*)

Nesta fase ainda pré-monopolista e pré-imperialista, o movimento comunista e operário vivia um período de ascensão tal como Engels o assinalará no prefácio da edição italiana do Manifesto de 1893 (Karl Marx já falecera há dez anos, em 1883):

«Pode dizer-se que a publicação do Manifesto do Partido Comunista coincidiu com o 18 de Março de 1848, o dia das revoluções em Milão e Berlim (...) duas nações até então enfraquecidas pela divisão e pelas disputas internas, e por isso caíram sob o domínio estrangeiro. Enquanto a Itália



ficava sujeita ao imperador da Áustria, a Alemanha sofria o jugo, não menos efectivo por ser mais indirecto, do czar de todas as Rússias. (...) A Itália e a Alemanha, como é sabido, só se unificaram sob um Estado soberano próprio, respectivamente, em 1861 e 1871...

«Por toda a parte essa revolução foi obra da classe operária: foi esta que levantou as barricadas e que pagou com o seu sangue. Só os operários de Paris [ainda em 1848] tinham a intenção bem definida de, derrotando o governo, derubarem o regime burguês. Mas, embora profundamente conscientes do antagonismo inelutável que existia entre a sua própria classe e a burguesia [entendendo por burguesia, como o disse Engels, em nota à edição inglesa de 1888 deste Manifesto, «a classe dos capitalistas modernos, proprietários de meios de produção e patrões de trabalhadores assalariados» (*), nem o progresso económico do país, nem o desenvolvimento intelectual das massas operárias francesas, contudo, tinham atingido ainda a fase que teria permitido uma reconstrução social. (...)»

«Assim, se a revolução de 1848 [dezasseis anos antes da I Internacional — Associação Internacional dos Trabalhadores, 1864/1872!] não foi uma revolução socialista, abriu caminho, preparou o terreno para ela. Com o impulso dado em todos os países à grande indústria o regime burguês tem criado por toda a parte, nos últimos quarenta e cinco anos, um proletariado poderoso, concentrado e numeroso. Criou

assim, para usar a linguagem do Manifesto, os seus próprios coveiros (...)» (*)

2. «A moderna sociedade burguesa (...) não acabou com os antagonismos de classe. Não fez mais que colocar novas classes, novas condições de opressão, novos aspectos de luta, no lugar dos anteriores.

«A Nossa época, a época da burguesia, distingue-se, contudo, por ter simplificado os antagonismos de classe. Toda a sociedade está a cindir-se, cada vez mais, em dois grandes campos hostis, em duas grandes classes em confronto directo: a burguesia e o proletariado.» (*)

Não é assim por acaso que tendo primitivamente a Liga dos Comunistas usado como divisa a expressão «todos os homens são irmãos», conceito esse a que Marx e Engels vivamente se opunham — sublinhando até Marx: «Há um grande número de homens que eu de modo algum considero meus irmãos!» — ela tenha sido substituída no II Congresso, em Novembro de 1847, segundo proposta de Engels a sugestão de Marx, por uma outra que em breve se converterá no grito revolucionário clássico da luta operária e progressista mundial: «Proletários de todos os países uni-vos!» (*)

Será na continuidade destes princípios e em favor de uma organização independente do operariado que Engels afirmará mais tarde na Conferência de Londres, da I Interna-

cional, em fins de 1871 no alvoroço do imperialismo: «É preciso que o partido operário seja construído não como a cauda de qualquer partido burguês, mas como partido independente que tem o seu objectivo, a sua política própria» (*)

Princípio que aliás virá a ser consagrado na resolução «Actividade política

da classe operária», cuja redacção definitiva será então confiada ao Conselho Geral, com a participação, entre outros, de Marx e Engels, onde se poderá ler: «(...) A classe operária não pode agir como classe senão constituindo-se ela própria num partido político distinto de todos os antigos partidos formados pelas classes possuidoras e opondo-se a eles.»

«Que esta constituição da classe operária num partido político é indispensável para assegurar o triunfo da Revolução Social e do seu objectivo final: a abolição das classes (...)» Assim foi. Assim será.

(1) Karl Marx — Friedrich Engels, Manifesto do Partido Comunista, Biblioteca do Marxismo-Leninismo, Ed. Avante!, Lisboa, 1975. Direcção da edição, prefácio e notas de Vasco Magalhães-Vilhena — p. 57.
(2) Manifesto, etc. — p. 59.
(3) Manifesto, etc., Prefácio de Engels à edição italiana de 1893, pp. 51/52.
(4) Manifesto, etc. — p. 60.
(5) Manifesto, etc. — pp. 132/3.
(6) Karl Marx — Biografia, Ed. Avante!, Lisboa; Ed. Progresso, Moscovo — 1983; p. 570.
(7) Manifesto, etc. — pp. 143/4.



destituição do presidente e do primeiro vice-presidente do parlamento (representantes do Partido Rural e do PCU, respectivamente) e a eleição em Fevereiro do novo presidente, Ivan Plúch (do Partido Popular Democrata, apoiante de Kutchma), decididas fora da sede própria, em «sessão alternativa» do parlamento, num acto anticonstitucional.

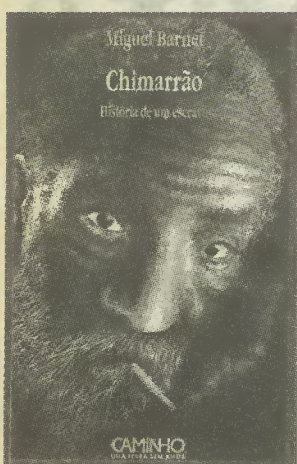
As primeiras medidas da nova «maioria parlamentar» foram retirar a simbologia soviética (foice e martelo) do edifício sede do parlamento e decretar o fim do feriado oficial da Revolução de Outubro. Alguns deputados chegaram mesmo a propor o fim do feriado do 1.º de Maio...

ultimamente a sua posição face à pesada dívida de Kiev, o que pode significar que a Rússia não deseja continuar a «financiar» o deslocamento da Ucrânia para o eixo da esfera de interesses e influência dos EUA e NATO.

Uma peça crucial

A Ucrânia é uma peça importante, mesmo crucial, do xadrez político e geoestratégico dos EUA para a zona, que visa isolar completamente a Rússia de forma a enfraquecê-la tanto quanto necessário aos interesses imperiais americanos. É a pró-

Livros



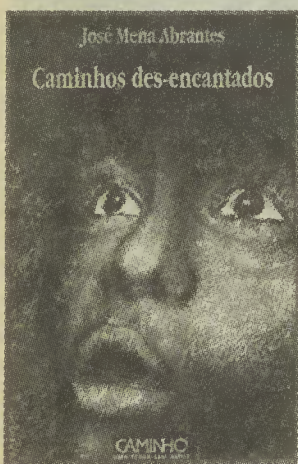
Chimarrão

História de um escravo

Soma e segue. A editorial Caminho prossegue na publicação de ficção de autores estrangeiros - dir-se-ia que os nacionais baixaram as vozes para o sussurro - e a sua colecção Uma Terra Sem Amos tem contribuído com assinalável êxito para a divulgação de escritores que, de outro modo, continuariam desconhecidos do público português. Desta vez a colecção dá à estampa mais um livro de um cubano - **Miguel Barnet**. *Chimarrão/História de um escravo* não será propriamente um romance. Ou melhor, não será propriamente ficção, porque se trata de uma história verdadeira, contada ao autor pelo próprio Chimarrão, um antigo escravo cubano que Barnet encontrou pela primeira vez em 1963. Tinha então este velho veterano, que havia participado na Guerra de Independência de Cuba, nada menos do que 103 anos, mas com uma inteligência clara e um grande poder de expressão... a história da vida deste homem que o autor, durante três anos (!), recolhe. E que a escreve, vertendo-a em verdadeiro romance que é, trinta e tal anos depois, «porque a verdade não se pode calar». E por que vale a pena contar uma história assim, de uma feita de luta pela liberdade.

Caminhos des-encantados

Esta colecção de que falamos acima também vem publicando, como de resto temos assinalado,



livros de outros autores que hesitamos em chamar estrangeiros, dada a irmandade da língua que usam e enriquecem e que é a mesma que a nossa. **José Mena Abrantes**, autor destes *Caminhos des-encantados*, é angolano, jornalista - assessor do Presidente de Angola desde 1993 - e homem muito ligado ao teatro. Tem sido no teatro, aliás, que a sua obra literária tem vindo a ser construída no fundamental, contando com doze livros publicados nessa área, para além de outros livros de ficção. Mas estes *Caminhos des-encantados*, que o autor apelida de *Estórias*, são curtíssimos textos onde transpira a realidade angolana, através de uma saborosa linguagem.

Crónicas da Idade Média

• Ruben de Carvalho

Racismo?

A semana passada, Óscar Mascarenhas publicou no «Diário de Notícias» um interessante e bem humorado artigo dedicado à interminável polémica sobre se os portugueses são ou não racistas ou, pelo menos, mais ou menos racistas que o resto dos europeus.

Há várias coisas a sublinhar no texto de Óscar Mascarenhas.

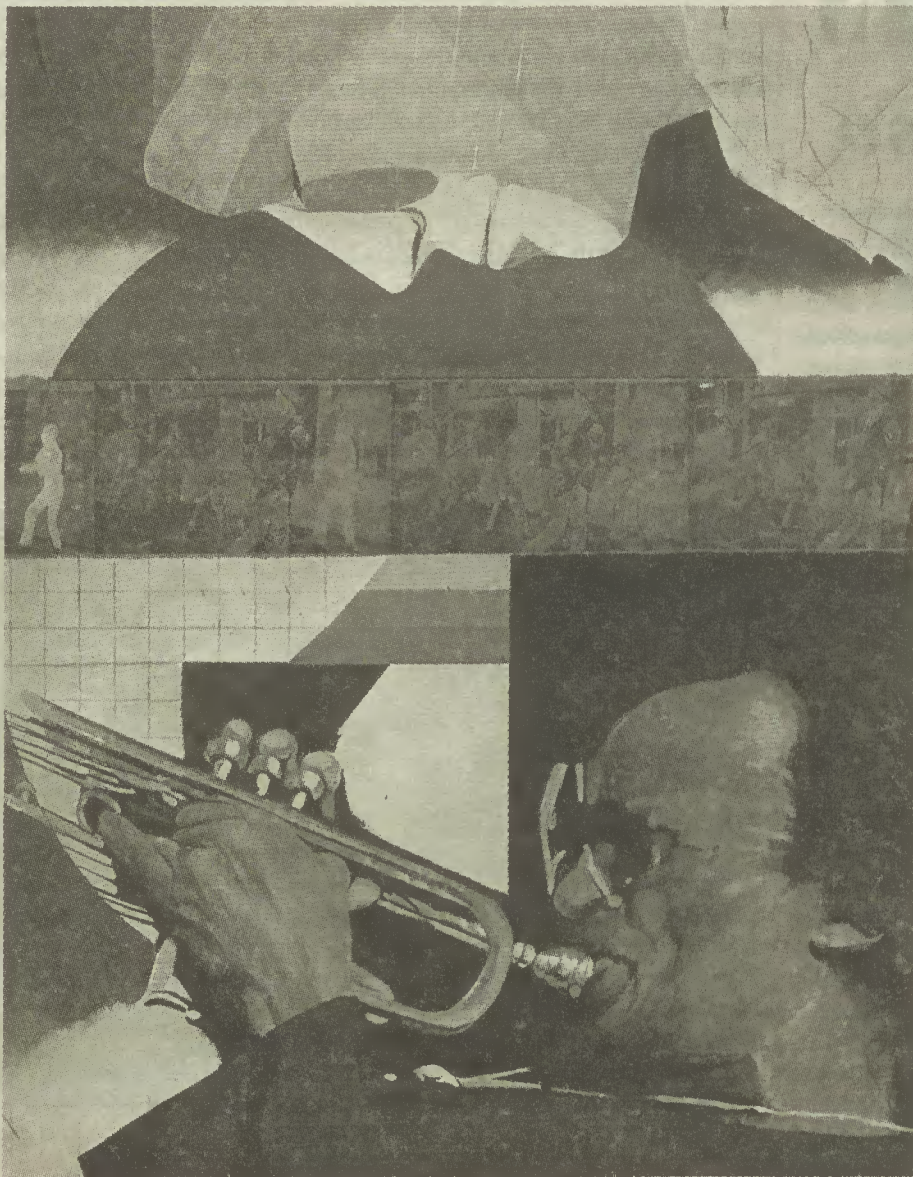
Uma primeira - e talvez a mais importante - a sua acertada crítica ao ambíguo papel de certos «estudos de opinião» e «investigações sociológicas» que, de inquéritos e percentagens em riste, vêm demonstrar que essa ideia

das dificuldades sociais inerentes ao sistema, bem como da complacência e mesmo cumplicidade do Estado nessas práticas do que a qualquer outra coisa.

«Dizer de um povo que é racista - conclui - quando ele não se sente racista nem entende de onde é que lhe vem o racismo, é criar-lhe um cerco psicológico terrível. Um dia, em desespero, ele dirá: "Ai sou racista? Pois então seja!"»

Ume economia própria

O texto de Óscar Mascarenhas antecedeu em escassos dias a tragédia da discoteca «Luanda» e esta coincidência no tempo sugere uma reflexão.



Embora a reprodução a preto e branco faça pouca justiça à imagem, o quadro (1972) de **Rolando Sá Nogueira** faz parte de um dos mais interessantes ciclos de pintura de um artista profundamente ligado não apenas ao movimento neo-realista português mas a outras tendências estéticas (a pop art dos anos 60, muito particularmente) que concedem uma particular personalidade e fascínio à sua obra. O ciclo em referência foi claramente motivado pelo movimento dos direitos cívicos norte-americano e pela explosão da cultura afro-americana que o acompanhou, particularmente na música. Na esteira das experiências com recursos a várias técnicas (colagens, fotografia, pintura) o quadro apresenta uma imagem de branco separada de uma de negro (onde é fácil reconhecer traços do trompetista Miles Davis) separados por uma tarja de fotos de uma brutal agressão de polícias brancos a um homem que vai sucessivamente apresentando várias cores

generalizada sobre uma particular margem de tolerância que a vivência histórica teria criado nos portugueses não corresponde à realidade: «uma autoflagelação tanto em moda (...) falsa, e se fosse verdade, seria uma verificação inútil, quando não contraproducente, ou seja, estimularia o racismo (...)

Português de origem indiana, como recorda, Óscar Mascarenhas sabe por experiência própria do que está a falar e recorda o conjunto de circunstâncias contraditoriamente invocadas para as «demonstrações» em causa, salientando bem que, na sua esmagadora maioria, elas relevam bem mais da pura dureza da exploração económica e

O que se passou em Alcântara relevará de questões diversas que a polfóia e os tribunais terão de esclarecer e punir, mas a violência do drama desencadeou um natural conjunto de informações simultâneas que chamam a atenção.

A «Luanda» era uma das maiores e mais bem equipadas discotecas de Lisboa e integra-se na vasta e dinâmica indústria de diversão ligada à comunidade afro-portuguesa residente em Lisboa e arredores. Animada pela sua música, frequentada maioritariamente pelos seus jovens - embora não só -, espalhando-se por toda a cidade e relacionando-se com um tecido naturalmente

contíguo: edições discográficas, espectáculos, actividades de convívio, respectivas promoções, etc.

Esta actividade não será evidentemente a única (possivelmente nem sequer a economicamente mais relevante) mais ou menos autónoma na comunidade africana e, pelo contrário, talvez constitua apenas um índice visível de uma dinâmica própria e positiva de afirmação e estruturação. A assim ser, temos contudo o primeiro elemento a merecer reflexão.

A verdade é que é indispensável que esta estruturação económica, inevitavelmente relevante socialmente, não venha a constituir um elemento de separação, de insulação, uma espécie de tecido económico racialmente determinado dentro do tecido económico geral, contribuindo assim para o aparecimento de clivagens ao nível social e quotidiano.

Estamos perante uma responsabilidade que não é especificamente do Estado, das autarquias, da escola, da legislação, antes se apresenta transversal a toda a sociedade. Se, tal como bem sublinha Óscar Mascarenhas, os afloramentos de xenofobia e intolerância se radicam essencialmente na actividade económica (na exploração do trabalho, para ser mais exacto), a economia é também um dos elementos mais fortemente integradores das sociedades. O que significa que do comércio retalhista à actividade bancária, da acção das seguradoras à publicidade é indispensável que se reflecta a realidade de Portugal ter hoje uma população largamente miscigenada e multicultural e que compreende-lo é não apenas o que um economista chamaria um imperativo de mercado, mas também uma necessidade socialmente relevante.

Novas gerações

Um segundo aspecto que merece referência é, seja qual for, em rigor, a dimensão e significado do tecido económico animado pela comunidade afro-portuguesa em Portugal, parecer indesmentível que as actividades ligadas à diversão e à moda nela representam uma parte no mínimo significativa.

O que tal facto imediatamente revela é que o público que o torna possível é essencialmente jovem, o que, não constituindo propriamente novidade, requer particular atenção.

A verdade é que os dias passam tranquilamente uns atrás dos outros, as mutações sociais fazem-se lentamente nesse ritmo tranquilo da vida, mas o equilíbrio na comunidade africana já hoje muito plausivelmente terá deixado de ser favorável a cidadãos nascidos nos seus países de origem, para dar lugar a uma geração - ou mesmo já duas - de jovens nascidos em Portugal.

A experiência de numerosos países revela como este facto altera profundamente o quadro cultural, social e psicológico, com implicações da mais variada ordem, das escolares às urbanísticas, das culturais às profissionais.

É discutível que se esteja, em geral, a acompanhar esta evolução e em função dela actuar com a mesma atenção que se dedica a combater - e justamente - os afloramentos de racismo ou xenofobia que despontam aqui ou ali. Mas é sem dúvida mais urgente, mais necessário e mais produtivo para o presente e o futuro de uma sociedade como a desejamos.

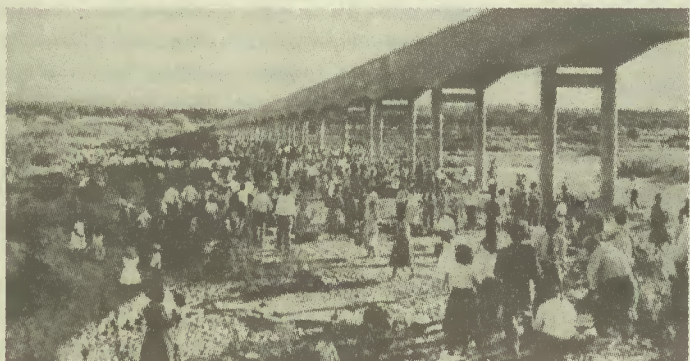
Gastronomia

• José Labaredas

Sardinhas, sardinheiros e militância política (*)

A sardinha ocupou desde sempre o seu lugar primacial à mesa portuguesa e, de tal maneira, que na Idade Média, em que as proibições de índole católica eram para serem seguidas à risca, a Igreja isentou da sua prática proibida a pesca da sardinha ao domingo. Cuido que as razões primeiras da predileção do povo português pela sardinha até aos dias de hoje foram bem definidas já no século XV pelo nosso preclaro rei D. João II que, quando sobre elas questionado, respondeu definitivamente: «É muita, sabe muito bem e custa muito pouco.» Sagaz e premtório dito!

O seu largo consumo pelo povo aparece largamente documentado no século XVI na obra admirável do nosso primeiro dramaturgo – Gil Vicente – quando, por exem-



plo, no *Auto da Feira*, Amâncio Vaz assegura ao jornalista Diniz Lourenço «quando vieres da arada/comerás sardinha assada/porque ela genta a panela», isto é, porque é o único que há com fartura já que «enche» a panela, e é lapidar a frase do Vilão no *Auto da Festa* quando, desdenhando da arrogância de um fidalgo que lhe fala das iguarias raras da sua farta mesa, lhe responde, com firmeza e algum desdém: «Porque com duas sardinhas/lico eu mais satisfeito/que vós com vosso desfeito/nem com capão, nem galinhas/não nos fazem mais proveito.»

É por de mais sabido que a sardinha é uma das espécies piscícolas que concorrem para uma alimentação equilibrada e uma saúde de ferro e, se nos anos sessenta alguns médicos contra ela se acirraram, tal acrimónia foi ditada por obscuros motivos e interesses mercantilistas, tal como as campanhas simultâneas contra o azeite ou a manteiga. Enfim, malhas que já a CEE, se calhar, nessas décadas, tecia!

Em muitas regiões do interior do nosso país, ainda constitui a prateada clupeídea a base da alimentação rural, cujo abastecimento às populações era feito com sacrifício até décadas recentes pelos sardinheiros, nome por que são conhecidos vulgarmente os vendedores de peixes vários mas em maior quantidade, e por ser a mais barata (mesmo assim, quantas vezes repartida por dois e

três comensais nos tempos obscuros do fascismo!) e como nos meios rurais a base da alimentação continuou a ser e ainda hoje é em certa medida a sardinha, daí o seu nome popular; montados nos seus burricos, mais tarde de bicicleta a pedal, a seguir em velocípedes já motorizados, realizando hoje o seu mister com meios mais resguardados das intempéries inverniais, as carrinhas.

No concelho de Coruche muitos são ainda hoje os sardinheiros em plena laboração e se os meios de transporte melhoraram, a forma de comercialização permanece quase igual a décadas atrás. Os fornecedores trazem o peixe pescado a meio da noite e eles entregam então o seu amanhã. Existe muito o costume de ainda hoje *escorchar* a sardinha, método que consiste em esventrá-la, limpá-la de tripas e cabeça e depois colocá-la numa salmoura para que a sua carne não se deteriore. Essas operações são praticadas mais acentuadamente em períodos em que os sardinheiros sabem que não a venderão toda fresca e assim obviarem a perdas de ganhos por terem de enterrar alguns quarteirões sobrantes.

Muitos deles, conscientes de que, mesmo assim, as condições de vida não permitiam uma mesa farta, sequer de sardinha, ainda a fiavam largamente durante os períodos de carestia de trabalho para que o carregamento, pelo menos dos mais novos, fosse devidamente assegurado, chegando outros, ainda mais zelosos, a guardar para as mães de crianças de tenra idade, as ovas, que eram desprezadas durante o seu escorchamento, pois sabiam do seu alto valor nutritivo.

Nos meios rurais as sardinhas eram degustadas habitualmente assadas, muitas vezes cozidas a completarem a sopa denominada popularmente por Batatas de Molho ou fritas na tradicional Sopa de Feijão com Couve e até a acompanhar uma simples açorda.

Quase todos os sardinheiros da área do Baixo Ribatejo eram militantes do Partido e serviam-se do seu mister para a divulgação dos ideais comunistas. Assim, de monte em monte, nas pequenas localidades mais recônditas, lá distribuíam o «Avante!» e outros materiais de propaganda política habilmente dissimulados no meio das camadas de sardinhas das largas caixas de madeira, devidamente acondicionados para que não se desfizessem. A sanha da PIDE contra as actividades ditas subversivas provocou-lhes alguns danos materiais pela entorna total das caixas para detecção dos materiais «subversivos», tudo suportando com abnegação, até a privação da Liberdade!

(*) Este texto foi escrito para o «Avante!» pouco antes de o seu autor, o já saudoso camarada José Labaredas, nos deixar. Ler estas palavras é prolongar o nosso convívio.

Pontos Naturais

• Mário Castrim

Zoo Diako

Peixes

Estás doente? Vai ver o mar.
Ninguém como ele
sabe curar.
É só olhar.



Carneiro

O futuro será
sem ti.
Mas que será de ti sem ele?



Touro

Com força, vá.
Cuido do ambiente...
A Terra está
em transcendente.



Gêmeos

Inventa as tuas asas
Sê humano. Se não
lá ficam os signos
sem profissão.



Caranguejo

Segredos. O medo?
Mas tu és o segredo!



Leão

Uma noite
com boa companhia
ora, e está ganho o dia!



Virgem

O tempo vai mal
para a economia
neoliberal.
A quem nela trabalha
não há signo que valha.



Balança

Os astros estavam todos
contra Pinochet.
Culpa deles não é
mas de quem talvez
quisesse matar Allende
pela segunda vez.



Escorpião

Faz mais um verso
pelo universo
que tudo nele submerso.



Sagitário

Com esta caravela
pensa onde hás-de
chegar com ela.



Capricórnio

Tinha o teu destino
fechado
na minha mão.
Agora, não atino.
Fiquei baralhado
com a televisão.



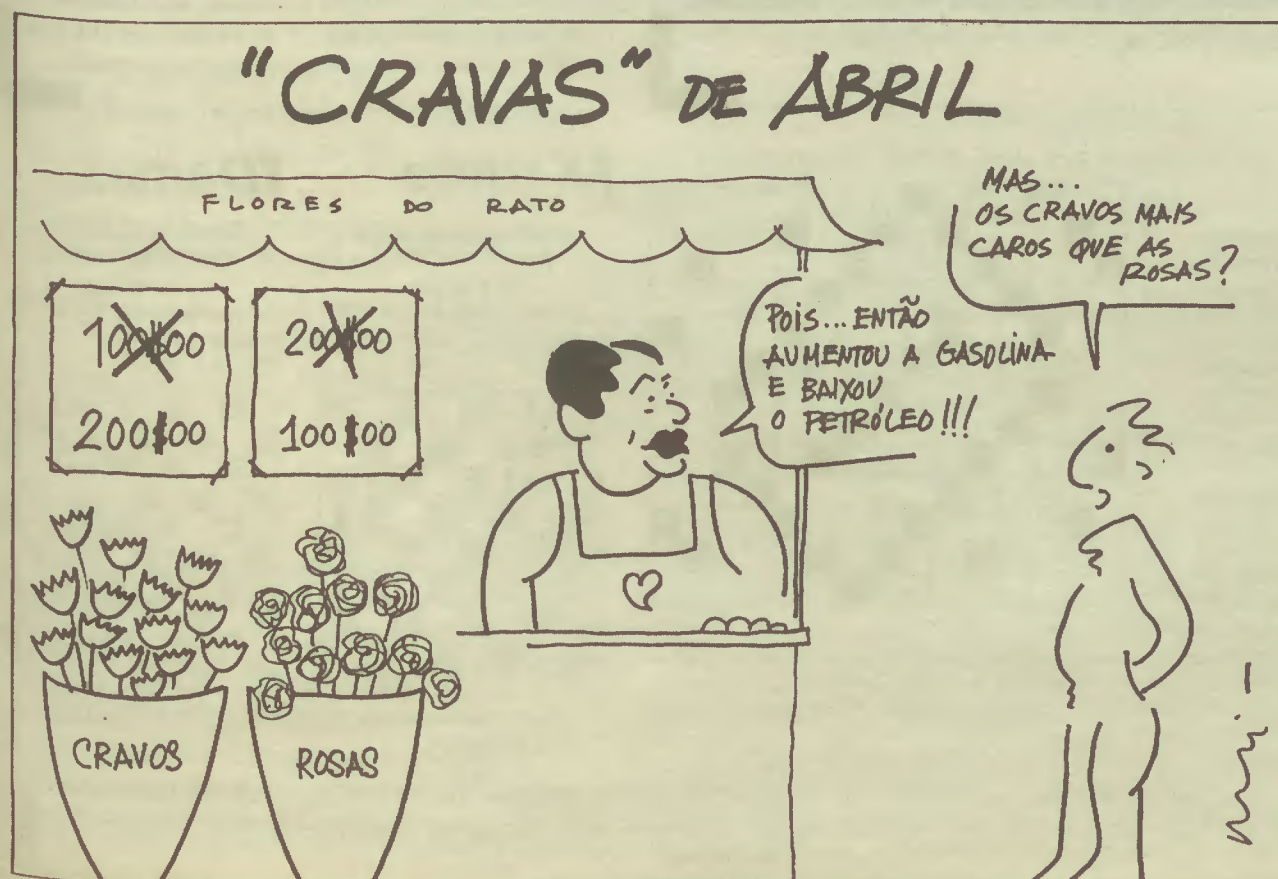
Aquário

Estrela do Norte.
História sem fetiche.
O Partido forte.
O resto, que se lixe.



Cartoon

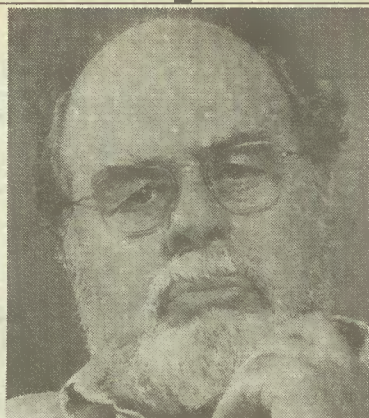
• Monginho



Teatro

• José Morais e Castro

Até já, Zé Gomes!



No passado dia 4 de Abril deixou de viver fisicamente o Actor José Gomes. Não foi só o Actor, foi o nosso camarada José Gomes, foi o grande amigo, colega e companheiro, praticamente da família daqueles que mais intimamente com ele conviveram, amado, respeitado e admirado por todos os que o conheciam e muitos eram. E deixou de viver só fisicamente porque vive e viverá por muito tempo na memória, na amizade e no amor de todos nós - pela sua alegria de viver, pela sua bondade e capacidade de amar, pela sólida cultura ligada constantemente à realidade, pela sua arte, pelo seu profissionalismo, pela sua coerência, que muito contribuiu na sua carreira para a sua arte e para o seu profissionalismo.

Dizem os nossos ficheiros que se inscreveu no Partido Comunista em Maio de 1974 mas, pelo menos nos finais de 59-60, na Universidade de Coimbra e depois na Universidade Clássica de Lisboa, teve uma posição e uma actividade de esquerda e associativa. Aliás, seria no CITAC, em Coimbra, que se estrearia pela mão de António Pedro, em 1960, em *Dulcinea ou a Última Aventura de D. Quixote*, de Carlos Selva-gem. Ainda no Teatro Universitário (TEUC e Grupo Cénico da Associação Académica da Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa) interpretaria Lorca, Ben Johnson e Gil Vicente e seria dirigido por encenadores como Paulo Quintela, Luís de Lima e Adolfo Gutkin.

Já como profissional, interpretou desde a sua estreia e por ordem cronológica, autores como Kafka, Arthur Miller, Eça de Queirós, Artur Portela Filho, Ruzante, Tankred Dorst, Rafael Alberti, Xavier Pommeret, Peter Weiss, Bertolt Brecht, Ary dos Santos e Augusto Sobral, Hélder Costa, Anton Tchekov, José Saramago, Botho Strauss, Almeida Garrett, Sean O'Casey, Borges Coelho, Carlo Goldoni, José Cardoso

Pires, Ostrowsky, António Macedo, Shakespeare, Gil Vicente, Christoph Hein e Athol Fugard cuja sua interpretação no papel de Marius na peça *Caminho para Meca* com encenação de João Lourenço e ao lado de Eunice Muñoz foi o seu último trabalho em teatro. Todos estes autores foram por José Gomes interpretados em companhias como o Grupo de Acção Teatral, dirigido por Artur Ramos, o Teatro Laboratório de Lisboa «Os Bonecreiros», de que foi co-fundador, o Grupo 4, «A Barraca», o Novo Grupo de Teatro, o Centro Dramático Intermunicipal Almeida Garrett (Teatro da Malaposta) e Teatro Municipal D. Maria II, com encenações entre outras de, Fernando Gusmão, Rui Mendes, João Lourenço, Morais e Castro, Hélder Costa e José Peixoto.

Zé Gomes participou ainda nos seguintes filmes: *Nojo dos Cães*, de António Macedo, *Pedro Só*, de Alfredo Tropa, *O Princípio da Sabedoria*, de António Macedo, *Antes a Morte que tal Sorte*, de João Matos Silva, *Actos dos Feitos da Guiné*, de Fernando Matos Silva, *Kilas*, *o Mau da Fita*, de Fonseca e Costa, *A Carta Roubada*, de Ruy Guerra, *Guerra de Mirandum*, de Fernando Matos Silva, *Sem Sombra de Pecado*, de Fonseca e Costa, *O Fio do Horizonte*, de Fernando Lopes e *Um Homem Normal*, de Joaquim Leitão.

Mas o grande público recorda-se melhor dele (até porque gostava muito dos seus trabalhos em televisão) na séria *Sim, Senhor Ministro* e nas telenovelas *Chuva na Areia*, *Na Paz dos Anjos*, *Desencontros*, *Roseira Brava*, *Primeiro Amor*, *A Grande Aposta*, entre outras e a *Lenda da Garça*, no momento a ser transmitida e onde ainda o pode ver.

Um excelente actor, um homem extraordinário. Nós, os seus amigos, com certeza o recordamos, agora, a todos os momentos.

E por isso podemos dizer: *Até já, Zé Gomes!*



José Gomes contracenando com Rui Mendes em «Os Cavaleiros da Távola Redonda» de Christoph Hein, no Teatro da Malaposta - Janeiro de 1992

Pontos Cardeais

O «benfeitor»

Sob este sugestivo título - «o benfeitor» - o Tal & Qual da semana passada dedicava uma página inteira à generosidade de Belmiro de Azevedo para com a sua terra natal - freguesia de Tuías, no concelho de Marco de Canavezes. Acometido de um ataque de filantropia, o «senhor Sonae» (como lhe chama o semanário) «distribuiu presentes, na ordem dos 35 mil contos, por instituições da sua terra, Marco de Canavezes», com aspectos particularmente tocantes, como dar a uma sala de musculação o nome do seu professor primário que, segundo o próprio Belmiro, foi «a pessoa que lhe deu forte incentivo para que concluísse os estudos e se transformasse no homem de sucesso».

Só fica bem, a Belmiro de Azevedo, beneficiar a sua terra natal com prendas de 35 mil contos, embora nos pareça que, para um homem que dizem «valer» 600 milhões de contos, a quantia seja algo irrisória.

Esperemos, de qualquer modo, que esta onda de caridade não se lhe desfaleça e, por via dela, alivie um pouco o regime de indigna exploração em que mantém, no seu vasto império, milhares de assalariados a termo, ou sem termo nenhum...

Intervenções

O ministro da Administração Interna, Fernando Gomes, teve esta semana um comportamento original.

Vamos por partes. Primeira parte. Na sequência da tragédia na discoteca «Luanda», em Lisboa, que vitimou sete jovens na madrugada de domingo passado, o senhor ministro apressou-se a anunciar, pes-

soalmente e no dia seguinte, que «nas próximas horas» serão detidos suspeitos «do acto criminoso, pois trata-se de um crime». Fê-lo sem passar cavaco à Polícia Judiciária - a autoridade que conduz as investigações - e, pior que isso, fê-lo em flagrante prejuízo da investigação em curso ao anunciar «prisões iminentes» que a própria Polícia Judiciária se escusou, até agora, a prever.

Mas o senhor ministro queria «brilhar» publicamente, pelo que não hesitou em se lançar em declarações bombásticas, apressadas, insólitas no seu quadro de competências ministeriais e, no mínimo, condicionadoras do próprio rumo das investigações.

Segunda parte. Centenas de agentes policiais desencadeiam, horas depois, uma acção de protesto contra a detenção, para averiguações, de dois camaradas da corporação acusados de homicídio numa esquadra do Porto, acção que se inicia nesta cidade e se alastra, rapidamente, a várias outras, configurando um protesto nacional.

Aqui, o senhor ministro da Administração Interna remeteu-se a um estranho silêncio, apesar de ser o responsável governamental directo pela PSP (o que não acontece em relação às investigações criminais desenvolvidas pela Polícia Judiciária).

Anunciar - mesmo prematuramente e sem base que se veja - a complexa vitória de uma investigação alheia é, pelos vistos e para o sr. ministro Fernando Gomes, uma coisa muito mais fácil de fazer que tomar posição sobre um problema igualmente bicudo, mas com o menor de ser da sua directa competência....

Palavras Cruzadas

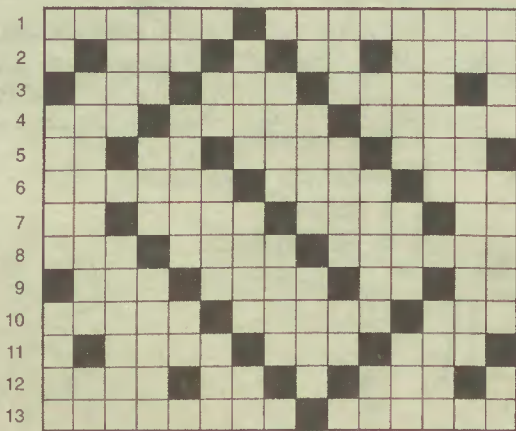
HORIZONTAIS: Bater com a testa; dar a forma curva a. 2 - Preceptor; interj. que designa dor; pátio. 3 - Ausência; debaixo de; espécie de veado das regiões do Norte. 4 - Imensidade; peixe da família dos clúpeos, que só se reproduz na água doce; pequena parte. 5 - Outra coisa; ruim; pequena peça de artilharia semelhante a um morteiro comprido; altar cristão. 6 - Fruto da goiabeira; que é feito de cobre; renque. 7 - Graceja; erudito; planta apiácea conhecida por erva-doce; observei. 8 - Partícula que, no antigo dialecto do Norte de França, significava sim; melodia; ventilar. 9 - Prep.; faixa; atmosfera; contr. da prep. de com o art. a. 10 - A fêmea do peru; dar-se por ofendido; compreender. 11 - Vegetação espontânea; naquele lugar; cútis. 12 - Irmã; forma antiga de mim; apetite sexual nos animais. 13 - Despertara; leito conjugal.

VERTICAIS: 1 - Tratamento de tu; franzino; mamífero carnívoro da América, da família dos felídeos, com afinidades com o leão. 2 - Acto ou dito próprio de saloio; antes de Cristo. 3 - Vassourar o forno, depois de aquecido; relativo à Lorena. 4 - Viscera dupla; doença; emparedar. 5 - Contr. da prep. a com o art. def. o; pássaro dentirrosto do Brasil, de canto melodioso; avenida (abrev.). 6 - Apelido; terreno aberto ou murado, em frente ou em volta das igrejas; aia. 7 - Multidão de gente; vertigem; caminhar. 8 - Criança de colo; princípio de vida. 9 - Despido; toca; classe. 10 - Nome de duas espécies de cotovias; carta ou face de dado com seis pintas; grito de dor. 11 - Naquele lugar; ter tonturas; aqui. 12 - Traço direito; ente; sinal gráfico. 13 - Nome comum do molusco acéfalo lamelibranquico, cuja concha osromeiros usam como insígnia, no chapéu; fêmea do leão. 14 - Pref. indicativo de movimento, direcção; perversidade. 15 - Que tem cor entre rubro e violáceo; encolerizar; pedra de amolar.

HORIZONTAIS: 1 - Turburar encucurar. 2 - Ato; uni; eido. 3 - Sem; sob; alee. 4 - Mar; sável; átimo. 5 - Al; má; óbns; ara. 6 - Colábia; éreo; ala. 7 - Ri; lido; anis; vi. 8 - Oll; éria; arejar. 9 - Com; orla; art; da. 10 - Perur; amuar; ler. 11 - Erva; alij; tez. 12 - Mana; mi; cio. 13 - Acordara; tálamo.

VERTICAIS: 1 - Tur magro; puma. 2 - Saltoice; a.C. 3 - Raer; loreno. 4 - Rim; má; murar. 5 - Aq; sabil; av. 6 - Sã; adro; ama. 7 - Povq; orq; tr. 8 - Bebe; alma. 9 - Nu; lura; aula. 10 - Ciq; sena; at. 11 - La; orar; ca. 12 - Recla; ser; til. 13 - Vieira; leoa. 14 - Ad; malvadez. 15 - Roxo; airar; mo.

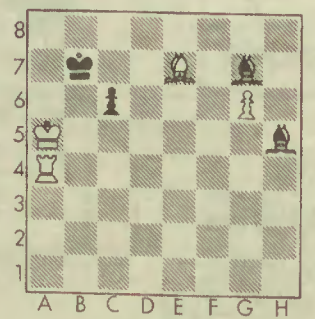
1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15



SOLUÇÃO:

Xadrez

DCCXLIX - 20 DE ABRIL DE 2000
PROPOSIÇÃO N.º 2000X15
Por: J. Marwitz
«Tijdschrift v. d. K. N. S. B.», 1946
Pr.: [4]: Pg6-Bs. g7, h5-Rh7
Br.: [4]: Pg6-Bé7-Ta4-Ra5



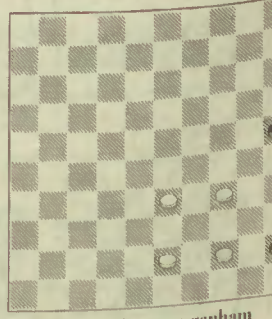
Branças jogam e ganham

SOLUÇÃO DO N.º 2000X15 [J. M.]
1. Ta3, Bg5; 2. g7, Bg7; 3. Th3, Bd1;
4. Th7, Bc3+; 5. Bb4+ e.g.

A. de M. M.

Damas

DCCXLIX - 20 DE ABRIL DE 2000
PROPOSIÇÃO N.º 2000D15
Por: M. Coe
«Damminiaturen» [N.º 772] - 1977
Pr.: [2]: 25-45
Br.: [4]: 33-34-43-44



Branças jogam e ganham

SOLUÇÃO DO N.º 2000D15 [R. B.]
1. 44-40!, (45-50=D); 2. 34-30, 25x45;
3. 43-39,+

A. de M. M.

25 de Abril

Algumas das iniciativas comemorativas promovidas pelo PCP, a CDU e outros grupos de democratas

BARREIRO

Almoço de democratas com **Vasco Gonçalves**: dia 29 às 13h no Santoniense Futebol Clube

BRAGA

Almoço da CDU em **Braga**, com **Agostinho Lopes**: dia 25 às 12h30 no Restaurante Raul (Sameiro)
Jantar da CDU na **Zona do Basto**, com **José Antunes**: dia 24 às 21h, num restaurante de Celorico de Basto

FARO

Jantares em **Portimão**, no Restaurante O Castelão, e em **Silves**, no CT do PCP - ambos dia 24 às 20h
Almoços no dia 25 em **Faro** (na COOPOFA), em **Lagos**, em **Olhão** (Restaurante El Dovic), na **Fuzeta**, no **Pechão**, em **S. Brás** (Restaurante Paris), em **Tavira** e em **Vila Real de Sto. António** - todos às 13h

FELGUEIRAS

Jantar no Restaurante S. Pedro, em **Idanhas/Margaride**: dia 24 às 20

GRÂNDOLA

Almoço promovido pela Comissão Concelhia do PCP nos Pavilhões da Feira: dia 29 às 13h

LISBOA

Jantar no Restaurante Valenciana, Rua Marquês da Fronteira, 157, promovido pelo Sector da Função Pública da ORL do PCP: dia 27 às 20h (Inscrições: Gracinda - 214989015, Zé Manuel - 218151426, Irene Marques - 213193320, Paula Xavier - 213307000)

MARINHA GRANDE

Jantar-volante no dia 24, com a presença de **Sérgio Ribeiro**: no CT do PCP, às 20h

MEALHADA

Comemorações promovidas pela CDU/Mealhada: concentração às 10h no jardim da Mealhada e **romagem** aos cemitérios de homenagem aos democratas desaparecidos; **convívio** no Centro Cultural de Adões a partir das 15h; no mesmo local,

às 17h, apresentação pública do candidato à presidência da CM, com a presença de **Francisco Lopes**

MONTIJO

Jantar-convívio no restaurante «A Lota II», no Bairro dos Pescadores, com a presença de **José Casanova**: dia 24 às 19h30 (Inscrições: 212311666)

PAÇOS DE FERREIRA

Jantar no Café Tupe, em Freamunde (junto à Feira): dia 24 às 20

PORTO SALVO

Convívio, com música e petiscos: dia 24 a partir das 21h, no CT do PCP

PALMELA

Almoço-convívio comemorativo do 25 de Abril e 1º de Maio, com a participação de **Jerónimo de Sousa**: dia 28 às 12h30, nos «Loureiros»

Almoço em **Cajados**, em casa do cam. Paulo Gonçalves: dia 30 às 13h

SETÚBAL

Encontro de Democratas, comemorativo do 25 de Abril: dia 24 às 20h, no Restaurante O Quintal

TOMAR

Almoço em **Paialvo**, promovido pela Com. de Freguesia do PCP, com a presença do Coronel **Batista Alves**: dia 22 às 13

VIEIRA DE LEIRIA

Almoço no dia 25 no Restaurante Triângulo, com a presença de **António Abreu**: dia 25 (Inscrições até dia 20: Estrela Dinis - 244695890, Mário - 244695219)

VILA NOVA DE FAMALICÃO

Jantares da CDU em **Vermoim** no Restaurante Piquenique, dia 24 às 21h; e em **Oliveira S. Mateus**, no Café S. José, dia 24 às 20h, com a presença de **Agostinho Lopes**



BENAVENTE

Dia 25 de Abril

Homenagem aos camaradas falecidos que lutaram na clandestinidade

Romagem ao cemitério local, com concentração às 10h30 no CT de Samora Correia. Intervenção de **Dias Lourenço**

*



Com a Juventude Para defender Abril

Concerto

na Quinta do Conde

Grupo Deadly Mind
Dia 20, às 21h, no CT do PCP

Exposição em Mirandela

Átrio do Auditório Municipal

O «Avante!» no seu 69.º aniversário

De 27 de Abril a 5 de Maio

Reuniões da Organização

BARREIRO

«PCP, um partido comunista na entrada do Séc. XXI» - debate com a participação de **Carlos Aboim Inglês**: hoje, dia 20, 21h, Auditório do Centro de Trabalho
Plenários das organizações das freguesias de **Verderna** (no CT concelhio do Barreiro) e **Lavradio** (no CT do Lavradio) - ambos dia 29, às 16h

COIMBRA

«A situação nacional, a luta social e a iniciativa política» - reunião com a participação de **Agostinho Lopes**, inserida na preparação do XVI Congresso, promovida pela Com. Concelhia do PCP e os Sectores

Intelectual e Sindical e dos Médicos e JCP de Coimbra: quinta-feira, 27, 21h30, CT de Coimbra

LISBOA

S. Vicente de Fora - Reunião de célula da freguesia: hoje, dia 20, 21h30, no CT da Graça.
Graça - Plenário de militantes da freguesia: quinta-feira, 27, 21h30, no CT da Graça

ODIVELAS

Reformados membros do PCP: reunião plenária segunda-feira, 24, 15h, CT de Odivelas

PORTO

- **5ª Assembleia da ORP Assembleias para de-**

bate e eleição de delegados:

- Sectores profissionais da ORP: dia 28, CT da Boavista
- Sto. Ildefonso, Miragaia, Vitória, Sé e S. Nicolau: dia 28, 21h30, CT de S. Cosme
- Sector Ferroviário: dia 29, 10h, CT da Boavista
- Ramalde: dia 29, 15h30, CT da Boavista
- Foz do Douro, Lordelo, Massarelos: dia 29, 15h, CT da Boavista
- Aldoar: dia 19, 15h30, Junta de Freg. de Aldoar
- Concelho de Matosinhos: dia 29, 15h, Junta de Freg. de Matosinhos
- Concelho de Paços de Ferreira: dia 19, 21h, Casa da Cultura de Freamunde

ATVer

«A Balada da Praia dos Cães», de Cardoso Pires/Fonseca e Costa



Duas obras-primas de Hitchcock na madrugada da SIC: «Vertigo» e «The Birds»



A Balada da Praia dos Cães

(Quinta, 00.30, RTP 2)
Um dos filmes de José Fonseca e Costa em que a narração cinematográfica se revela mais eficaz. Baseado no romance homónimo de José Cardoso Pires (que por sua vez trata ficcionalmente a história real de um preso político que, nos anos 60, surge assassinado, eliminado segundo toda a evidência pela PIDE), o filme tem em Raul Solnado o intérprete principal, esforçado e talentoso, mas numa composição nem sempre correspondente à personagem que o romance original nos permite imaginar.

Uma Noite Inesquecível

(Quinta, 01.05, RTP 1)
Adaptando uma peça teatral produzida em Londres, o cineasta britânico Nicolas Roeg encena aqui um filme exemplar, uma história imaginária que reúne durante uma noite, no apartamento de um hotel de Nova Iorque (com nomes diferentes), as personagens (reconhecíveis) de Marilyn Monroe, Albert Einstein, Joe DiMaggio e do senador John McCarthy em intensa discussão, num encontro absurdo que serve aos autores do filme para uma reflexão impiedosa e sarcástica sobre a América.

O Descobrimento do Brasil

(Sábado, 01.00, RTP 2)
Clássico do cinema brasileiro, datado de finais dos anos 30, eis uma reconstituição da histórica viagem de Pedro Álvares Cabral inspirada na célebre Carta de Pedro Vaz de Caminha ao Rei D. Manuel, que se diz especialmente enriquecida por pesquisas de carácter antropológico. Uma realização de Humberto Mauro, a descobrir.

O Intruso Adorável

(Segunda, 01.45, SIC)
Esta história de uma jovem que procura trazer para o seio da sua família um homem que conheceu num curso no estrangeiro e que, desde logo, imaginou como sendo um potencial marido perde, por vezes (pela sua inverosimilhança desajeitada), a



«O Intruso Adorável», de Lasse Hallstrom

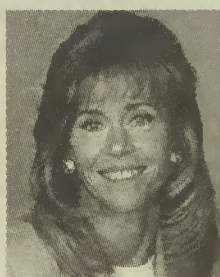
capacidade de insinuação junto do espectador, o qual se limita a admirar os diálogos exemplares e as criações verdadeiramente notáveis de Holly Hunter, Richard Dreyfus ou Danny Aiello.

Noite Hitchcock: A Mulher Que Viveu Duas Vezes; Os Pássaros

(Segunda, 03.45, SIC)
A estação de Carnaxide não elabora suficientemente sobre o conteúdo desta madrugada hitchcockiana – mas, a confirmar-se a transmissão destes dois filmes, é evidente que o gravador de vídeo tem de aqui mostrar a sua principal utilidade: a de permitir preservar duas verdadeiras obras-primas da prodigiosa filmografia de mestre Hitchcock, para depois rever a horas decentes.

... e ainda

- O Messias, de Robert Rossellini (Quinta, 22.50, RTP 2)
- E.T. – O Extraterrestre, de Steven Spielberg (Domingo, 17.00, RTP 1)
- Se a Memória Existe, curta metragem de João Botelho (Domingo, 14.30, RTP 2)
- Brigada de Homicídios, de David Mamet (Segunda, 01.50, RTP 1)
- Xica da Silva, de Carlos Diegues (Terça, 22.50, RTP 2)



Cabo e Satélite

O aquecimento da Terra

Em comemoração do Dia da Terra, o canal CNN transmite hoje um documentário (apresentado por Jane Fonda, na foto) que se debruça sobre as consequências que terá o sobreaquecimento da Terra. É na rubrica «People Count» («As Pessoas Contam») e intitula-se «Hot on the Trail».

(CNN, sábado, das 20.30 às 21.00)

O 25 de Abril no Cabo

Os canais História e Odisseia dedicam na próxima terça-feira espaço da sua programação à comemoração do 25 de Abril: assim, no primeiro caso (19.00), será transmitido o primeiro de uma curta série documental intitulada «O Sonho da Democracia», sobretudo retratando a sociedade portuguesa durante a ditadura e a resistência antifascista; quanto ao Odisseia (05.00, 19.00 e 23.00), assinalará a data festiva com um documentário francês, «Outro País», virado sobretudo para o reflexo da Revolução nas aspirações de jornalistas, cineastas e fotógrafos. (História, terça-feira, às 19 horas; Odisseia, terça-feira, às 5, 19 e 23 horas)



Quinta, 20

▼ RTP 1

- 07.00 Hora Viva
- 10.00 Praça da Alegria / Culinária
- 12.20 Concurso «Quem Quer Ser Milionário?»
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.50 Ciclismo:
- G.P. Internacional Mitsubishi
- 15.30 Espaço Infantil-Juvenil
- 16.45 Boa Tarde
- 19.05 Ciclismo:
- G.P. Internacional Mitsubishi
- 19.15 Regiões
- 20.00 Telejornal
- 21.00 Remate
- 21.20 Concurso: «Quem Quer Ser Milionário?»
- 22.00 Bacalhau com Todos
- 22.30 A Lenda da Garça
- 23.10 Senadores
- 24.00 24 Horas
- 00.30 1ª. Página
- 01.05 «Uma Noite Inesquecível» (Insignificance, de Nicolas Roeg, Gr.Br./1985, com Gary Busey, Tony Curtis, Theresa Russell. Ver Destaque)

▼ RTP 2

- 07.00 Euronews
- 17.30 Informação Gestual
- 18.30 Informação Religiosa
- 19.00 Basquetebol: Final Euroliga
- 20.40 Corpus Christi
- 21.30 Acontece
- 22.00 Jornal 2
- 22.50 «O Messias» (de Robert Rossellini, It./Fr./1975, com Pier Maria Rossi, Mita Ungaro. Telefilme / Histórico)
- 00.30 «A Balada da Praia dos Cães» (de José Fonseca e Costa, Port./Esp./1986, com Raúl Solnado, Assumpta Serna, Patrick Bauchau. Ver Destaque)
- 02.00 Mistérios de Ruth Rendell

▼ SIC

- 08.00 Buééré

Sexta, 21

▼ RTP 1

- 01.40 «Nunca é Tarde Para Roubar» (de Giles Walker, Can./1996)
- 07.00 Hora Viva
- 10.00 Praça da Alegria / Culinária
- 12.20 Concurso: «Quem Quer Ser Milionário?»
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.50 Ciclismo:
- G.P. Internacional Mitsubishi
- 15.30 Espaço Infantil-Juvenil
- 16.45 Boa Tarde
- 19.00 Regiões
- 20.00 Telejornal
- 21.00 Remate
- 21.20 Concurso: «Quem Quer Ser Milionário?»
- 21.55 A Raia dos Medos
- 23.00 A Lenda da Garça
- 23.35 «A Casa dos Espíritos» (de Bille August, Din./Alem./Port./1993, com Jeremu Irons, Meryl Streep, Glenn Close, Antonio Banderas. Drama Histórico)
- 02.00 A Caminho do Euro 2000
- 02.30 Futebol: Rio Ave-Sporting (Resumo)
- 02.50 24 Horas
- 03.20 1ª. Página
- 03.50 NBA: Jogo Play-Off

▼ RTP 2

- 07.00 Euronews
- 15.55 Basquetebol: Play-Off
- 17.45 Informação Gestual
- 18.30 Informação Religiosa
- 19.00 Espaço Infantil-Juvenil
- 19.10 Corpus Christi
- 20.10 Via Sacra
- 22.00 Jornal 2
- 22.50 Aqui, Europa
- 23.00 «Quo Vadis?» (de Mervyn LeRoy, EUA/1951, com Robert Taylor, Deborah Kerr. Peter Ustinov. Histórico)
- 02.00 Andamentos

▼ SIC

- 08.00 Buééré
- 12.00 Labirinto
- 13.00 Primeiro Jornal
- 14.00 «Jesus» - nenhuma actualização recebida por parte da SIC
- 16.00 «Libertem Willy 3 - nenhuma actualização recebida por parte da SIC
- 18.00 Vila Madalena
- 19.00 Esplendor
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.00 Terra Nostra /



A «Comuna de Paris» é o tema das «Noites Longas» da SIC (quarta-feira)

- 12.00 Labirinto
- 13.00 Primeiro Jornal
- 14.00 O Juiz Decide
- 15.00 Ponto de Encontro
- 16.00 Fátima Lopes
- 18.00 Vila Madalena
- 19.00 Esplendor
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.00 Terra Nostra / Muralha
- 22.30 «Maria Filha de Seu Filho» (Mini-Série-Compacto, de Fabrizio Costa, Itália)
- 01.45 Sai de Baixo
- 02.25 Último Jornal

▼ TVI

- 08.00 Animação
- 10.00 Missa Crismal
- 12.10 Estrela de Fogo
- 13.30 TVI Jornal
- 14.30 Louca Paixão
- 15.30 Animação
- 19.00 Olhó Vídeo
- 19.30 Directo XXI
- 20.00 Combate Mortal
- 21.00 Vida de Cão
- 21.30 Olhó Vídeo
- 22.00 Especial TVI
- 23.35 A Bola é Nossa

Muralha

- 22.15 Luna Caliente
- 01.15 «Culpa Formada» (de Sidney Lumet, EUA/1993, com Rebecca De Mornay, Don Johnson. «Thriller» Erótico)
- 03.15 Último Jornal

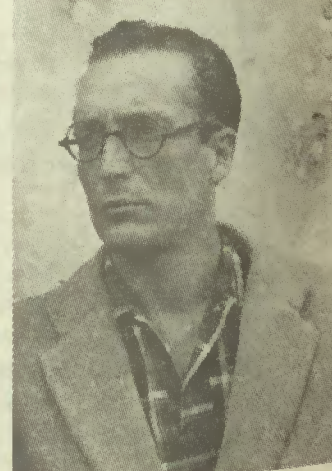
▼ TVI

- 09.00 Animação
- 12.10 Estrela de Fogo
- 13.30 TVI Jornal
- 14.15 Os Animais Também São Gente
- 15.00 Celebração da Paixão de Sexta-Feira Santa
- 17.00 Olhó Vídeo
- 18.00 Directo XXI
- 18.30 Ri-te, Ri-te
- 20.30 Pupilas do Sr. Doutor
- 21.00 Futebol: União de Leiria-Benfica
- 23.00 Reis da Música Nacional
- 01.05 «Moisés» (mini-série)

Sábado, 22

▼ RTP 1

- 07.00 Infantil/Juvenil
- 12.30 Jornal da Tarde
- 13.00 Automobilismo: Grande Prémio Grã-Bretanha
- 14.00 Ciclismo:
- G.P. Internacional Mitsubishi
- 15.30 Top +
- 17.00 Aventuras Espaciais
- 17.50 Aqui, Europa
- 18.05 Jet 7
- 18.45 Ciclismo:
- G.P. Internacional Mitsubishi
- 18.55 Futebol: F.C.Porto-V.Setúbal
- 21.00 Telejornal
- 22.10 Santa Casa
- 24.00 Futebol: F. Liga



José Magro: depoimento inédito na série documental «Resistência» de Luís Filipe Costa, na RTP 2 (terça-feira)

- (Resumos)
- 01.15 Conc(s)ertos na Cave
- 01.45 Máquinas
- 02.10 24 Horas
- 02.30 «O Treinador» (de Burt Reynolds, EUA/1993, com Burt Reynolds, Reba McEntire. Telefilme Dramático)

▼ RTP 2

- 07.00 Euronews
- 09.00 Universidade Aberta
- 12.00 O Prazer de Criar
- 12.50 A Terra
- 13.45 Quem Sai aos Seus
- 14.00 Parlamento
- 15.00 Desporto
- 19.30 Magazine 2001
- 20.00 A Outra Face da Lua
- 22.00 Jornal 2
- 22.35 Vigília Pascal
- 24.00 O Lugar da História
- 01.00 «O Descobrimento do Brasil» (de Humberto Mauro, Brasil/1937, com Álvaro Costa, Manoel Rocha, Alfredo Silva. Ver Destaque)

▼ SIC

- 07.30 Zip Zap
- 12.00 O Nosso Mundo
- 13.00 Primeiro Jornal
- 14.00 Big Show Sic
- 18.00 Vila Madalena
- 19.00 Esplendor
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.00 Bravo Bavisimo
- 22.30 Negócio Fechado
- 23.40 «Beldades Secretas» (de Sam Silver, EUA/1999, com Michelle Hall, Catalina, Tracy Keiser. Erótico)
- 01.40 Último Jornal
- 02.15 «Duas Vidas, Um Destino» (de Chris Menges, EUA/1990, com William Hurt, John Hurt, Chris Cleary Miles. Drama)

▼ TVI

- 09.00 Animação
- 12.00 O Sótão do Pedro (concurso)
- 12.30 Top Rock
- 13.30 Desporto: Contra-Ataque
- 14.45 Caras Lindas
- 16.15 «Annie» (de Rob Marshall, EUA, com Kathy Bates, Alicia Morton, Victor Carber. Comédia)
- 18.00 Directo XXI (em directo de Porto Seguro - Brasil)
- 18.40 «Amiguinhos do Outro Mundo» (de Paul Schneider, EUA/1999, com Malelom McDowell, Michael Shulman. Ficção Científica)
- 20.45 Impacto TV
- 21.35 Jardins Proibidos
- 22.45 «Um Mundo de Rosas» (de Michel Goldenberg, EUA/1996, com Christian Slater, Mary Stuart Masterson. Melodrama)
- 00.45 Música na Cidade (Concerto da «Rádio Cidade» no Pavilhão Atlântico)

Domingo, 23

▼ RTP1

07.00 Infantil / Juvenil
11.30 3ª. Calhau a Contar do Sol
12.00 Jornal da Tarde
12.55 Automobilismo:
G.P. Grã-Bretanha
14.50 Made in Portugal
16.05 Aventuras Espaciais
17.00 «E.T.-O
Extraterrestre» (de Steve Spielberg, EUA/1982, com Henry Thomas, Dee Wallace, Peter Coyote. Fantástico)
19.15 Major Alvega
20.00 Telejornal
21.20 Agora é que são Elas
22.45 Nada é Sagrado
23.35 Prazeres
00.40 24 Horas
01.10 Liga de Campeões
02.15 «Em Nome do Amor» (de Michael Lindsay-Hogg, EUA/1994, com Stephen Collins, Sanna Vraa. Melodrama)

▼ RTP2

07.00 Euronews
09.00 Programa Religioso
10.30 Missa
11.30 Benção Urbi et Orbi
12.15 A Audiência
13.45 As Novas Aventuras de Robin dos Bosques
14.30 Onda Curta: «Se a Memória Existe» (de João Botelho, Port./1999. Curta metragem)
15.00 Desporto 2
18.50 Rotações
19.20 Jornal de África
20.00 Bombordo
20.30 Artes e Letras:
«O Museu Guggenheim»
21.30 Horizontes da Memória
22.00 Jornal 2
22.45 Mar das Índias
23.45 A Grande Obra
00.45 Travessa do Cotovelo
01.45 Teatro: «Por Favor, Matem a Mulher»

▼ SIC

07.30 Zip Zap
12.00 BBC Vida Selvagem
13.00 Primeiro Jornal
14.00 «Mary Poppins» (de Robert Stevenson, EUA/1964, com Julie Andrews, Dick Van Dyke. Musical / Fantasia)
17.00 «O Dia da Independência» (de Roland Emmerich, EUA/1996, com Wil Smith, Bill Pullman, Jeff Goldblum. Ficção Científica)
20.00 Jornal da Noite
21.00 Chuva de Estrelas
22.10 Herman SIC
00.30 «Sol Poente» (de Alan Rudolph, EUA/1997, com Nick Nolte, Julie Christie, Lara Flynn Boyle. Erótico)
02.30 Último Jornal

▼ TVI

09.00 Animação
11.00 Mensagem Pascal (Benção Urbi et Orbi)
11.30 Missa



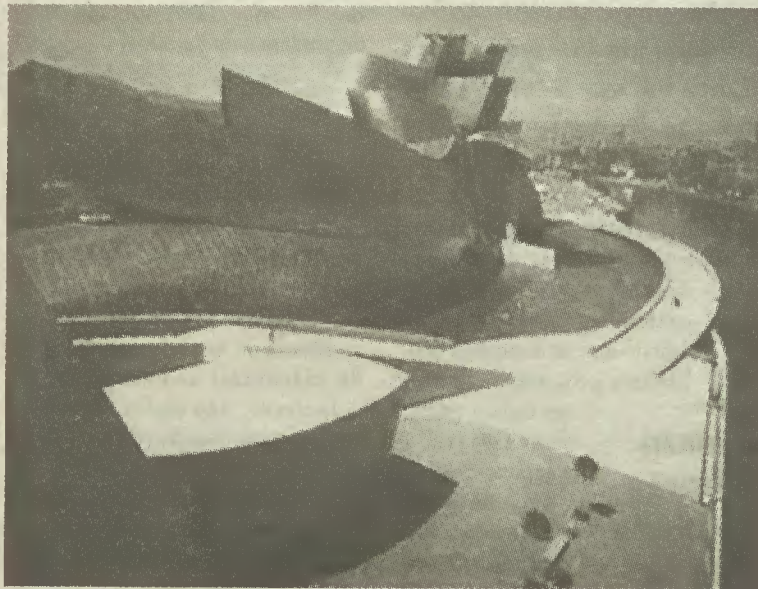
«Moisés», uma mini-série na TVI (sexta-feira)

13.30 Caras Lindas
14.30 «Jesus» (Mini-Série)
17.30 Directo XXI
17.50 Cocktail Nacional
19.20 «Águas de Guerra» (de Jerry P. Jacobs, EUA/1998, com Michael Dudikof, Tone Loc. Acção)
21.05 Jardins Proibidos
22.15 «Medidas Extremas» (de Michael Apted, EUA/1996, com Hugh Grant, Gene Hackman, Sarah Jessica Parker. Thriller)
00.15 «Sinal de Perigo» (de Robert Greenwald, EUA/1993, com Marlee Matlin, D. B. Sweeney. Drama)
02.15 «Rei David» (de Bruce Beresford, EUA/1985, com Richard Gere, Edward Woodward, Alice Krige. Bíblico)

Segunda, 24

▼ RTP1

07.00 Hora Viva
10.00 Praça da Alegria / Culinária
12.20 Concurso: «Quem Quer Ser Milionário?»
13.00 Jornal da Tarde
14.00 A Preciosa
15.30 Espaço Infantil-Juvenil
16.45 Boa Tarde
19.00 Regiões
20.00 Telejornal



Museu Guggenheim (Bilbao) do arquitecto Frank O. Gehry, em «Artes e Letras» (RTP 2)

21.00 Remate
21.20 Concurso: «Quem Quer Ser Milionário?»
21.55 A Senhora Ministra
22.35 A Lenda da Garça
23.10 Jogo Falado
01.00 24 Horas
01.30 1ª. Página
01.50 «Brigada de Homicídios» (de David Mamet, EUA/1991, com Joe Mantegna, William H. Macy, Natalija Nogulich. Policial)

▼ RTP2

07.00 Euronews
17.30 Informação Gestual
18.30 Informação Religiosa
19.00 Espaço Infantil-Juvenil
20.40 Tesouros Selvagens da Europa (Estreia)
21.30 Acontece
22.00 Jornal 2
22.50 «Guarani» (de Norma Bengell, Brasil/1995, com Márcia Garcia, Tatiana Issa, Glória Pires. Histórico / Drama)
00.30 Ultramar, Angola 1961-1963

▼ SIC

08.00 Buéréré
12.00 Labirinto
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Globos de Ouro (Repetição)
18.00 Vila Madalena
19.00 Esplendor
20.00 Jornal da Noite
21.00 Terra Nostra / A Muralha
22.10 Roda dos Milhões
00.30 Sai de Baixo
01.10 Último Jornal
01.45 «O Intruso Adorável» (Once Around, de Lasse Hallstrom, EUA/1991, com Richard Dreyfuss, Holly Hunter, Laura San Giacomo. Ver Destaque)
03.45 A Noite de Hitchcock: «A Mulher Que Viveu Duas Vezes» (Vertigo); «Os Pássaros» (The Birds), Ver Destaque.

▼ TVI

09.00 Animação
12.40 Estrela de Fogo
13.30 TVI Jornal
14.30 Louca Paixão
15.45 Animação
19.00 Olho Vídeo
19.30 Directo XXI
20.00 Combate Mortal
21.00 «Bora Lá, Marina!»
21.30 Olho Vídeo
22.30 Quero Justiça
00.10 «No Limiar da Inocência» (de Peter Werner, EUA/1997, com Kellie Martin, James Marsden. Melodrama)
02.15 «Herança Maldita» (de Dominic Siach, EUA/1998, com Richard Plummer, Fiona Lowie. Drama)

Terça, 25

▼ RTP1

07.00 Hora Viva
10.00 Praça da Alegria / Culinária
12.20 Concurso: «Quem Quer Ser Milionário?»
13.00 Jornal da Tarde
14.00 A Preciosa
15.30 Espaço Infantil-Juvenil
16.45 Boa Tarde
18.50 Ciclismo: Volta ao Alentejo

19.00 Regiões
20.00 Telejornal
21.00 Remate
21.20 Concurso: «Quem Quer Ser Milionário?»
21.55 Não é Homem não é Nada
22.25 A Lenda da Garça
23.05 Maria Elisa - Tema: «O 25 de Abril»
00.45 24 Horas
01.10 1ª. Página
01.30 Os Hughleys
01.50 «Um Chá no Deserto» (de Bernardo Bertolucci, EUA/1990, com Debra Winger, John Malkovich, Campbell Scott. Drama)

▼ RTP2

07.00 Euronews
16.00 Voleibol: Final da Taça de Portugal
17.30 Informação Gestual
18.30 Informação Religiosa
19.00 Espaço Infantil-Juvenil
19.40 Hóquei em Patins: Benfica-F.C. Porto
21.30 Acontece
22.00 Jornal 2
22.50 «Xica da Silva» (de Carlos Diegues, Brasil/1976, com Zézé Motta, Walmor Chagas, Altair Lima. Histórico / Drama)
00.50 Resistência (Estreia) - Série documental sobre a resistência ao fascismo. Realização de Luís Filipe Costa. Hoje: entre outros, depoimentos de Álvaro Cunhal, Gualter Bastião, José Magalhães Codinho, José Magro, Nuno Teotónio Pereira.

▼ SIC

08.00 Buéréré
12.00 Labirinto
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Especial: Os Anos 60
18.00 Vila Madalena
19.00 Esplendor
20.00 Jornal da Noite
21.00 Médico de Família
22.15 Terra Nostra / A Muralha
23.40 Sai de Baixo
00.20 «O Abrigo» (de Scott Paulin, EUA/1997, com John Allen Nelson, Brenda Bakke, Peter Onorati. Acção)
02.25 Último Jornal
03.00 Toda a Verdade: A Vida Secreta de Uma Geisha

▼ TVI

09.00 Animação
12.40 Estrela de Fogo
13.30 TVI Jornal
14.30 Louca Paixão
15.45 «Que Rica Encomenda» (de Jason Bloom, EUA/1997, com Paul Rudd, Reese Witherspoon. Comédia)
17.45 Programa a designar
19.00 Olho Vídeo
19.30 Directo XXI
20.00 Combate Mortal
21.00 «Mundos de Fantasia - II (Mini-Série)
01.05 «Corrida de Morte» (de Dean Ferrandini, EUA/1995, com Aaron Norris, Michael Nouri. Acção)

Quarta, 26

▼ RTP1

07.00 Hora Viva
10.00 Praça da Alegria / Culinária
12.20 Concurso: «Quem Quer Ser Milionário?»
13.00 Jornal da Tarde
14.00 A Preciosa
15.30 Espaço Infantil-Juvenil
16.45 Boa Tarde
18.50 Ciclismo: Volta ao Alentejo

19.00 Regiões
19.25 Futebol: Itália-Portugal (AA)
21.30 Telejornal
22.30 Remate
22.50 Concurso: «Quem Quer Ser Milionário?»
23.25 As Lições do Tonecas
24.00 24 Horas
00.25 1ª. Página
00.45 «Miami» (de David Frankel, EUA/1995, com Sarah Jessica Parker, Gil Bellows, Antonio Banderas, Mia Farrow. Comédia Romântica)
02.35 Romance de Valentia (Documentário)

▼ RTP2

07.00 Euronews
17.30 Informação Gestual
18.30 Informação Religiosa
19.00 Espaço Infantil-Juvenil
20.10 Sob o Olhar da Câmara (Estreia)
21.00 Jornal 2
22.00 Acontece
22.25 «O Caçador de Esmeraldas» - nenhuma actualização por parte da RTP
00.35 Sinais do Tempo / Zoom

▼ SIC

08.00 Buéréré
12.00 Labirinto
13.00 Primeiro Jornal
14.00 O Juiz Decide
15.00 Ponto de Encontro
16.00 Fátima Lopes
18.00 Vila Madalena
19.00 Esplendor
20.00 Jornal da Noite
21.00 A Loja do Camilo
21.30 Terra Nostra/A Muralha
22.50 Jornalistas
00.10 Sai de Baixo
00.50 «Mentes Suspeitas» (de Alain Zaloum, EUA/1997, com Patrick Bergin, Jayne Heitmeyer, Gary Busey. «Thriller»)
03.00 Último Jornal
03.35 Noites Longas: A Comuna (documentário ficcionado sobre a Comuna de Paris; realização de Peter Watkins; produção do canal «Arte» e do Museu D'Orsay). Estreia mundial.

▼ TVI

09.00 Animação
12.40 Estrela de Fogo
13.30 TVI Jornal
14.30 Louca Paixão
16.00 Animação
18.15 Olho Vídeo
19.15 Directo XXI
19.45 Combate Mortal
20.50 Ri-te, Ri-te
22.45 «Adepto Fanático» (de Tony Scott, EUA/1996, com Wesley Snipes, Robert De Niro, Ellen Barkin. «Thriller»)
01.50 «Amor e Engano» (de Philip Kleinbart, EUA/1997, com Vanessa Marcil, James Wilder. Drama)

Nota:
A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

TVisto

• Correia da Fonseca

Uma frase e o resto

Éra uma breve reportagem acerca da recente cimeira dos G-7, em Washington, ou, mais exactamente, acerca da contestação popular à acção do Banco Mundial, do FMI e da ditadura económico-financeira que estes e outros testas-de-ferro do capitalismo transnacional impõem aos quatro cantos do planeta. Por sinal que a reportagem não era transmitida pela RTP, nem pela SIC, nem pela TVI: fazia parte de um bloco de notícias do Euronews que, por ser sábado, nem estava a ser divulgado entre nós pela TV 2. Apenas acontecera que, mais uma vez, eu procurara respirar com um pouco mais de safofo, não muito, em fuga perante a mediocridade asfixiante dos canais portugueses. Não é que os noticiários do Euronews sejam o que poderia desejar-se, longe disso, aquilo não escapa ao destino de qualquer outro canal informativo do Ocidente. Parece-me, porém, que quase sempre tem um asseio mínimo. Ou julgo eu que o tem, o que reconheço poder ser um caso mais do mito que nos segreda que, se é estrangeiro, é melhor.

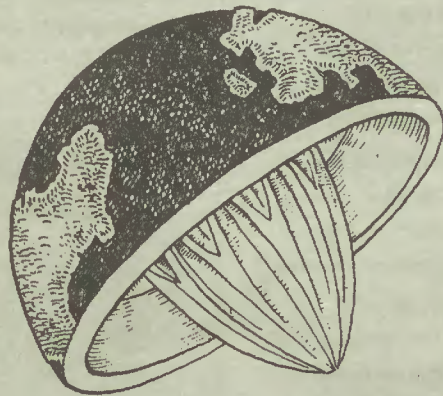
vai todo um mundo de diferenças. De facto, os que se arrogam donos do mundo «combatem» a pobreza, sim, mas de armas na mão, sempre que esta se rebela.

Para lá da carapaça

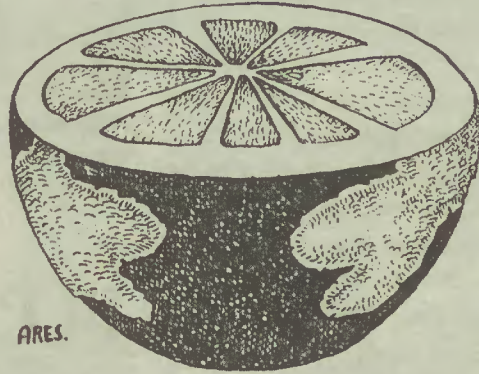
Quem porventura leia esta nota sabe que não exagero, porque leitor deste jornal não é um leitor qualquer. Porém, a questão é que a manutenção do estado de pobreza dos tais muitos de que o jornalista falou é, como sabemos, condição necessária para o sempre maior enriquecimento dos poucos que dos muitos se nutrem como vampiros, e que esse processo verdadeiramente fundamental para o entendimento do nosso tempo é praticamente omitido pelos serviços informativos de qualquer dos quatro canais portugueses. As TV's da nossa terra falam de economia e finanças, sim, mas quase só para recordar directa ou indirectamente as maravilhosas vantagens do jogo nas bolsas e seus derivados. Excepção a esta regra, só me lembro da mini-rubrica «RTP/Economia» (que na

sua anterior encarnação se intitulou «Financial/Times/RTP», e ainda assim nem sempre e com conta, peso e medida. Esta lacuna, se é que a palavra não é pequena de mais para tamanha e tão fundamental omissão, não ocorre por acaso, é claro. Mais: é complemento, digamos que natural, dos abundantíssimos programas não só de mediocridade chocante mas também intencionalmente anestésiantes e, de passagem, emparvededores. Poucos dão por isso, mas é pelo menos curioso que as estações de TV não dêem sinais de estarem preocupadas em dar o mundo a entender aos seus telespectadores: nem mesmo a RTP com o serviço público a seu

cargo. Poder-se-á objectar, e com alguma verdade (não toda, não tanto quanto geralmente se crê), que a TV 2 não se inclui nesta generalização. Note-se, porém, que é quase sempre na TV 2, de longe o canal de menor audiência, que se abre frestas significativas para o entendimento das coisas, para a sua visão para lá da carapaça das aparências, quando não das imposturas. Porque, como escreveu um poeta lúcido, «por dentro das coisas é que as coisas são». Compreender-se-á, decerto, que esta há-de ser a preocupação fundamental da crítica de TV que se quer atenta e honrada, enquanto e onde houver ainda crítica de TV, espécie tendencialmente em vias de extinção. Às vezes chamam-lhe «política», mesmo que surja em publicações nos antípodas das preocupações políticas. À televisão que nos esconde o mais importante nunca chamam o mesmo.



ARES.



Pois foi nessa brevíssima reportagem que ouvi palavras que retive por me parecerem especialmente saborosas: «É difícil assegurar a riqueza de poucos tentando combater a pobreza de muitos.» Ao contrário do que pode parecer à primeira vista, ou melhor, à primeira outiva, a frase não correspondia a um diagnóstico exacto da situação, ou porque premeditadamente se coibia, certo de que a verdade inteira seria ali muito inconveniente. De facto, o rigor mandaria dizer que é difícil assegurar a riqueza de poucos tentando manter, e até perpetuar, a pobreza de poucos, o que é exactamente o que fazem o FMI, o Banco Mundial, similares e filiais, então contestados perante os nossos olhos e brutalmente defendidos pelas forças policiais que garantiam a paz e tranquilidade dos participantes da cimeira. E é claro que entre «combater» e «manter»

A talhe de foice

• Henrique Custódio

Varanda da Europa

As novas gerações não chegaram a conhecer uma coisa chamada Actualidades que, nas sessões de cinema anteriores ao 25 de Abril, frequentemente compunha a primeira parte do programa e funcionava como aperitivo ao filme principal. «Aperitivo», digo bem, mas a tal ponto indigesto que havia espectadores a trocarem-no por uma cervejita ou um cálice de anis cortados a pevide e beberricados ao balcão do foyer (francesismo que, à época, pomposamente identificava a zona de convívio das casas de espectáculo), enquanto na sala escura desfilavam as maravilhas que o fascismo mostrava de si próprio e dos seus dirigentes, infalivelmente constituídas por felizes inaugurações presididas pelo «Venerando Chefe de Estado» ou «Sua Excelência o Sr. Ministro Doutor Fulano de Tal». Eis, em suma, as Actualidades, uma espécie de telejornal onde as notícias eram todas boas e os protagonistas sempre os mesmos. E vice-versa.

As novas gerações não conheceram esta modalidade de propaganda com que o salazarismo fazia prova do seu inesgotável ridículo, mas não perderam grande espingarda: é que, apesar de ridículas, as Actualidades tinham tanta graça como uma viola num enterro.

Todavia, se os jovens deste país quiserem ficar com uma ideia da coisa, não precisam de apresentar uma petição na Cinemateca para que esta desenterre uma sessão preenchida com as tais Actualidades: para satisfazerem a curiosidade, bastar-lhes-á assistir a uma das emissões do programa Aqui Europa actualmente em exibição nas próprias casas portuguesas, via RTP.

Está lá tudo. O ambiente de felicidade geral, boas notícias atrás umas das outras, optimismo a jorrar de cada assunto apresentado, protagonistas irradiando firmeza e convicção, discursos louvando o presente como dádiva dos deuses e aproando o futuro com a majestade dos vencedores. Tudo num tom pedagógico e muito moral, como se aqueles interlocutores fossem os celebrantes de uma grande Boa Nova e todos nós a congregação de povos eleitos que importa alertar para o destino glorioso que os poderosos desta Europa nos reservaram.

As próprias diferenças entre os dois programas apenas acentuam as semelhanças. No Actualidades, Portugal estava no centro de um império que ia de Minho a Timor e tinha por missão dar novos mundos ao mundo. No Aqui Europa Portugal integra um novo império – a União Europeia – e tem por objectivo impor um mundo novo aos velhos mundos que construíram o continente europeu.

Em suma, Portugal continua na crista do destino: durante séculos dilatou o império da fé, agora encolhe-se no império do euro.

Não somos nós a dizê-lo – foi provado no Actualidades e ratificado no Aqui Europa, confirmando mais uma vez não ter sido por acaso que o Fado nasceu em Portugal.

Felizmente o nosso fado também nos diz, com saber de experiência feito, que há sempre maneira de nos furtarmos aos impérios que os poderes nos querem impingir.

No caso do Actualidades, bastava uma cerveja fresca e um pacote de pevides para os abandonar ao naufrágio na sala escura.

No Aqui Europa basta mudar de canal ou, melhor ainda, apanhar fresco e ir ao cinema, onde não corremos o risco de levarmos uma seca.

É que os filmes, agora, pelo menos não têm documentários.

Comemorações do 26.º aniversário em todo o País Todos ao 25 de Abril!

Música, desporto, fogo de artifício, espectáculos de rua, manifestações – em resumo, festa –, assinalam por todo o país o 25 de Abril. No «patamar de um novo século», as comemorações deste ano afirmam-se mais ainda «como uma manifestação de confiança em que o futuro será obra dos homens», como se diz no *Apelo à Participação* de que aqui fazemos breve síntese.

Sem nunca perder a oportunidade de «prestar homenagem a todos os democratas que contribuíram para devolver o direito de cidadania aos portugueses», as comemorações populares do 25 de Abril constituem agora, sobretudo, «uma ocasião para que se olhe de frente o futuro e se procure balizar os caminhos comuns, para consolidar e alargar o regime democrático estabelecido, visando um maior desenvolvimento e uma mais ampla justiça social», uma manifestação de confiança «em que o futuro será obra dos homens, para o bem ou para o mal, conforme prevaleçam os valores da solidariedade colectiva e do progresso, ou da estagnação e do egoísmo desagregador», afirma-se no *Apelo à Participação*.

As doutrinas neoliberais e o pensamento único são alvo das críticas do Apelo

Esta contraposição é o mote que percorre todo o *Apelo*, que faz uma crítica contundente do pensamento único «que as doutrinas neoliberais procuram difundir em toda a parte, desvaloriza a componente política, enquanto manifestação da vontade colectiva, no pressuposto de que, sendo o Mundo, em última instância, uma mercadoria, se afigura preferível desistir de fabricar o futuro e deixar o mercado à solta».

A constatação de uma realidade que leva a um alerta: «No alvorecer de um novo século, as perspectivas que se desenham para o futuro são pouco claras e tornam urgente que os valores da solidariedade, da paz e do progresso, prevaleçam sobre o desencadeamento das tendências destrutivas.» Vira-

gem que só será possível «se renascer no coração dos homens, contra o pensamento único que se esforçam por lhe inculcar, uma firme vontade de mudança do mundo».

Ideário de progresso

Todos estes fenómenos também se reflectem a nível de Portugal. Um projecto para o nosso país, «como o resultado de uma larga convergência de vontades, capaz de galvanizar as energias colectivas, não poderá ter apenas uma construção tecnocrática e economicista. Terá de ser caldeado num ideário de progresso e de confiança no futuro», alertam os subscritores do *Apelo*.

Por tudo isso, este «último 25 de Abril do milénio, já no patamar de um novo século, deverá, no contexto civilizacional a que pertencemos, constituir-se como um alerta e uma ocasião propícia para estabelecermos colectivamente uma rota a seguir, a fim de que a liberdade e a democracia continuem no futuro, tal como hoje, a ser jubilosamente celebradas no nosso país».

Razões de fundo para que todos participem nas comemorações populares do 25 de Abril.



O PCP lançou, na terça-feira, uma campanha contra a subida dos preços e pelo aumento dos salários e pensões, sob o lema «Que ninguém se cale!». Carlos Carvalhas participou numa acção de contacto popular na baixa lisboeta (foto)

Subida de preços reduzem salários reais

PCP reclama aumento de salários e pensões

Para o PCP, o aumento do preço dos transportes públicos representa «uma nova e inaceitável penalização dos orçamentos familiares» e insere-se «numa orientação contrária à necessária aposta nos transportes públicos, que implica qualidade, regularidade, segurança e preços acessíveis».

Incidindo particularmente sobre os passes sociais (entre 2 por cento nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto e 3,5 por cento nas restantes zonas do País), o aumento, anunciado na passada sexta-feira para o próximo dia 1 de Maio, abrange também os outros títulos de transporte e pode globalmente atingir os 4 por cento.

O Gabinete de Imprensa do PCP, a quem cabe a denúncia, considera que este aumento, somando-se ao já verificado no início de Feve-

reiro, vem acentuar ainda mais «a já injusta situação dos utentes dos transportes públicos em Portugal» que, de entre os utentes dos países da União Europeia, são «dos que maior fatia pagam do custo dos transportes».

Com esta medida, tomada a pretexto do impacto do aumento dos combustíveis e a seguir aos aumentos dos combustíveis, do gás, das taxas de juro sobre empréstimos e de outros preços, o Governo, para além de visar garantir os lucros das empresas de transportes, está a «agir deliberadamente para a redução do poder de compra da população».

De facto, a sua resistência ao aumento dos salários e das pensões só confirma que «governa para os grupos económicos e os lobbies empresariais e contra os interesses dos trabalhadores e da população».

Fazer ouvir a indignação

Quando dos aumentos do preço do gás de uso doméstico – nomeadamente das botijas de gás, cujo preço subiu quase 19 por cento num espaço de seis meses, e do gás natural, que em menos de um ano sofreu três aumentos que totalizam cerca de 15 por cento –, o PCP considerou que eles anulavam os aumentos salariais e, em muitos casos, conduziam «a uma inadmissível redução dos salários reais».

Por exemplo, numa família com um rendimento de 100 mil escudos mensais que tenha tido uma actualização salarial de 2,5 por cento e que consuma duas bilhas de gás por mês, só o aumento do gás lhe anula quase um terço do aumento salarial. Trata-se de uma degradação do rendimen-

Comissão promotora

A Comissão Promotora das comemorações do 25 de Abril é composta pela Associação 25 de Abril, Associação Intervenção Democrática, Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional, Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio, Partido Comunista Português, Partido Ecologista «Os Verdes», Partido Socialista, União Democrática Popular, União Geral de Trabalhadores, Partido Socialista Revolucionário, União dos Resistentes Antifascistas Portugueses.

O *Apelo à participação* é subscrito por muitas dezenas de pessoas, nomeadamente Albano Nunes, Alberto Arons de Carvalho, Alfredo Flores, Alice Vieira, Américo Nunes, António Andrez, António Borges Coelho, António Vitorino de Almeida, Blasco Hugo Fernandes, Carlos Carvalhas, Isabel Castro, Luís Fazenda, Luísa Irene Dias Amado, Manuel Alegre, Manuel Carvalho da Silva, Odete Santos, Rosa Continho, Vasco Gonçalves, Vasco Lourenço.

